

ROMILDA MEIRA DE SOUZA BARBOSA

“GAROTA DE PROGRAMA”: ACONTECIMENTO DISCURSIVO

Três Lagoas – MS
2008

ROMILDA MEIRA DE SOUZA BARBOSA

“GAROTA DE PROGRAMA”: ACONTECIMENTO DISCURSIVO

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Letras, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Estudos Lingüísticos.

Orientadora: *Prof^a.Dr^a. Claudete Cameschi de Souza*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
Três Lagoas – MS
2008

TERMO DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA

PROF^a. DR^a. CLAUDETE CAMESCHI DE SOUZA (UFMS)
(PRESIDENTE)

PROF^a. DR^a. JEANE MARI SANT'ANA SPERA (UNESP)
(EXAMINADORA)

PROF^a. DR^a. MARLENE DURIGAN (UFMS)
(EXAMINADORA)

Às mulheres.

AGRADECIMENTOS

Parafraseio Paulo Freire ao dizer que sonhar é uma ação integrante daquilo que é ser um sujeito histórico; sonhar gera a esperança de transformação social. Como sonhos e utopias jamais se realizam sozinhos, meus agradecimentos a todas as pessoas que converteram meu sonho numa realidade histórica, em especial:

Ao Deus do Universo, minha força, fonte de minha existência;

Ao Agnaldo de Brito, por emprestar-me os ouvidos e aturar as minhas “descobertas” com paciência;

Ao Kelvin, pela compreensão quando monopolizei sua “máquina de brincar”, o computador;

Ao meu pai, Sr. Heliodoro, herói por fazer a educação uma prioridade na vida de seus dezoito filhos;

A Sra. Orminda, por, mesmo sem entender direito o que eu “tanto fazia”, apoiar-me constantemente com suas orações e seu amor de mãe;

À Marta Meira e Mirian Barbosa, pela amizade, pela presença constante em meus “momentos”;

Às minhas irmãs Lídia e Preta, pela hospitalidade desde o período em que vivia em trânsito entre Campo Grande e Três Lagoas;

Ao mano Wandik, pelos materiais sempre disponíveis e arguições madrugadas adentro, que tanto me fizeram crescer;

À minha orientadora, Profª. Dra. Claudete Cameschi de Souza, pela coragem com que dirigiu meus passos por “esse terreno movediço” e discutiu na academia assunto ainda tabu, sempre atenta, articulando conceitos e conhecimentos;

Ao Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues e à Profª. Dra. Marlene Durigan, pelas leituras sugeridas e interlocução, componentes imprescindíveis para este resultado;

À Janaína Nicola, Neuraci Reginaldo, Nóia Mina, Yara Barros e Jefferson Barbosa, pela alegria compartilhada, pelos gestos de carinho e amizade que deixarão saudades;

À direção e coordenação da E.E. Dom Aquino Correa, bem como, aos meus alunos do ensino médio noturno, por compreenderem minhas ausências.

Aos funcionários administrativos e professores do curso de Mestrado em Letras da UFMS – Três Lagoas, pela disponibilidade e apoio.

Sem vergonha, garota. Você tem profissão. (MINISTÉRIO DA SAÚDE)

RESUMO

O deslocamento da existência do “outro” nas sociedades, maximizado pela mídia, pode provocar ruptura ou deslizamentos de sentidos nos discursos. Então, com os objetivos de: a) analisar o discurso da/sobre a prostituta/prostituição, para observar a tensão entre formações discursivas (FDs) componentes desse discurso; b) analisar as relações de FDs, sentidos, sujeitos no espaço intra e interdiscursivo a fim de verificar deslocamentos de sentido para a inscrição do acontecimento discursivo “garota de programa”, esta pesquisa ancorou-se nos aportes teóricos da linha francesa da Análise de Discurso, em que é possível a articulação entre língua, história e ideologia na produção dos sentidos. O *corpus* constitui-se de enunciados extraídos de textos diversos publicados no período de 1996-2007: discursos veiculados na mídia nacional, a saber, no livro *O doce veneno do escorpião* e nas revistas *Metrópole*, *Caros Amigos*, *Isto É*, *Veja*, *Época*, *Nova*, e discursos em dicionários de língua portuguesa, da categoria padrão. A metodologia compreendeu as seguintes etapas: a) coleta de discursos da/sobre a prostituta/prostituição nos suportes mencionados; b) recorte de enunciados que atendiam às especificidades da análise; c) composição de um banco de dados compreendendo 133 enunciados; d) agrupamento de 104 desses enunciados em seqüências parafrásticas; e) análise das relações entre FDs, sentidos e sujeitos e suas filiações em redes de memória. No primeiro capítulo, foi feita a configuração do trabalho em termos de objeto (ao traçar considerações sobre o *corpus*), da teoria (ao mapear conceitos da Análise de Discurso francesa, escopo teórico da pesquisa) e da história (ao descrever a prostituição no Ocidente e, em específico, no Brasil); parte necessária para o delineamento das condições de produção dos discursos. O segundo compreendeu a análise de 51 enunciados, discursividades que emergiram na sociedade, via discurso midiático, para verificar a contribuição da mídia na legitimação de FDs instauradas no discurso da/sobre a prostituta e a prostituição. No terceiro capítulo, tomou-se por referência algumas entradas, alusivas ao verbete “prostituição”, em dicionários de língua portuguesa, para a análise da expressão “garota de programa” e, em seguida, foram analisadas seqüências de paráfrases para investigar se tal enunciado se constitui como acontecimento discursivo. Observou-se que coexistem diferentes FDs: da ordem trabalhista, configuradas na família 5198 da CBO (Classificação Brasileira de Ocupações); da inclusão e da Lei, com a criação de associações, redes, projetos; do discurso capitalista pós-moderno, daí a necessidade de ressignificação desse espaço discursivo, mediante terminologias eufemizadas para referência ao mesmo objeto. O confronto discursivo para o acontecimento “garota de programa”, trabalhado pela mídia, iniciou-se antes, por meio de formulações e retomadas. Sua opacidade inscreveu-o noutras denominações, em enunciados parafrásticos que remetem ao enunciado “garota de programa”, mas que não constroem a mesma significação. A produção discursiva na mídia não é um reflexo do que acontece no espaço público, mas um universo discursivamente construído. Há estratégias linguístico-discursivas marcadas por designações para a marginalização de um sujeito e afirmação do outro, no caso, afirmação da “garota de programa” como “produto” novo no “mercado” que atenda ao público exigente em decorrência das DST, em especial, da AIDS.

PALAVRAS-CHAVE: 1. prostituição; 2. discurso; 3. programa; 4. mídia.

ABSTRACT

*The displacement about existence of the "other" in the societies, maximized by the media, may to provoke rupture or change of meaning in the discourses. Then, this dissertation presents the objectives of: a) to analyze the discourse of/about prostitute/prostitution, to observe the tension between FDs (discursive formations) component of this discourse; b) to analyze the relations between FDs, meanings, subjects in the space where the discourse are observed to verify possible displacement of meaning in order to check if discursive event "program girl" occurs. This research was based on the French perspective of Discourse Analysis that articulates language, history and ideology in the production of the meaning. The corpus was composed of published texts in the period of 1996-2007: discourses transmitted by national media, in the book: *O doce veneno do escorpião*, in several magazines, such as: *Metrópole*, *Caros Amigos*, *Isto É*, *Veja*, *Época*, *Nova* and in standard Portuguese dictionaries. The methodology understood the following stages: a) collection of discourses in the mentioned supports; b) clipping of enunciated declared important to the specificities of the study; c) composition of a database with 133 statements; d) grouping of 104 of these statements in paraphrastics sequences; e) analysis of the connections among FDs meanings and its filiations in memory nets. In the first chapter, the configuration of the research was done in object terms (consideration about the corpus), theory terms (to map the concepts of the of the French Discourse Analysis theoretical base of the research) and of history term (to describe the prostitution in the Occidente, particularly in Brazil); which is necessary to mapping the conditions of production of the discourse. In the second chapter, the stud covered the analysis of 51 statements, which emerged in society, to verify the contribution of the media in the legitimation of FDs restored in the discourse of/about prostitute/prostitution. In the third chapter, some references related to "prostitution" were taken from Portuguese dictionaries to analyse the expression "garota de programa" and, after that the sequences of paraphrases were investigated, to confirm if it constitutes as discursivo event. It was observed that different FDs coexist: from the work, configured in CBO (Occupations Brazilian Classification) family 5198; FD from the inclusion and the Law, with the creation of associations, nets, projects; FD derived post modern capitalist discourse. Because of it, there was the necessity of giving another meaning to "prostitution"'s discourse though different terminologies to reference the same object. The discursive confrontation to beginning of the event "garota de programa", worked for the media, was initiated before, by means of retaken formularizations. Its opacity inscribed it in other denominations, in paraphrastics statements that send to the statement "garota de programa", but that it do not construct the same meaning. The discursive production in the media is not a consequence of that it happens in the public space, but as constructed universe, it has linguistic-discursive strategies marked by assignments for the discriminate some subjects and at the same time appreciate others. In this case, affirmation of "garota de programa" happens to show a "new product in the "market" to satisfy the demanding public due to threat of diseases as DST and specially AIDS.*

KEY-WORDS: 1. prostitution; 2. discourse; 3. program; 4. media.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- a.C. – Antes de Cristo
- AD – Análise de Discurso francesa
- AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
- CBO – Classificação Brasileira de Ocupações
- CIUO-88 – Classificação Internacional Uniforme de Ocupações, sigla em espanhol
- CP – Condições de Produção
- DSTs – Doenças Sexualmente Transmissíveis
- EUA – Estados Unidos da América
- E – Enunciado(s)
- ENT – Entrevista
- FD ou FDs – Formação Discursiva/Formações Discursivas
- FI – Formação Ideológica
- HIV – *Human Immunodeficiency Virus* (vírus da imunodeficiência humana)
- IBISS – Instituto Brasileiro Pró-Sociedade Saudável
- INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
- ISCO-88 – Classificação Internacional Uniforme de Ocupações, sigla em inglês
- MAN – Manchete
- MTE – Ministério do Trabalho e do Emprego
- OIT – Organização Internacional do Trabalho
- ONG – Organização Não Governamental
- PP – Página
- PV – Partido Verde
- REP – Reportagem
- RNPS – Rede Nacional de Profissionais do Sexo
- SED/MS – Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul
- TV – Televisão (canal)
- UNB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 11 |
| CAPÍTULO I: CONFIGURAÇÃO DA PAISAGEM..... | 17 |
| 1.1 Objeto | 17 |
| 1.2 Análise de discurso: mapeando conceitos..... | 20 |
| 1.3 A prostituição no cenário do Ocidente..... | 29 |
| 1.3.1 No palco, o Brasil..... | 37 |
| CAPÍTULO II: PROSTITUIÇÃO E PROSTITUTA: NA MÍDIA, OS DISCURSOS.... | 41 |
| 2.1 Na arena, os discursos sobre prostituta/prostituição..... | 41 |
| 2.1.1 Profissão X legalidade..... | 42 |
| 2.1.2 Antiga X contemporânea..... | 46 |
| 2.1.3 Economia X ciência..... | 47 |
| 2.1.4 Economia X educação..... | 50 |
| 2.2.1 Religião X liberdade..... | 53 |
| 2.3 Na mídia, os discursos da prostituta | 55 |
| 2.3.1 Prostituição: ocupação X entretenimento..... | 55 |
| 2.3.2 Prostituição: necessidade X liberdade..... | 58 |
| 2.3.3 Prostituta: profissional X produto..... | 60 |
| 2.4 Heterogeneidade do sujeito da prostituição..... | 63 |
| 2.5 Prostituição: instituição..... | 66 |
| 2.6 De “mal” a “bem” necessário..... | 69 |
| CAPÍTULO III: “GAROTA DE PROGRAMA”: ACONTECIMENTO DISCURSIVO | |
| _____ | 72 |
| 3.1 Dicionários: (des)construção dos sentidos..... | 72 |
| 3.1.1 “Cortesã” x “puta”: no fio discursivo, retomadas e deslocamentos..... | 76 |
| 3.1.2 Nos jogos discursivos, “garota de programa” x “profissional do sexo”..... | 79 |
| 3.2 Entre a violência e a Aids..... | 82 |
| 3.3 De call girl a “garota de programa”..... | 85 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 89 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 93 |
| ANEXOS..... | 98 |
| CORPUS..... | 99 |
| FAMÍLIA CBO – 5198..... | 109 |

INTRODUÇÃO

A memória discursiva irrompe na atualidade de um acontecimento e produz tanto regularização, quanto deslocamentos na regularização estabelecida, podendo desautorizar sentidos estabelecidos (ORLANDI, 1999).

Conceituada como profissão, tanto quanto as demais, como, por exemplo, administrador, dentista, a prostituição faz emergirem designações que interditam ou ressignificam as anteriores em suas discursividades. Sendo toda prática social constituída de discurso, tais designações advêm de um discurso específico, qual seria ele? Em que espaço social, político-ideológico surgiu?, uma vez que, em toda sociedade, a produção do discurso organiza-se por mecanismos internos e externos cuja função é controlar, ou, no dizer de Foucault (2004a, p. 10): “conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”.

Na ordem do discurso da/sobre a prostituta/prostituição, outros termos se impõem decorrentes, em princípio, de sua inscrição na esfera das ocupações. Para citar alguns, dentre muitos casos, observam-se: “trabalho sexual”, “atividade prostituinte”, por paráfrases de “prostituição”; “profissional do sexo”, “meninas”, propondo a interdição de “puta” ou “prostituta de rua/zona”; “garota/garota de programa”, “acompanhante”, em geral relacionado à prostituta jovem que atua sem muito se expor, “independente” (mediante contato telefônico, boate, agência, sauna), para quem os recursos tecnológicos, sobretudo o telefone, são ferramentas de trabalho; “as travestis”, no lugar de “os travestis” – destaca-se, entretanto, que nem toda travesti desenvolve atividade prostituinte e que o termo fica no feminino por referir-se a homens que se identificam com esse gênero (DURIGAN; NÓIA MINA, 2007)^{1 2}.

¹ DURIGAN; NÓIA MINA no artigo: *Sujeito, identidade e representação: entre o discurso oficial e a voz de prostitutas e travestis* analisa representações que prostitutas e travestis elaboram sobre sua identidade e sobre programas de "recuperação" ou (re)integração implementados pelo Estado e por instituições não governamentais. Pensa “na travesti da perspectiva das relações de gênero (masculino x feminino) ou da individualidade: ser travesti não implica necessariamente prostituir-se ou ser profissional do sexo. A opção por ser identificado como feminino podem constituir-se como eleição do objeto de desejo: a realização pessoal, e não só (ou não especialmente) a utilização do corpo de mulher como instrumento de trabalho, fonte de remuneração” (2007, p. 63).

² Entrevistada, Cris Stéphanie, Presidente da ATMS (Associação das Travestis de Mato Grosso do Sul – 2005), esclareceu: o que importa não é o sexo, a genitália em si, mas a identidade assumida. Como a travesti assume a identidade feminina, a flexão do nome “travesti” se faz também no gênero feminino.

Observa-se ainda que, no interior do grande grupo de “trabalhadoras sexuais”, a organização de seus integrantes ocorre de diferentes modos; constitui-se um grupo cujos segmentos não são totalmente estanques, nem dissociados. Subdividem-se ou aglutinam-se, dada sua vulnerabilidade, não permanecem definitivos, pois “sua realidade se modula conforme a necessidade do ‘mercado do sexo’”, declaração de Samoara Alves de Moraes³, coordenadora do IBISS (Instituto Brasileiro Pró-Sociedade Saudável), em Campo Grande, MS. Embora haja possibilidade de oscilação de um espaço a outro, existem grandes diferenças na forma de organização dessas mulheres. Por exemplo, as que “trabalham na rua” diferem das que atuam “na zona”, onde o local de trabalho geralmente coincide com o de moradia.

Categorizar os sujeitos da prostituição é tarefa inócua, em razão mesmo de tratar-se de seres histórico-sociais. A bibliografia, segundo Versiani (*apud* GASPAR, 1994, p. 11), convencionou designar, tanto os da rua quanto os da zona, de trabalhadores da “baixa” prostituição. O termo, por si mesmo, já pressupõe a existência de uma “média” e “alta” prostituição⁴. Mesmo em cada um desses “segmentos”, encontram-se diversas modalidades organizacionais.

Entendendo o “trabalho sexual” feminino como uma atividade complexa de relações sexuais entre homens/mulheres/mulheres, mediado pelo dinheiro, seja na “baixa”, “média” ou na “alta” prostituição, importam mais para essa pesquisa a modalidade de “trabalho” caracterizada pela situação econômica e a idade: mulheres jovens, em geral, com poder aquisitivo, que são denominadas/se denominam “garotas de programa”. Atuam em boate (onde nem sempre é exigida a divisão da receita com o proprietário), em agências de turismo (que se ocupam exclusivamente em arregimentar mulheres para prestarem serviços sexuais a seus clientes), fazem do “apartamento” onde moram, local de “trabalho”; em suma, agem independentes, sem a figura do cafetão.

Além disso, o pretenso anonimato das “garotas de programa” (estão por toda parte, protagonistas do trabalho sexual, mas evitam sua associação, nem que seja pela aparência, a uma prostituta) suscitou alguns questionamentos em relação ao fato de, ao mesmo tempo em que se pretendem anônimas, contarem com o recurso de uma das mais poderosas fontes de construção de sentidos, de sujeitos, de identidades e ideologias (PÊCHEUX, 1990, p.10) – a mídia, seja ela impressa, televisiva ou digital.

Para elencar alguns exemplos, além de marcar presença em classificados de jornal (inclusive daqueles tidos como “conservadores”, isto é, “zelosos” pela formação e informação

³ Em conversas informais cedidas à pesquisadora, em Campo Grande, 2006.

⁴ Há trabalhos mais de cunho autobiográfico sobre a “alta” prostituição, como os livros de Traci Lords, e Christy Cãnion (EUA) e Vanessa de Oliveira e Raquel Pacheco, no Brasil.

social), a propaganda impressa sobre trabalho sexual vem se inovando com a panfletagem. Está se tornando comum encontrar mulheres⁵ veiculando panfletos com conteúdo atinente, em praça, calçada ou semáforo de ruas movimentadas de grandes centros urbanos.

Citando outro modelo de publicidade midiática, há os vídeos de tele-sexo muito freqüentes nos intervalos do canal da Tevê Bandeirantes. Na mídia digital – área de maior inovação e apresentação desses discursos –, além de *sites*, *chats* (ambiente de interação para discussões e debates em que todos atuam em tempo real), *blogs* (histórico ou diário) acentuadamente realizarem a propaganda de divulgação de “garotas de programa”, há um sistema de serviço – à semelhança de compra programada. Em tal serviço, o *cliente*, mediante *catálogo*, acessa um arquivo onde os *materiais* se apresentam em imagem tridimensional para escolha de acordo com sua preferência; feita a seleção, ele agenda local, horário para recebimento do *produto*, sob a garantia de uma soma previamente estabelecida. Nota-se que a questão é mercadológica.

Os exemplos mencionados são todos práticas sociais e discursivas postas, umas com maior, outras com menor estabilidade de sentido (PÊCHEUX, 2006, p. 83). Práticas que se pretendem discretas, se iniciam no anonimato, na “penumbra”, via tecnologia: panfletos, telefonia celular, álbuns, internet, diferente da “prostituição da rua”, em que a pessoa marca ponto, expõe-se, promove o contato inicial corpo a corpo com o cliente. Tratar-se-ia de novas práticas discursivas da prostituição, que se instituem na sociedade dados os “deslocamentos” decorrentes do que se convencionou denominar “pós-modernidade”? Houve a emergência (no sentido de surgir) de um acontecimento discursivo que “perfura o espaço de memória” social, conforme teorizou Pêcheux (1999), a ponto de inscrever-se como um contra-discurso ou discurso de outra ordem? Qual o papel da mídia para a inscrição de “novas” vozes das formações discursivas que se imbricam, que constituem o discurso da/sobre a prostituta/prostituição?

Tais inquietações fomentam a análise desse discurso na mídia, na esteira do acontecimento discursivo “garota de programa”, numa perspectiva teórica da análise de discurso (AD) francesa, que contribui para a compreensão das relações entre sujeito, história e ideologia, em que o lingüístico e o social se relacionam na construção dos sentidos. Dentre os objetivos pretendidos com este trabalho, estão o de analisar enunciados para identificar as formações discursivas (FDs), sentidos, sujeitos e suas relações, filiações em redes de

⁵ Refere-se à mulher porque em geral é ela quem está à frente dessa questão, o que configura a feminilização do trabalho sexual.

memória; analisar o processo de emergência da “garota de programa” no contexto histórico e investigar se esse fato é um acontecimento e quais fatores o constituíram como tal.

Considera-se que, ao contrário do que se discursou na Idade Média: “venda do corpo” pela necessidade de sobrevivência, hoje se registra (mediante depoimentos, livros, entrevistas) um crescente número de garotas, com histórico familiar e escolar de elite⁶, que afirmam terem optado pela prostituição por “ vaidade”, “ vocação”, ou por “ quererem” circular pelo mundo do *glamour*⁷. Diante das dificuldades para seguir uma carreira, asseguram que escolheram a prostituição como se escolhe uma profissão qualquer.

“Meninas”, em muitos casos, “bem criadas” (em relação à classe social ou à educação) em busca de faturamento alto, eis a questão. No mundo artístico, tornou-se clássico o caso de Marilyn Monroe⁸, na década de 1970, nos EUA, que fazia programas no início da carreira, conforme noticiou a *Revista Época*, de 30/01/06, edição 402. No meio político brasileiro, a agenciadora Jeany Mary Córner, acusada de “abastecer” autoridades durante o escândalo do mensalão, em Brasília, em início de 2006. Recentemente, Vanessa de Oliveira, em *Diário de Marise*, registrou seu cotidiano como “garota de programa”. Antecedeu-a Bruna Surfistinha – pseudônimo de Raquel Pacheco –, que, em seu *blog*⁹ criado em 2003, trouxe a público os bastidores da prostituição e, em 2005, transpôs tudo em um livro que virou *best seller*: *O doce veneno do escorpião*. A ex-garota de programa afirmou, em entrevistas em programas de TV, em revistas de renome internacional, que faturou bem alto e sentiu prazer ao manter relações sexuais de todas as formas com mais de mil homens num período de quatro anos.

Há, ainda, as novelas da rede Globo: *Laços de Família* (2004), *Paraíso Tropical* (2006-7) cujas personagens Capitu (Giovana Antonelle), Bebel (Camila Pitanga) apresentam essa temática, tornando-a assunto recorrente. Também nas novelas *Duas Caras* (2007-8) e *A Preferida* (2008), os respectivos núcleos das personagens Alzira (Flávia Alessandra) e Cilene (Elizângela do Amaral) retomam essa questão. Compreende-se que, embora o corpo tenha sido cultuado, *coisificado*, historicamente, desde gregos, romanos, Idade Média e Moderna, nesses tempos atuais há toda uma indústria em torno da produção de corpos e de desejos sobre eles. O sujeito contemporâneo vive acometido de anseios relacionados ao corpo e aos modos de torná-lo mais desejado, sexy, jovial e produtivo. Nesse aspecto, o dinheiro é compreendido como instrumento perfeito para todo tipo de troca. Trocar sexo por dinheiro para satisfazer ao

⁶ Em Sociologia, minoria que detém o prestígio e o domínio sobre o grupo social.

⁷ Charme pessoal; encanto; magnetismo, segundo Dicionário Eletrônico Houaiss, 2001.

⁸ RUBIN, D. & AZEVEDO, S. Bruna & sua tribo. *Revista Época*, ed. 402, p. 42-50, 30/01/06.

⁹ Em <<http://www.brunasurfistinha.com/blog/index.php?m=200505-224k>, acesso em 16/04/07.

máximo novas necessidades de consumo, sugeridas pela mídia, e, dessa forma, “identificar-se”, exercer “autonomia e liberdade sexual”, podem ser fatores desencadeantes de um acontecimento discursivo.

Foucault (1982, p. 4), ao observar a proliferação de discursos sobre a sexualidade, oferecendo uma explicação para o lugar que o sexo ocupa na cultura ocidental e o porquê de tanta curiosidade sobre o assunto, declarou que no sexo está a verdade e é nele que o sujeito se conhece. Se para o indivíduo constitui uma problemática conhecer-se por meio do sexo, representa também uma preocupação saber o discurso de pessoas mediante esse domínio, em particular as que vivenciam o sexo de maneira diferente, tais como as “garotas de programa”.

Todavia, discorrer sobre esse assunto demanda critérios, em virtude da complexidade desse campo do saber. Torna-se necessário referenciá-lo a vários espaços, dentre eles sociedade e história. O trabalho com a materialidade discursiva (enunciado), como proposto por Pêcheux (2006), favorece a relação discurso, história e língua; possibilita a articulação entre estrutura e acontecimento, trabalha a intermitência entre descrição e interpretação que constituem, ambos, o processo de compreensão. Nessa empreitada, descrição e interpretação se interrelacionam para serem distinguidas no propósito de compreensão do analista.

Por metodologia, visto que a AD não é uma teoria pronta (MALDIDIER, 2003), os seguintes procedimentos foram seguidos: recorte de enunciados significativos para atendimento das necessidades da análise em materiais diversificados, como entrevista, reportagem, depoimentos, verbetes de dicionários, ponto de vista, o que resultou na formação de um banco de dados composto de 133 enunciados; agrupamento de 104 desses enunciados em seqüências de paráfrases para observar as relações de FDs, sujeitos e sentidos no discurso.

No primeiro capítulo, é feita a configuração da paisagem do trabalho, contextualizando-o no panorama do objeto, da teoria e da história, para relacioná-lo às condições de produção do discurso. O segundo constitui-se de análises de seqüências de 51 enunciados extraídos do discurso da/sobre a prostituta/prostituição, veiculado na mídia, observando-se as formações discursivas dele constitutivas. No terceiro capítulo, tomam-se como ponto de partida alguns verbetes de dicionário, alusivos ao verbe prostituição, para se analisar, nos discursos veiculados na mídia, o acontecimento discursivo “garota de programa”.

Como a AD tem por fundamental a questão do sentido, do sujeito, da ideologia, a análise precedeu a teoria (MALDIDIER, 2003). De acordo com Orlandi (2005), a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história; logo o dispositivo de análise, os conceitos e os

pressupostos teóricos atrelam-se ao objeto durante a investigação, à medida que ocorre a interação entre o analista e o *corpus*; nesse caso, mediante a interpretação, visando a compreender como um objeto simbólico produz sentido e está investido de significância para e por sujeitos.

CAPÍTULO I: CONFIGURAÇÃO DA PAISAGEM

Algo sedimenta-se porque se repete, porque se regulariza, mas esse algo está sempre ameaçado pelo novo, que pode sufocá-lo, que pode apagá-lo, fazendo-o ruir (PÊCHEUX, 1999).

Neste capítulo, propõe-se apresentar considerações quanto à estrutura do objeto; situar a pesquisa quanto ao escopo teórico, mediante a apresentação dos principais conceitos utilizados para a análise, e descrever o panorama histórico da prostituição ocidental, em específico, no Brasil: o contexto de produção, a relação entre linguagem e história. Em síntese, objetiva-se uma configuração da paisagem, prática sobremaneira necessária para o entendimento deste trabalho.

1.1 Objeto

Organizar um *corpus* requer do analista um esforço de reunir um conjunto de textos que se relacionam a um acontecimento presente e demais já passados, nos quais se materializa uma memória discursiva. Logo, o *corpus* está em estreita relação com a memória, pois,

o corpus não se dá ao analista, evidentemente, mas também não é verdade que o analista o cria: ele apenas o organiza, o que exige um certo trabalho (até mesmo braçal): reunir material, classificar e reclassificar, destacar aspectos relevantes, anotar, buscar outros textos etc. Ou seja; tomar a sério o acontecimento discursivo de que se trata, verificar sua natureza, sua eventual heterogeneidade (POSSENTI, 2006, p. 96-7).

A heterogeneidade do *corpus* revela-se à medida que o analista reúne pontos de vista, reportagens, respostas de personalidades em entrevista, notícias, comentários, verbetes de dicionário, documentos dos quais serão recortados enunciados “significativos”, que, em conjunto, constituem a materialidade lingüística sobre a qual se debruça, primeiramente, na investigação dos posicionamentos, das formações discursivas nela expostas, para, em seguida, verificar como os sujeitos a ela se relacionam. Como afirma Pêcheux (2006, p. 57),

A análise do discurso supõe que através das descrições regulares de montagens discursivas, se possa detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidos como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados.

Nesse sentido, o objeto desta pesquisa constitui-se de enunciados que circulam na sociedade em suportes diversos, em particular nos dicionários de língua e veículos midiáticos, em determinados momentos históricos. Conforme Silva (2002, p. 315), mídia, do latim *media*, designa meios de comunicação social, como o jornal, a revista, o rádio, o cinema, a televisão, *a internet, o livro*¹⁰. Logo, o *corpus* deste trabalho são seqüências de enunciados¹¹ extraídos de textos midiáticos, a saber, das revistas *Metrópole*, *Caros Amigos*, *Istoé*, *Veja*, *Época*, *Nova*, e do livro *O doce veneno do escorpião*, e de entradas em dicionários de língua portuguesa. A escolha de meios diferentes para o trabalho justifica-se pela proposta de analisar discursividades que emergiram na sociedade, observando-se a contribuição da mídia para a legitimação de FDs instauradas no discurso da prostituição para a emergência do acontecimento discursivo “garota de programa”.

Além disso, cada veículo abriga uma motivação peculiar de escolha. Para mencionar alguns, *Caros Amigos* é revista mensal de interesse geral distribuída em todo o país. Lançada em abril de 1997, traz, em cada edição, uma grande entrevista com personalidade de destaque em determinado campo de atividade, como o econômico, o político, o religioso, o artístico, o esportivo, o filosófico, sempre alguém de “opinião independente”, pronto para criticar o próprio meio em que atua. Em janeiro de 2006, a entrevistada foi Gabriela Leite, Presidente da Rede Nacional de Prostituição, cuja entrevista foi fundamental para se observar tal discurso na esfera dos movimentos sociais.

Veja, *Isto É* e *Época*, embora de linhas editoriais com pontos divergentes, são as revistas semanais de grande circulação no país, o que faz supor realizarem a veiculação desse discurso de modo mais sistemático e constante. *Nova*, periódico mensal para o público feminino, também de grande tiragem no Brasil, traz matérias relativas a comportamento da mulher e, pois, traz esse discurso sempre à tona. Na análise, foram feitas algumas considerações sobre a seleção de enunciados na revista *Metrópole*.

Para analisar o discurso da/sobre a prostituta/prostituição na mídia brasileira, torna-se imprescindível tomar, também como objeto, enunciados de um sujeito da prostituição conhecido internacionalmente, que se tornou verbete na enciclopédia eletrônica *wikipédia*,

¹⁰ Grifo da pesquisadora.

¹¹ Cada enunciado vem com suas respectivas fontes referenciadas em nota de rodapé.

como Bruna Surfistinha, pois os meios de comunicação constituem-se como espaços de produção de discursos sobre a prostituta/prostituição e de discurso enunciado pela própria prostituta, o que configura distintas posições discursivas.

De acordo com a *Istoé*¹², o livro *O doce veneno do escorpião* compreende uma coletânea de “pornoconfissões” da ex-garota de programa Bruna Surfistinha, pseudônimo de Raquel Pacheco, que ocupou o terceiro lugar na lista de não-ficção da *Veja*. Também na *Istoé especial*¹³, em “Os 100 brasileiros mais influentes de 2006”, Surfistinha é saudada como uma das poucas escritoras brasileiras que brilharam em 2006. Segundo a revista, seu livro esgotava a 16ª edição após façanha editorial da venda de 200 mil exemplares, o que lhe abriu as portas do mundo: em janeiro, visitaria diversos países europeus durante turnê de lançamento da obra, em versão para o inglês, o alemão, o hebraico e o japonês.

Também a Revista *Época*¹⁴, na matéria *Uma mulher de negócios*, informou que o Ministério da Cultura liberou a captação de quase R\$ 4 milhões, por meio de leis de incentivo fiscal, para a produtora carioca TV Zero rodar o filme da história da jovem prostituta, ressaltando-se a significativa posição ocupada por esse sujeito no discurso da prostituição brasileira atual.

Quanto aos dicionários, foram selecionados alguns verbetes atinentes à prostituição para observar a (des)construção dos sentidos desses vocábulos num veículo onde se registra a linguagem consagrada pelo uso corrente no contexto sócio-histórico-cultural. Tais enunciados servem como suplemento inicial da investigação do deslocamento de sentido de “garota” e “programa”, como se observa no terceiro capítulo.

O objeto desta pesquisa resulta da seleção e recortes de enunciados presentes em alguns textos publicados no período de 1996 a 2007, nos veículos midiáticos mencionados. A periodização foi necessária não apenas por questões práticas, de metodologia. Delimitar esse período para a pesquisa deveu-se também ao fato de observar que, em meados da década de 1990, quando a veiculação de discursos sobre origens, causas e estudos da Aids ganhavam destaque nas mídias, paralelamente discursividades sobre a prostituição se faziam obrigatórias, uma vez que AIDS e prostituição eram consideradas “faces de uma mesma moeda”.

Os veículos de comunicação, tais como a TV, o rádio, os jornais, as revistas e a *internet* destinaram espaço de destaque às matérias vinculadas ao tema, sob a égide do par

¹² A rede de livrarias piratas. Revista *Isto É*, ed.nº. 1950, 05/04/06.

¹³ Os 100 brasileiros mais influentes de 2006. Revista *Isto É Especial*, ed.nº.1941, 10/01/07.

¹⁴ FERRARO, Denerval. *Uma mulher de negócios*. Revista *Época*, ed.nº.479, p. 117, 23/07/07.

prostituição/Aids. Observa-se que as transformações no interior desses discursos foram inevitáveis em decorrência das mudanças sociais. O que se destaca, nesse período, entretanto, é que, no início, o discurso voltava-se para a atividade prostituinte e sua relação com as DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis), diferente do que se observa nos discursos recentes, cujo foco é a prostituta: quem é, o que pensa, o que faz, como se representa.

Mediante agrupamento de enunciados parafrásticos, o *corpus*, aparentemente um todo homogêneo, revela-se heterogêneo dado o acionamento da memória discursiva, possibilitado pelas retomadas, pelas disjunções e pelos deslocamentos de sentidos.

1.2 Análise de discurso: mapeando conceitos

A **Análise de Discurso** de linha francesa – AD – nascida em 1969, resultou da articulação entre Lingüística, História e Psicanálise, conforme proposta de Michel Pêcheux (PÊCHEUX & FUCHS, 1997, p. 163) de tratar um objeto onde se fundem língua, história e sujeito. De acordo com Orlandi (1996, p. 24), a AD se localiza no entremeio de cristalizações epistemológicas dessas ciências – “entremeio” entendido não como espaço interdisciplinar, mas como lugar de contradição.

Logo, dois aspectos tornam-na uma teoria crítica: o primeiro à medida que a AD ultrapassa os métodos próprios às disciplinas e trabalha em seus campos epistemológicos; o segundo, porque não cristaliza para si práticas metodológicas, visto que permite ser afetada pelo *corpus* que, na sua diversidade, acaba por exigir constantes deslocamentos.

Diferentemente da lingüística e das ciências sociais, a AD focaliza a linguagem em seu funcionamento, o sujeito em interação, (re)produzindo sentido por meio da linguagem em dada situação e contexto histórico. Dessa forma, concebe a relação entre história, sujeito e linguagem, num complexo de que decorre a produção de sentidos.

Pêcheux (1997), sob influência da teoria da comunicação de Roman Jakobson (1963), construiu o conceito de **condições de produção** (CP). Organizou um complexo esquema, em que se apresentam elementos do discurso e seu referente. Cardoso (2003, p. 38) apresenta o resumo de alguns desses elementos indispensáveis, como:

1. *um locutor* (aquele que diz, sua posição sócio-histórica);
2. *um alocutário* (aquele para quem se diz o que se tem a dizer, sua posição sócio-histórica);

3. *um referente* (o que dizer, sempre determinado pelos sistemas semânticos de coerência e de restrições);
4. *uma forma de dizer*, numa determinada língua (é preciso que se escolham as estratégias para se dizer);
5. *um contexto em sentido lato*: as circunstâncias histórico-sociais, ideológicas, o quadro das instituições em que o discurso é produzido – a família, a escola, a igreja, o sindicato, a política, a informação, a língua etc. Inclui-se aqui um sistema de restrições que determina os objetos, as escolhas temáticas, as modalidades enunciativas de um determinado discurso, assim como a relação entre os discursos, as possibilidades de citar do interior de um discurso etc.

Orlandi (2006) define CP em sentido estrito e lato. O primeiro diz respeito ao contexto imediato; ao “aqui e agora” do dizer. O segundo contempla o contexto sócio-histórico mais amplo. Mas isso serve apenas para fins explicativos, uma vez que, nas análises, ambas as concepções são indissociáveis.

Logo, as CP são entendidas como a situação empírica imediata no discurso, não são apenas circunstanciais, são também históricas; implicam o que é material (a língua e a história), o que é institucional (o social e a ordem) e o que é imaginário (imagens dos sujeitos em suas posições). Englobam o contexto amplo e restrito da produção do discurso, um imbricado no outro. Compreendem o momento histórico, o referente, os interlocutores, os quais representam lugares na estrutura social e relacionam-se por uma série de “formações imaginárias”. As CP são importantes porque os interlocutores organizam sua fala não somente como forma de estruturação de texto, mas também como forma de instituição de seu sentido.

Também na produção discursiva, configura-se um **jogo imaginário**: as imagens constituem as diferentes posições ocupadas pelos interlocutores, os lugares que atribuem a si mesmos e ao outro, ao referente, fazendo irromper um curso complexo de relações. Por esse aspecto, as escolhas de quem diz não são aleatórias, constituem-se falhas, dispersões do sujeito. Cada um enuncia de acordo com a instituição a que pertence, conforme as posições ideológicas a que está submetido.

A AD investiga como a ideologia se manifesta na linguagem, uma vez que, segundo Orlandi (2005, p. 17), “a materialidade da ideologia é o discurso e a materialidade do discurso é a linguagem”. Como não há discurso sem sujeito, e, tampouco, sujeito sem ideologia (PÊCHEUX, 1988, p. 149), é a ideologia que faz que os sujeitos se constituam. O **sujeito**, para se constituir e para produzir sentidos, é afetado pela língua e pela história, pois ele só tem acesso a uma parte do que diz; nesse aspecto, mesmo o que não diz significa em suas palavras; caso contrário, se não se submetesse à língua e à história, não falaria, nem sequer produziria sentidos (PÊCHEUX, 2005, p. 48-9). Assim, pode-se considerar que o

sujeito se relaciona com a história, com os sentidos, com a memória, com a ideologia e com a língua para produzir o dizer e para construir a si e aos outros, sendo constituído por esse entrançamento.

O **sentido** apresenta-se como evidência (PÊCHEUX, 2005, p. 46), como se ele já estivesse sempre lá. Interpreta-se e, ao mesmo tempo, nega-se a interpretação, colocando-o no grau zero. Isso faz que uma palavra designe algo em determinada circunstância. As palavras recebem seus sentidos a partir das formações discursivas em que se inscrevem, de modo que os sentidos não são esgotados de imediato:

As palavras, expressões, proposições etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seus sentidos em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem (PÊCHEUX, 1988, p. 160).

O sujeito do discurso institui-se à medida que se estabelecem as relações de sentido. O sentido não está nas palavras, as significações são instituídas à medida que ocorre a interação entre os interlocutores e que o sujeito se desidentifica no interior do discurso. Daí ser possível considerar, juntamente com Pêcheux (1997) e Orlandi (2005, p. 21), que o **discurso** é, antes de tudo, “efeito de sentido entre locutores”, os quais representam lugares na estrutura social. O sujeito não é apenas um ser diferente, não-empírico e não-coincidente consigo mesmo, mas materialmente dividido desde sua constituição, assujeitado à língua e à história. Assume **posição-sujeito**, representa lugares sócio-históricos situados e institucionalmente determinados, de modo que sua liberdade de atribuição de sentido ao enunciado é comprometida, porque ele se assujeita às determinações das formações ideológicas a que pertence.

Ao abordarem a “**ideologia**”, fundamental em AD, Pêcheux e Fuchs (1997) requisitaram o materialismo histórico – teoria marxista que compreende o desenvolvimento das transformações sociais com base nas formações sócio-econômicas e relações de produção –, no entanto não trabalharam com a concepção que Marx & Engels (2006) lhe atribuíram: ideologia como uma “falsa consciência”.

Segundo Pêcheux e Fuchs (1997, p.165), a região da ideologia deve caracterizar-se por uma materialidade específica, que se articula sobre a materialidade econômica, uma vez que aparece como condição para que a base econômica se reproduza. Dessa forma, a

ideologia é considerada na maneira pela qual os homens vivem as relações com suas condições materiais de existência: “cada formação ideológica constitui um complexo conjunto de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p.175).

Nesse aspecto, uma **formação ideológica** (FI) fala sobre as mesmas coisas, porém em perspectivas contraditórias que têm a ver com o antagonismo das classes sociais: “as contradições ideológicas que se desenvolvem através da unidade da língua são constitutivas pelas relações contraditórias que mantêm, necessariamente, entre si ‘os processos discursivos’, na medida em que se inscrevem em relações ideológicas de classes” (PÊCHEUX, 1988, p. 93).

Ideologia não mais compreendida como uma ocultação, mas como função necessária entre linguagem e mundo. Pêcheux, ao apresentar os pressupostos de uma teoria materialista do discurso, diz ainda que a função principal da ideologia é a de produzir um mascaramento do sujeito, uma idéia de evidência “subjetiva”, entendendo-se “subjetivas” como evidências nas quais o sujeito se constitui. O autor retoma o conceito que L. Althusser (1974) desenvolvera no materialismo: “a ideologia interpela o indivíduo em sujeito” (PÊCHEUX, 1988, p. 163), para desenvolver a noção da ilusão do sujeito pela teoria dos **dois esquecimentos**, de onde derivou a questão da heterogeneidade do sujeito.

Assim, o sujeito tem a ilusão de não só estar na fonte do sentido (esquecimento número 1, da ideologia), como também de ser o dono de sua enunciação, capaz de dominar as estratégias discursivas para dizer o que quer (esquecimento número 2, da enunciação). Ilusão porque os sentidos não nascem no sujeito, nem são evidentes; o sentido é um efeito ideológico: as palavras recebem seus sentidos de formações discursivas postas em relações.

O que distingue as FDs umas das outras é o modo como elas se relacionam com a formação ideológica, que comporta uma ou mais **formações discursivas**. Segundo Pêcheux (1988, p. 160), “a formação discursiva determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) a partir de uma posição dada”.

De acordo com Pêcheux (1988, p. 167), o discurso é também um *continuum* de “já ditos” que se atualizam por meio de seu “fio”, o intradiscurso. O discurso só pode ser pensado como o lugar onde “a forma-sujeito tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso”. Segundo Orlandi (2005), todo dizer encontra-se na confluência de dois eixos: o vertical, constituição dos sentidos, do “dizível”, todos os dizeres já ditos e esquecidos,

relaciona-se à memória discursiva, e o eixo horizontal: a formulação, a atualização do dizer. No processo de produção do discurso, a “constituição” determina a “formulação”, ou seja, o interdiscurso determina o intradiscurso.

O **interdiscurso** é entendido como “o todo complexo com dominante” das FDs que designa o espaço discursivo e ideológico no qual se desenvolvem as relações de dominação, subordinação e contradição (PÊCHEUX, 1988, p.162). Ele determina o sujeito impondo-dissimulando seu assujeitamento sob a aparência da autonomia.

Pêcheux também compreende o interdiscurso como fonte da memória, onde ressoa *uma voz sem nome*, que é exterior ao sujeito, e confirma a idéia de que o ideológico fala pelo sujeito: este é assujeitado às falas ideológicas que lhe pré-existem, porém existe uma abertura possibilitando-lhe o posicionamento em relação ao interdiscurso e o deslocamento do “já-dito”. Para ele, as posições-sujeito no interdiscurso regulam o próprio ato da enunciação.

De acordo com Charaudeau & Maingueneau (2006, p. 195), em AD não é possível uma definição estrita, lingüística, da **enunciação** como funcionamento individual da língua. Ela deve ser concebida no interdiscurso.

Pêcheux & Fuchs (1997, p.178) compreendem que

os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que têm por características colocar o “dito” e em consequência rejeitar o não-dito. A enunciação equivale, pois a colocar fronteiras entre o que é “selecionado” e tornado preciso aos poucos (através do que se constitui o “universo do discurso”), e o que é rejeitado.

Por enunciação compreende-se o singular, o irrepetível; ela não é individual; alguém diz algo a alguém num espaço físico, social, histórico, porque nele se estabelecem relações entre língua e ideologia.

Em geral, empregado nas ciências da linguagem, contrapondo-se ao conceito de enunciação, o termo **enunciado** tornou-se polissêmico. Foucault (2002, p. 123), em *Arqueologia do Saber*, conceituou-o como “a materialidade repetível, a unidade elementar do discurso”, conceito interessante para a AD. Seu caráter material atribui-lhe a característica de acontecimento, que não pode ser esgotado nem pela língua, nem pelo sentido. Não é frase, texto, período; é uma função que cruza um domínio de estruturas possíveis e faz que apareça como uma unidade com conteúdo concreto no tempo e no espaço, referindo-se a uma FD.

O enunciado é repetível porque institucional. Sua posição-sujeito é vazia, podendo o espaço ser ocupado por um ou diferentes indivíduos. Dessa forma, pode vir em forma de paráfrase – visto que todo enunciado pressupõe outros –, em série ou em conjunto.

Como o discurso, sob a ótica pecheutiana, possui uma materialidade (no caso, lingüística), o enunciado é, portanto, um **acontecimento** (uma forma material). Pêcheux, em *Discurso: estrutura ou acontecimento* (2006), analisa um acontecimento discursivo sintetizado em um enunciado que será trabalhado pela mídia, na voz de vários enunciadores que irão retomá-lo, deslocá-lo “em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele convoca” (PÊCHEUX, 2006, p. 19).

O pensador considera o acontecimento *On a gagné* (Ganhamos) como transparente e opaco ao mesmo tempo. Segundo ele, muito antes se iniciara o confronto discursivo para o início desse acontecimento, mediante formulações e retomadas, tornando-o transparente. Porém, sua opacidade inscreveu-o noutras denominações, em enunciados parafráticos (como: “F. Mitterrand foi eleito presidente”; “A esquerda francesa venceu as eleições”), enunciados que remeteram ao “ganhamos”, mas que não construíram a mesma significação.

O caminho apontado por Pêcheux parte da observação dos jogos enunciativos. Em sua natureza de acontecimento, o enunciado constitui-se unidade central de sua análise. O acontecimento é pensado como a emergência de enunciados que se inter-relacionam e produzem efeitos de sentido. Refere-se a algo único, singular, um “fato” que foge à estrutura. Por ser retomado, analisado, revisado, especificado, detalhado, por estabelecer relações, deslocamentos, vizinhanças, estar relacionado a outros similares, ou tornados similares, constitui discursividades, redes de memórias que produzem os sentidos em um momento histórico, conforme Pêcheux (2006, p. 56) assinala:

o discurso não é um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe [...] só por sua existência, todo discurso marca possibilidades de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço.

Nesse aspecto, o acontecimento discursivo deve ser analisado buscando-se articular materialidade e historicidade dos enunciados, movimento em que se faz indispensável o acionamento da memória.

Diferentemente de conceber **memória** como espiritual, um ponto físico do cérebro, no indivíduo (sujeito), social (sociedade), coletiva (grupo de pessoas), Pêcheux (1999, p. 56) pensa a memória como material, histórica, lugar social de “retomadas”, de “disjunções”, de conflitos. “Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos”, lugar onde os discursos estão. O fato de ser discursiva já pressupõe sociedade, coletividade, posição sujeito, historicidade, pois os discursos atravessam o sujeito e o sujeito é atravessado pela ideologia.

Não há sentido homogêneo na memória discursiva; ela sempre será retomada, acionada de maneira diferente. Onde o discurso atravessa o sujeito, o faz de modo diferenciado, atravessado. Ela não é um reservatório, acumulada como arquivo, um do lado do outro, organizada. Não tem forma distinta, definida, não tem real exterior. A memória é fato social concreto.

A memória está relacionada à discursividade e, para que se inscreva na história, tem de ter uma regularização. No entanto, não pode ser provada, ser deduzida de um *corpus*, porque, mesmo sob forma de implícitos (retomadas, remissões, paráfrases, regularidades discursivas), a memória pode ser perturbada pelo acontecimento discursivo novo, tendendo a absorvê-lo. “Haveria, assim, sempre um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento” (PÊCHEUX, 1999, p.53), que visa à regularização e também à “desregulação” dos implícitos:

A questão da memória como estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem estabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

Segundo Orlandi (1999, p. 59-64), “a memória é feita de esquecimentos, de silêncios, de sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e silenciamentos”; é o interdiscurso em AD. Conforme Pêcheux (1988), algo fala antes, em outro lugar, independentemente; é o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam

sentido. A memória se constitui pelo “já-dito” que possibilita todo dizer. Palavras já ditas e esquecidas, ao longo do tempo e de nossas experiências de linguagem, que, no entanto, nos afetam em seu “esquecimento”.

A relação entre memória e acontecimento é tensa. Toda memória é tensa porque está sempre relacionada a outras no discurso. Como o acontecimento se refere àquilo que não está previsto na estrutura, mas vem “de repente”, para sua inscrição na memória, deve ser significativo, a ponto de disputar-lhe um espaço, e “perfurá-la”; caso contrário, a memória o absorverá, antes mesmo que se inscreva (PÊCHEUX, 1988).

Dessa forma, há acontecimento que lhe escapa, dada a sua pequena relevância, e há aquele que, de tão “forte”, é absorvido pela memória a ponto de perder-se. Dir-se-á, então, que um contra-discurso “esburaca” a memória, esse espaço móvel de debates, e conquista um espaço para sua existência como acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 1999, p.52).

Memória e paráfrase estão de certa forma, atreladas. No confronto entre linguagem e mundo, na relação entre simbólico e real, o sujeito e os sentidos se repetem, se deslocam e se constituem. Isso significa que a condição de linguagem é a incompletude. Os sujeitos e os sentidos não estão completos. Constituem-se e funcionam sob o modo da relação, da **paráfrase** (os “já-ditos”: fala-se por palavras já enunciadas, porém esquecidas), da falta, do movimento, da polissemia (deslocamento, o diferente).

Paráfrase refere-se à produção dos sentidos no discurso, segundo atestam Pêcheux & Fuchs (1997, p. 169):

Queremos dizer que, para nós, a produção de sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre seqüências tais que a família parafrástica destas seqüências constitui o que se poderia chamar de matriz do sentido. Isto equivale a dizer que é a partir das relações no interior desta família que se constitui o efeito de sentido, assim como a relação a um referente que implique esse efeito.

O sentido não é de uma palavra, mas de um conjunto de outras palavras que com ela mantêm determinada ou indeterminada relação. Seu caráter é histórico. Num discurso, o sentido das palavras remete a ocorrências anteriores. É numa relação parafrástica que o efeito de sentido se produz. Paráfrase não é pura equivalência lingüística; por meio dela, além de estabelecer-se a relação semântica, é possível uma tensão entre a diversidade dos modos de restituição do sentido no discurso.

Em AD, o conceito de paráfrase é fundamental também por se referir tanto ao trabalho de descrição, quanto ao de interpretação do analista, de acordo com Pêcheux (2006, p. 52):

[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, de deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro [...] Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso.

Conforme Pêcheux & Fuchs (1997, p. 169), é na relação de paráfrase que se constitui o efeito de sentido. Compreende-se por processos parafrásticos aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém (ORLANDI, 2005). A produção da linguagem se faz na articulação entre a paráfrase e a polissemia; nesses dois processos fundamentais, há um constante jogo, uma relação de tensão entre o “mesmo” (a paráfrase) e o “outro” (a polissemia), para a construção dos sentidos.

A paráfrase, segundo Fuchs (1982), deve ser considerada numa dimensão global, isto é, lingüística e discursiva, pois a contradição reflete uma tensão fundamental, constitutiva da própria atividade de parafrasagem. Ela se manifesta nos domínios discursivos e lingüísticos. Parafrasear é conduta discursiva e de restituição de sentido, ou seja, é uma atividade de reformulação, pela qual se restitui o sentido de um discurso (enunciado ou texto) já produzido. Não é um simples deslocar, uma repetição real, mas um deslocamento, uma “re-constituição de sentido” (FUCHS, 1982, p. 30).

No funcionamento discursivo concreto, todas as substituições são orientadas, toda restituição é deslocamento de sentido, visto que o sujeito não fala de um mesmo lugar, do mesmo modo e domínio de conhecimento. Mas a atividade de paráfrase tem de particularidade a reduplicação fiel do conteúdo por simples modificação da forma. Segundo Fuchs, parafrasear também é atividade metalingüística, “o único conhecimento da situação discursiva permite decidir se se trata ou não de uma identificação parafrástica” (FUCHS, 1982, p. 32).

A reformulação parafrástica deixa traços explícitos nos discursos, marcas tais como o discurso-fonte, o qual é religado à seqüência discursiva que o parafraseia. Ao parafrasear, o sujeito enunciadador desloca o sentido a partir de um discurso-fonte, por meio de argumentação discursiva, reformulações, onde o sentido do texto-fonte é decodificado,

“reconstituído pelo sujeito e não é jamais reproduzido idêntico, mas sempre reconstituição” (FUCHS, 1982, p. 29-30).

O pensamento de Fuchs sintetiza-se ao conceber a paráfrase como um lugar tenso para reformulação ou reconstituição do sentido por meio de um referente e de um conjunto enunciativo, espaço onde o referente se materializa expresso pelo seu caráter de decodificação e leitura, seja por meio de marcas lingüísticas, seja pelo processo intuitivo inerente ao leitor no fluxo interativo da linguagem. A tensão discursiva é necessária para a própria progressão do discurso. De acordo com a autora, lingüisticamente a atividade de parafrasear consiste, por condução metalingüística, em anular, reduzir, apagar o múltiplo, as diferenças, para simular uma identificação, em uma determinada situação; no plano discursivo, consiste em jogar com as diferenças, em mostrar as diferenças, produzindo tensão entre o Mesmo e o Outro, o que faz progredir o discurso.

Logo, parafrasear um discurso ou enunciado de dada formação discursiva implica contextos históricos diversos, específicos sujeitos e determinadas ideologias. Quando o sujeito aciona o discurso na memória discursiva (no eixo vertical – interdiscurso), para atualizá-lo (no horizontal – intradiscurso), instaura-se “a tensão (mediante paráfrases, resignificação, reformulação) necessária para se atingir o sentido desejado” (RODRIGUES, 2001, p.44).

Esse espaço, situado entre o lingüístico e o social, um constitutivo do outro, permite ao mecanismo de parafrasagem constituir-se em instância conflitiva de sentidos e resignificação de um enunciado ou discurso. Por esse aspecto, cada seqüência de enunciados, nesse trabalho, representa paráfrase do discurso em questão.

Os processos discursivos são responsáveis por fazer emergir aquilo que é característico de um determinado processo histórico, em uma memória coletiva. Assim, pensar discursivamente a prostituição implica analisar as formas conflituosas de inscrição da historicidade nos processos de significação da linguagem. A historicidade, que se conjuga com a língua, é efeito de processos sócio-históricos que são constitutivos do sujeito do discurso.

1.3 A prostituição no cenário do Ocidente

Em toda parte e desde a aurora da humanidade, o sujeito se vê confrontado a uma dupla dimensão: de uma parte, o cosmos, ou seja, o mundo natural no qual

está mergulhado, e, de outra, seu corpo e precisamente o caráter sexual deste último. É a partir desta dupla polaridade que ele se reflete como ser no mundo e elabora os símbolos com os quais constrói sua existência social. (CATONNÉ, 2001, p. 16)

Descrever a história da prostituição de mulheres dos primórdios das civilizações ocidentais à contemporaneidade, remetendo-se às condições de produção e ao funcionamento do discurso, demanda certo cuidado com generalizações porque se refere a uma prática social. No transcorrer da história, a atitude que determinada comunidade adota diante do ato sexual representa seus padrões sociais, visto que as práticas sexuais assumem significados diferentes segundo a época e a cultura em que são praticadas (ENCICLOPÉDIA ABRIL CULTURAL, 19??, p. 2203).

Prostituição, do latim *prostitutione*, aqui é interpretada de acordo com Michaelis (2000, p.1724) como “modo habitual de vida da mulher que se entrega à prática retribuída, do ato sexual.” Em geral, é abordada sob perspectivas da Sociologia (LAGENEST, 1975), da Segurança (PEREIRA, 1976), da Igreja (ANGELO, 1982) e da Medicina (MONTEIRO, 1990). Nesse histórico, propõe-se evocar o sujeito da prostituição, ouvi-lo falar de seu próprio contexto e do que se fala sobre ele, ou em outras palavras, como afirma Rose Marie Muraro: “tirar uma parte importante da história das mulheres das mãos dos escritores homens”¹⁵.

Não desmerecendo outras abordagens ao tema, predomina, neste percurso, o registro elaborado sob a ótica da própria prostituição, o texto de Nickie Roberts (1998), uma ex-prostituta que registra o trajeto da prostituta/prostituição no universo ocidental. Em seu trabalho, ao contrário de abordagens que atribuem o desenvolvimento da prostituição ao da própria humanidade, Roberts não denomina prostituição as experiências mítico-religiosas encontradas no mundo primitivo. Segundo a autora, tratava-se de rituais de culto à deusa, uma vez que mulheres, vistas como a incorporação viva de uma força geradora universal, controlavam a sexualidade, à época. Para Roberts (1998, p.19-30), a prostituição propriamente religiosa tornou-se visível no segundo milênio a.C. , quando a mulher sagrada, perdendo seu espaço para sacerdotes de deuses homens introduzidos na cultura, passou a prostituir-se.

Mesmo nesse novo panorama, as sacerdotisas (prostitutas) eram mulheres dotadas de importante função simbólica, ou seja, suas relações com certos e determinados homens correspondiam a rituais e cerimoniais que visavam ao “louvor à fertilidade e ao

¹⁵ Comentário feito pela feminista na contracapa de *Prostitutas na História*, obra em questão.

prazer” (ROBERTS, 1998, p. 31-5). Na Grécia e Roma antigas, por exemplo, registrou-se o culto às deusas *Afrodite* e *Vênus* (protetoras do amor); dentre os egípcios, o costume de consagração das mais belas virgens a *Ísis*, e, entre os fenícios, o culto à hermafrodita *Astaré*.

De acordo com Pereira (1976, p.1), ainda no mundo primitivo era comum o caráter civil e hospitaleiro das relações sexuais, uma vez que o meio pelo qual se utilizavam a mulher e o homem justificava-se pelos fins. Há vários exemplos dessa prática registrados no Velho Testamento da Bíblia; um deles é o de Tamar, que requereu do sogro, Judá, seu direito à descendência ao fazer-lhe “uma hospitalidade”, conforme o costume da época (BÍBLIA SAGRADA, GÊNESIS: 38).

Segundo Roberts (1998, p.108-136), as prostitutas desfrutaram de liberdade e *status* no período que correspondeu à Antiguidade. Na sociedade greco-romana, contavam com proteção oficial, recolhiam impostos e tinham uma hierarquia, na qual a *hetairae*, “companheira dos homens”, usufruía certo *status*, circulava livremente pelos palácios, conhecia questões do governo e era famosa tanto por seu intelecto quanto por sua beleza e habilidade sexual.

No início da Idade Média, a prostituta continuou a desfrutar relativa proteção, embora a base da moral cristã definida por São Paulo, nos evangelhos de I e II Coríntios, já houvesse estreitado o relacionamento sexual à procriação. Santo Agostinho, uma das principais autoridades da Igreja, ao discorrer sobre sexualidade e casamento escreveu: “Suprimir a prostituição e a luxúria caprichosa vai acabar com a sociedade” (BULLOUGH, 1968, apud ROBERTS, 1998, p. 83). Assim, o cristianismo identificou a prostituta com a “luxúria miserável da carne”, considerando-a uma espécie de “dreno” da sociedade para preservar a virtude da família. Também a Igreja observou que a prostituição era um “mal necessário”, dada a necessidade de sobrevivência de um contingente de camponesas viúvas, filhas e esposas dos servos, que, desalojadas pelas guerras – num modelo feudal representado pela classe de guerreiros¹⁶ em busca de posse de terras –, eram forçadas a acompanhar os exércitos pelos campos e desenvolver variadas funções, dentre elas as de cozinheiras, enfermeiras, costureiras e prostitutas.

Ainda segundo a autora, o desenvolvimento de vilas, dominadas pelos burgueses, fez surgir uma economia urbana, centrada no mercado, o que abriu espaço às mulheres que viam em seu sexo um produto a ser comercializado não só para sustento próprio e de familiares, mas também para sua própria independência financeira. Gradualmente, a prostituta deslocou-se dos portões para algumas horas diárias na vila até instalar-se em tavernas,

¹⁶Classe resultante da colisão entre aristocratas romanos decadentes e líderes bárbaros invasores.

hospedagens, casas de banho, quartos e igrejas, ou continuou atendendo em ruas e praças. Dessa forma, a prostituição adaptou-se às condições gerais do comércio e da vida urbana.

As vilas cresceram por todos os lados, sem saneamento ou estrutura, pois o processo que arrancou camponeses das terras deixou um rastro de miséria e mudança no padrão de vida dos pobres. As mulheres pobres, excluídas dos negócios, ficavam com poucas perspectivas de ocupação. “Como eram oriundas de classe sem propriedade, não tinham idéia do conceito burguês de família nem da moralidade que o acompanhava” (ROBERTS, 1998, p. 204). Nessas circunstâncias, ocorreu a expansão da prostituição da classe baixa (de rua), o que suscitou a atenção de autoridades, sobretudo da classe burguesa, que, à medida que ascendia ao poder, desenvolvia um movimento para erradicá-la pela lei e pela força.

De acordo com Roberts (1998, p. 115), a Igreja “veio em socorro” das “pobres mulheres decaídas”, criando lares para restaurá-las, inspirados na experiência de Maria Madalena, narrada no capítulo oitavo do evangelho de São João, no Novo Testamento da Bíblia¹⁷. Todavia, muitos desses “lares” tornaram-se “bordéis”, visto que a prática prostituinte continuou a vigorar não apenas porque havia mulheres que encontravam na prostituição um modo de subsistência, mas também porque havia pessoas interessadas na exploração dessas mulheres, bem como na prestação de seus “serviços” sexuais.

Não havendo como coibir a prostituição, autoridades européias instituíram, em muitos centros urbanos, o bordel (área de zona fechada), regulamentado pelo município com o objetivo de controlar os movimentos de prostitutas de rua e confiná-las a lugares onde seriam mais vigiadas e controladas.

O surgimento do bordel levou aos movimentos de regulamentação da prostituição. As primeiras leis datam do século XII, na França. Segundo Roberts (1998, p. 100-118), homens doutos e do clero buscaram defini-la e regulamentá-la em decorrência dos lucros obtidos com o comércio sexual e da corrupção da Igreja, uma vez que muitos bispos, abadias e mosteiros incluíam bordéis em suas propriedades – as “Gansas de Winchester” constituem um documentado exemplo do envolvimento da Igreja com a prostituição.

A autora afirma ainda que os decretos reais não consideravam a prostituição ilegal. Exemplo disso são os quatro capítulos de Tomás de Chobham¹⁸, no Manual para os confessores no século XIII, que a reconhecia como atividade comercial, equiparada à de demais comerciantes, uma vez que a mulher alugava seu corpo para realizar um trabalho, mas

¹⁷ Levaram-na a Jesus para que Ele a julgasse merecedora ou não do apedrejamento. Jesus não a condenou, mas condicionou seu perdão a uma vida fora da prostituição.

¹⁸ *In* Geremek, Bronislaw *apud* Roberts 1998, p. 100.

a condicionava à necessidade de subsistência; caso contrário, a “decaída” necessitaria de correção e confinamento.

Entretanto, a burguesia, em combate à tradição aristocrática de luxuosidade, rejeitava o fato de algumas mulheres que comercializavam sexo tornarem-se independentes: seus ganhos lhes permitiam uma vida luxuosa e confortável, vestuário, às vezes mais ostensivo que de mulheres burguesas. À medida que ascendia ao poder, a classe burguesa criava mecanismos de identificação da prostituta com relação às demais mulheres, fosse pela raspagem de seus cabelos, mediante acessório (uma fita, um lenço), fosse pelo confinamento em bordéis, ou literalmente feita uma marca no rosto (daí o estigma, para que por toda a vida fosse lembrada sua condição).

Conforme Roberts (1998, p. 100-118), com o movimento da Reforma, seguido da Contra-Reforma, ambicionando-se controlar as pessoas pelo Estado e pela Igreja, mediante a implantação de sistemas de controle de sexualidades – a chave para o controle dos corpos, de acordo com Foucault (2001) –, acentuou-se a perseguição de prostitutas, com base em Deuteronômio 22 (BÍBLIA SAGRADA). O regime antiprostituição na Europa, defendido também pela burguesia, alcançou seu clímax com o puritanismo vitoriano do século XVIII. A Inglaterra, seguida de outros países europeus, fechou bordéis e proibiu a circulação de prostitutas nas ruas.

Pode-se dizer que a prostituição passou de “mal necessário”, decorrente da pobreza das mulheres e da luxúria da aristocracia (um modo de preservar a família da lascívia), a “mal social” que deveria ser “extirpado” por todos os meios, porque dificultava a produção de uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora, conforme Foucault (2001).

Mas em decorrência da expansão das cidades, a disseminação do comércio livre, oferta e demanda nunca faltavam e toda tentativa de abolir a prostituição deslocou o comércio do sexo para a clandestinidade, o que fez surgir a figura do cafetão, responsável por manter as prostitutas longe da polícia.

De acordo com a Enciclopédia Abril Cultural (19??, p. 2206), ao avaliarem que não se podia abolir a prostituição, nem legalizá-la – pois tal fato implicaria o reconhecimento, pelo Estado, de que a sociedade dela necessitava, o que lhe atribuiria um papel institucional –, autoridades européias conferiram à prostituição um caráter de anormalidade.

No período moderno, o declínio da regulamentação pelo Estado favoreceu a entrada da alta burguesia no empreendimento do mercado do sexo. Observando os altos lucros por ele gerados, a burguesia passa a administrar as zonas de prostituição em troca de uma taxa

de repressão de quem trabalhava nas ruas, de modo “ilícito”. Casas requintadas foram construídas para atendimento de uma demanda sofisticada, na Europa Moderna, período em que a indústria do sexo foi modelada, afirma Roberts (1998, p. 134-5).

Como os antigos bordéis ficaram associados a lugar onde as pessoas se reuniam para discutirem e exporem suas queixas, a prostituta viu-se obrigada a encontrar novos lugares de atuação. Um deles, o teatro, mostrou-se importante centro catalisador de clientes de alto poder aquisitivo.

Acresce-se a esse fato a inclinação da classe alta por experiência sexual, o que originou um modelo de bordel diferente para satisfazer a gostos dos especialistas. A prostituição diversificou-se para senhores ricos, comércio lésbico, para homens do clero, prostituição de virgens, de mulheres de origem nobre. Segundo Roberts (1998, p. 129), no início da Europa Moderna, a prostituição retomou seu relativo *status* da Antiguidade Clássica.

Roberts (1998, p. 190-8) declara que competia às “madames” o treinamento, a profissionalização e a adaptação de mulheres para atendimento de um público de pessoas ricas, influentes e respeitáveis. A madame podia espalhar seu material publicitário entre os homens ricos em seus clubes em um sistema discreto, profissional, seguro e satisfatório para ambas as partes.

Mas o triunfo da burguesia em todas as esferas de atividades – econômica, política e ideológica, no século XIX – provocou mudanças na sociedade ocidental. No campo da ideologia, a ciência passou a examinar a prostituta como “pobre de espírito”, “envenenada”, destruidora da sociedade. O romance *Naná*, de Emile Zola¹⁹, escrito em 1880, ilustra bem essa temática: Naná se permite trocar sexo por dinheiro, sem que fosse a subsistência a sua motivação, de modo que nenhuma fortuna era grande o suficiente para satisfazer a sua avidez. Leva “à ruína” um sem número de homens, que davam tudo que tinham (e que não tinham) para satisfazê-la em seus caprichos.

Na esfera social do Ocidente, após as revoluções Industrial e Francesa, num contexto de sindicalismo, ideologias revolucionárias, cultura sexualmente liberal e a entrada em massa das jovens solteiras na força de trabalho, dada a industrialização, surgiu um alto contingente de prostitutas de rua. Mulheres da classe trabalhadora encararam a prostituição como opção viável, para complementar salário inadequado, ou também como revolta contra a opressão do *status quo*. Muitas delas, estudadas, profissionais (datilógrafas, telefonistas, funcionárias de escritórios) viam-se em desvantagem com jornada de trabalho dupla e pouco poder aquisitivo para acesso ao mundo do *glamour*.

¹⁹ ZOLA, E. *Naná*. [Trad. M. Guaspari]. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

A burguesia, unida em sua aversão aos hábitos sociais e sexuais da classe trabalhadora, não querendo ser por ela “contaminada pela sífilis”, estabeleceu uma política para supervisionar a prostituta em um registro central. Uma vez registrada, era obrigada a se apresentar periodicamente para inspeção vaginal por um médico da polícia. Se estivesse infectada com doenças venéreas, seria confinada num hospital para tratamento. O próprio exame era mais uma representação de abuso do que um procedimento médico e, freqüentemente, índice do poder de acesso do Estado aos corpos das prostitutas, independentemente de seu consentimento. Conforme Foucault (2001, p. 31-3), a “cultura do corpo” burguesa originou tecnologias do sexo para controles sociais: medicina, psiquiatria e a justiça penal serviram para organização da família canônica, controle judiciário, médico e de natalidade, em nome da proteção geral da sociedade e da raça. O controle era mais bem exercido pela regularização e não pela proibição, como anteriormente.

Segundo Roberts (1998, p. 236-43), no início do século XX, sob pressão e sem possibilidade de trabalhar, um crescente número de prostitutas européias emigraram para o continente americano onde a rigidez era menos acentuada, o que originou um modelo de prostituta independente, trabalhando em hospedarias limpas, cujos donos mantinham um serviço de agenciamento: listas de clientes e profissionais que podiam anunciar num catálogo (o classificado atual) bem como organizar sua forma de atividades.

Também o período entre guerras fez surgirem inovações destinadas a lidar de forma mais satisfatória com a ilegalidade do comércio do sexo: casas de massagem, agências de acompanhantes e “garota de programa”. O pós-guerra viu triunfante expansão de economia de consumo, que espalhou benefícios da tecnologia para as massas, mas os membros dessas massas tinham que trabalhar mais para se permitirem esses luxos. O florescimento do comércio especializado tornou-se um dos efeitos de mudança de pós-guerra na origem social dos clientes das prostitutas. O homem de classe média possuía dinheiro para pagar por suas fantasias e desejos. Satisfazer o comércio especializado de modo a tornar o sexo um produto competitivo no mercado requeria habilidade e criatividade, fato facilitado com o advento da pílula anticoncepcional, assegura a autora.

Para Roberts (1998, p.381-409), em meados do século XX, a revolução sexual de 1960 (com sexo antes do casamento e o relaxamento de costumes sexuais) criou toda uma geração de lutas em novo estilo baseadas no ativismo organizado das minorias na sociedade ocidental. O catalisador da luta das prostitutas foi o Movimento Feminista Ocidental. Estando a questão das mulheres na agenda política, as prostitutas se organizaram mediante referências feministas. Estas tendiam, no entanto, a considerar a prostituição uma forma de escravidão

sexual feminina e a ver a indústria do sexo como um mal que devia ser eliminado. Sem o apoio do movimento feminista, as prostitutas passaram a se organizar de modo independente para fazer ouvir suas demandas.

Viram a mídia como inegável recurso para alcance de seus propósitos. Por meio de ações dramáticas divulgadas pela mídia, como a ocupação de igrejas e sua desocupação à força pela polícia, conquistaram a simpatia pública para afirmar sua posição de força e pressionar as autoridades a satisfazer suas exigências imediatas (ROBERTS, 1998).

Desde a década de 1970, muitas organizações de prostitutas se formaram, representando um novo ponto de partida na indústria do sexo (ROBERTS, 1998, p. 365). Num crescente movimento internacional, nas últimas décadas, as prostitutas se tornaram ativas e começaram a falar por si. Paralelamente a essa mobilização, o Governo continua seus mecanismos de controle solidificados por projetos de legalização, inscrição de sujeitos em programas de inclusão social, na esfera do trabalho, da medicina, do jurídico.

A prostituição sofreu outra reconfiguração com o surgimento da AIDS em meados da década de 1980. Pressão de vizinhanças, violência policial e urbana, retratada nos EUA, em *serial killers* de prostitutas, ocasionaram a redução de prostitutas de rua (Ibid., 1998, p. 364). O relacionamento conflituoso do comércio com a lei obrigou muitas a recorrerem a outras áreas da indústria do sexo, agindo em grupo, dividindo seu dinheiro e trabalhando como prostitutas somente quando quisessem. Elas emigraram para hotéis e motéis onde se viam protegidas da violência e onde trabalhariam com “discrição” para o cliente. Surgiu a *call girl*, nos Estados Unidos, representando a “elite da indústria do sexo contemporâneo e suas profissionais mais bem pagas, reservadas à clientela mais rica” (ROBERTS, 1998, p. 366).

No Ocidente não é a absoluta carência que conduz as mulheres à indústria do sexo. Muitas observam suas ações antes de optar por elas. Se, para a mulher da classe trabalhadora de séculos anteriores, o salário alto e a flexibilidade do trabalho sexual proporcionavam a única oportunidade de conseguir um padrão de vida adequado e independente, na atualidade, até as mulheres de classe média ficaram tentadas, declara a autora.

Segundo Roberts (1998, p. 386), estudos apontam um número consistente de jovens de classe média preparadas para usar a prostituição como trampolim para seus próprios objetivos. Em geral são estudantes abrindo seu caminho por meio do colégio, da faculdade, como prostitutas, instruídas, agrupadas nas casas de massagem e no trabalho como “garotas de programa”. Para a maioria delas, a opção não é pela vida, mas pela quantia *x* e *y*, logo,

tendem a passar menos anos nesse trabalho do que as prostitutas de rua, evitando se tornar prostitutas profissionais.

Na sociedade contemporânea, em que o dinheiro e a realização material são venerados, a prostituição tornou-se decisão racional para a mulher: um tipo de vida como norma de segurança, conforto e consumismo, promovido pela mídia ocidental. Numa perspectiva mercadológica, para a prostituta atual, o que está sendo vendido/comprado não é a mulher, mas os serviços que ela oferece, finaliza Roberts.

Para concluir, as instituições e os discursos são considerados como categorias que se constituem mutuamente, no entanto mediante mecanismos específicos. O registro histórico da prostituição no Ocidente mostrou que a religião, o governo e as classes economicamente mais favorecidas criaram mecanismos de interdição dos sujeitos por meio da sexualidade, ora pela repressão, ora pela regulamentação, visto ser de seu interesse policiar os corpos para torná-los dóceis e maleáveis e promover seu efetivo controle (FOUCAULT, 2004 b).

1.3.1 No palco, o Brasil

Hoje em dia se discute a prostituição nesse país com mais tranquilidade (GABRIELA LEITE, 2006).

Na história oficial brasileira, a prostituição, embora uma constante desde a Colônia, esteve marginalizada. Apareceu como objeto das ciências sociais em trabalhos que a focalizam a partir da segunda metade do século XIX, nos grandes centros Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Salvador. Dessa forma, a produção historiográfica da prostituição esteve secundária a uma série de imaginários, comportamentos de época e regionalismos. Para Mazzeiro (1998), no Brasil, a prostituição com as características atuais resultou do desenvolvimento urbano e industrial do século XIX.

Paralelamente ao crescimento urbano, foram criados mecanismos de controle da prostituição sob a égide da moral e combate ao lenocínio e proxenetismo. De acordo com Pereira (1976, p. 104), “após a Primeira Guerra Mundial, precipitou-se uma corrente imigratória de carne humana para os prostíbulos da América do Sul”, na artéria Rio de Janeiro, São Paulo e Buenos Aires. Entre 1908-1930, centenas de européias aportaram no

Brasil. A estrangeira era bem cotada na sociedade brasileira, como relatou Mário de Andrade no romance *Amar, verbo intransitivo*.

De 1932 em diante, a situação mudou no Brasil, pois as fronteiras se fecharam à entrada de estrangeiras, daí uma crescente valorização do “produto” nacional, fortalecida pelo contexto. A expansão dos meios de transporte, sobretudo aéreos, a simplificação das formalidades administrativas e policiais para favorecimento do turismo no país criaram condições ideais para a formação de um sistema de circuito interno, que alcançou seu ápice em 1976: o recrutamento de prostitutas pela faceta dos balés. Dirigido por nacionais ou estrangeiros, saltando de cidade em cidade com um público distinto de “meninas”, o balé driblava a fiscalização e possibilitava que as “artistas” ficassem pelo caminho com os clientes. Os circuitos, promovidos por indivíduos de alto nível econômico (cafetão profissional) conseguiam clientela selecionada (de poder aquisitivo) e mascaravam, pelo artifício de espetáculos, a finalidade verdadeira dos estabelecimentos: a prostituição (PEREIRA, 1976, p. 115-119).

Dessa forma, enquanto a preocupação das autoridades centrava-se nas mulheres do *trottoir*, lançando-as à cadeia, conforme exigia a opinião pública, o comércio sexual se fortalecia e se desenvolvia no país. O Capítulo V e os respectivos Artigos 227-231 do Código Penal Brasileiro vigente (Decreto-lei nº 2.848, de 7-12-1940), referentes aos crimes contra os costumes, cuidando de atividades ligadas ao aliciamento, favorecimento, manutenção de casa de prostituição, rufianismo e tráfico de mulheres, usualmente eram aplicados pelas autoridades para a detenção de profissionais do sexo, embora a prostituição em si mesma não constituía crime no Brasil (ÂNGELO, 1982, p. 32-40).

O país aderiu, em 1958, à Convenção de *Lake Success* - de 1950, contra atitudes discriminatórias em relação às meretrizes. Ao avaliar o regime de escravidão a que se submetiam as prostitutas e os altos lucros concentrados nas mãos de estrangeiros administradores de prostíbulos, o governo fluminense proibiu a cafetinagem e organizou a “República do Mangue”, em que o cargo de gerente era conferido à própria prostituta, em caráter rotativo (PEREIRA, 1976, p. 143). Criou-se um cafetismo oficial: as meretrizes trabalhavam em bordéis sob a gerência de uma prostituta de confiança da polícia.

Em 1979, em protesto contra a violência policial, organizou-se a primeira passeata de prostitutas brasileiras, na Praça da Sé, em São Paulo, segundo Gabriela Leite²⁰. A eclosão da AIDS (1980-90) “estreitou” a relação governo-prostituta para controle do “grupo de risco”

²⁰ LEITE, Gabriela. *Caminho aberto para a puta cidadã*. Disponível em <<http://www.beijodarua.org.br>>. Acesso em 23/05/07.

que representavam. Em 1997, a Comissão de Trabalho, na Câmara dos Deputados, analisou o Projeto de Lei 3436/97 do deputado Wigberto Tartuce (PSDB-DF), que propunha a definição de regras para o exercício da atividade e a garantia do direito à aposentadoria pelo INSS, às profissionais do sexo brasileiras²¹. Mas outro projeto, 98/2003, que dispõe sobre a exigibilidade de pagamento por serviço de natureza sexual e suprime do Código Penal os Artigos 228, 229 e 231, defendido pelo movimento organizado de prostitutas e encaminhado pelo deputado federal Fernando Gabeira (PV)²², recebeu parecer contrário da Câmara, em 2007, mesmo ano em que o Ministério da Cultura liberou aproximadamente quatro milhões de reais para a produção cinematográfica da biografia de uma “garota de programa”²³.

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) ao atualizar a Classificação Brasileira de Ocupações, em virtude das alterações estruturais no setor trabalhista brasileiro, configurou a família 5198 para a prostituição, em 2002. Salienta-se que a CBO se constitui documento normalizador: reconhece, nomeia e descreve as ocupações do mercado de trabalho; referência para a política de trabalho do país: estatísticas de emprego-desemprego, planejamento, elaboração de currículos, educação profissional e intermediação de mão-de-obra. Para a CBO, “ocupação” é a agregação de empregos ou situações de trabalho similares; “trabalho” é conjunto de atividades desempenhadas por uma pessoa, com ou sem vínculo empregatício; “especialização” relaciona-se às características do contexto do trabalho como área de conhecimento, função, atividade econômica, processo produtivo, equipamentos, bens produzidos que identificarão o tipo de ocupação, como se registra no *site* oficial do MTE.

Já em 2001, o Ministério da Saúde patrocinou a Universidade de Brasília (UNB)²⁴ e nove ONGs para traçarem o perfil da prostituta brasileira, o que revelou: a maioria é jovem, não completou o ensino fundamental, trabalha em ruas, bares e boates para receber, em média, de um a quatro salários mínimos por mês e procura, por todas as formas, esconder o que faz, dado o preconceito social que enfrenta.

Outro estudo, em fase de conclusão em 2008²⁵, desenvolvido pela Fumec (Faculdade de Ciências Humanas da Fundação Mineira de Educação) traça o perfil econômico e psicológico de prostitutas de Belo Horizonte e faz projeções para todo o país: estima-se que o Brasil possua 1,5 milhões de prostitutas, dos quais 4% são analfabetas, 70% têm só o ensino

²¹ Proposições da autoria, relatadas. Deputado Inativo Wigberto Ferreira Tartuce Disponível em <[www.camara.gov.br/internet/deputado/Dep_Inativo_Detalhe.asp?id=435 - 4k](http://www.camara.gov.br/internet/deputado/Dep_Inativo_Detalhe.asp?id=435-4k)> Acesso em 08/03/07.

²² LENZ, Flavio. *Derrota na Câmara*. Disponível em <http://www.beijodarua.org.br>. Acesso em 12/12/07.

²³ FERRARO, Denerval. *Uma mulher de negócios*. *Revista Época*, Ed. 479, p. 117, 23/07/07.

²⁴ *O retrato da prostituta brasileira*, pesquisa publicada em abril-2002, disponível em <<http://www.beijodarua.org.br>>, acesso em 17/08/07.

²⁵ GÓES, Dalila. *Garotas do Brasil*. Disponível em <http://www.oblatas.org.br/artigos_detalhes.asp?>>. Acesso em 05/03/08

fundamental e 8% compõem o grupo de mulheres para quem o nome “prostituta” é uma ofensa, grupo afinado no discurso da “venda de programas” para satisfação da libido alheia. Investe alto na imagem e exige fino trato; um curso superior garante pontos extras no quesito “eu sou melhor que você”, salienta o psicólogo Emerson Tardieu, um dos coordenadores da pesquisa.

Observam-se ainda, no Brasil atual, prostitutas que se destacam na mídia, ao escrever livros, criar *sites* pagos e lançar grife de moda erótica, tais como Vanessa de Oliveira, Bruna Surfistinha e Mônica Mattos – esta ganhou o prêmio de melhor atriz estrangeira no *AVN Awards*, o “oscar da pornografia” realizado em Las Vegas, em janeiro de 2008²⁶. Um considerável número de prostitutas brasileiras participa de associações, redes nacionais e internacionais, realiza encontros, simpósios, congressos e movimentos. Por exemplo, em 2005, a ONG *Davida* e a Rede Brasileira de Prostitutas lançaram a *Daspu* – grife para várias situações do cotidiano, inspirada na moda da prostituta e também por ela confeccionada, evento amplamente divulgado na mídia.

Em síntese, a exterioridade, que se conjuga com a língua, ambas constitutivas do discurso – segundo Orlandi (1996, p. 38), não há sentido no lingüístico sem a exterioridade –, marca um deslocamento da existência do “outro” nas sociedades, o que promove deslizamentos de sentidos ao longo da história (Pêcheux, 2006).

Nota-se na atualidade o “agrupamento” de sujeitos da prostituição em organizações, associações, projetos com o intuito de incluí-los. No Brasil, a prostituta sofre ainda preconceitos, mas observa-se interesse oficial em mudar esse quadro, em especial, pelos programas de inclusão social e de prevenção e tratamento a DST/Aids. Depreende-se que, dessa forma, que a FD da inclusão, predominante nos discursos oficiais sobre a prostituta/prostituição, mascaram a FI capitalista, cuja meta é o ganho, o lucro. Tal FD promove a opacidade da estrita motivação pecuniária do Governo, uma vez que a indústria do sexo movimentava milhões – em se tratando de atividade informal, representa, também, milhões que deixam de ser arrecadados pelos cofres públicos dada a falta de desconto de imposto de renda, INSS, taxas sindicais e plano de saúde.

A história da prostituição no país apresenta discursos sobrepostos à esfera do sanitarismo e da inclusão social, discursos da ordem trabalhista, institucional, cultural e, sobretudo, econômica.

²⁶ SAMPAIO, Paulo. Atriz de Guaianases ganha, em Las Vegas, o ‘Oscar’ da pornografia. Cotidiano. *Jornal Folha de São Paulo*, 16/03/08, p. C8.

CAPÍTULO II: PROSTITUIÇÃO E PROSTITUTA: NA MÍDIA, OS DISCURSOS

A palavra é corpo que significa: o enunciado não se separa nem do ato social da enunciação, nem de uma presença que se dá, se gasta ou se perde na nomenclatura (MICHEL DE CERTEAU, 2000).

Michel Pêcheux, em *Discurso: estrutura ou acontecimento* (2006), por meio de uma análise do enunciado *On a gagné* “Ganhamos” mostra que a mídia (sobretudo, a televisão) influi na regularização de práticas discursivas a ponto de realizar um movimento, por meio de retomadas, de deslocamentos ou inversões que atribuem ao enunciado a condição de acontecimento discursivo.

Neste trabalho, observa-se que a mídia (re)produz imagens sobre/da prostituta/prostituição, por meio das quais se constroem evidências de um senso comum, em especial nas designações pelas quais nomeiam as prostitutas e as práticas a elas relacionadas. Como o ato de “informar”, característica fundamental da “máquina midiática”, não é neutro ou desinteressado (CHARAUDEAU, 2006), uma vez que nele se entrecruzam interesses ideológicos, políticos e econômicos de seus sujeitos (jornal/revista e anunciantes/leitores), a produção discursiva na mídia não deve ser considerada um reflexo do que acontece no espaço público, mas um universo discursivamente construído.

Logo, discursividades recorrentes nos veículos midiáticos constitutivas do que se pode denominar “acontecimento”, (re)produzidas por veículos diferentes, podem apresentar-se de forma mais polissêmica ou mais parafrástica, o que influi na produção dos sentidos.

Qualquer seqüência, para ter sentido, deve estar filiada a uma formação discursiva, e esta, imbricada numa formação ideológica. Tomando a FD sob a ótica pecheutiana (1988), como aquilo que é permitido dizer numa dada situação, investigam-se as vozes constitutivas das formações discursivas que permeiam os discursos da/sobre a prostituta/prostituição na mídia. Salienta-se que os enunciados (E) foram dispostos em ordem numérica e estão sujeitos a retomadas ou acréscimos, conforme se fizer necessário, no transcorrer da análise.

2.1 Na arena, os discursos *sobre* prostituta/prostituição

Ao analisar os jogos de relações entre as formações discursivas no interior do discurso *sobre* a prostituta/prostituição na mídia, observa-se um duelo entre FDs, assim configurado:

2.1.1 Profissão X legalidade

- (01) “Sexo, um trabalho pela sobrevivência” (RM²⁷, EM²⁸, MAN²⁹, PP³⁰ 28, MAI/03).
- (02) “Escolher a prostituição é como escolher outra profissão qualquer” (RE³¹, EC³², ENT³³, NOV/05, PP 46).
- (03) “É um trabalho que não exige estudo, mas beleza” (RE, REP, JAN/06, PP 48).
- (04) “Lindas, bilíngües, com nível superior e contas bancárias recheadas, as novas garotas de programa trocam o café pela internet” (ISTOÉ³⁴, REP, 21/09/05)
- (05) “Mais autônomas, as prostitutas começam a desenhar um novo perfil da mais antigas das profissões. [...] as "meninas" aprenderam a se organizar e descobriram as vantagens da auto-gestão” (ISTOÉ³⁵, REP, 23/10/97)
- (06) “Impacientes diante da dificuldade de seguir uma carreira convencional, cada vez mais garotas com um histórico familiar e escolar de elite optam pela prostituição” (RE³⁶, DR³⁷, SA³⁸, JAN/06, PP 43).
- (07) “A prostituição é um comércio sexual. Quem detém esse mando é o dono e as pessoas são encaradas como produto” (RM, EMS³⁹, REP, MAI/03, PP 30).
- (08) “Simone é um retrato do pragmatismo da prostituta contemporânea. Afirma trocar sexo por luxo e dinheiro” (RE, REP, JAN/06, PP 48).
- (09) “Só existe um monte de garotas de programa porque existe um monte de clientes”. “Todo mundo pode fazer parte do esquema. A garota do lado, a menina do shopping, a secretária do chefe, a boazuda da praia”, aponta outra empresária – “aposentada”, mas atendida com o mercado” (ISTOÉ, REP, 21/09/05)
- (10) “Profissionais do sexo falam sobre suas vidas e como entraram para o perigoso mundo das garotas de programa” (RM, EM, MAN, PP 29, MAI/03).

²⁷ MESNEROVICZ, Edilce I. Histórias para contar. *Revista Metrópole*, ano IV, nº 50, mai/03, p. 28-36.

²⁸ Edilce Inês Mesnerovicz (redação).

²⁹ Manchete.

³⁰ Página.

³¹ RUBIN, Débora. Entrevista: Quero ser sexóloga. *Revista Época*, 28/11/05, p. 47-8.

³² Eliane Calligaris, psicanalista gaúcha, autora do livro *Prostituição: o eterno feminino*. São Paulo: Escuta, 2006.

³³ Entrevista.

³⁴ VILAS, J. e MIRANDA, R. Prostituição, Moças de fino trato. *Revista Isto É*, ed.nº. 1875, 21/09/05.

³⁵ TRINDADE, Eliane. Microempresárias do Sexo. *Isto É especial*, ed.nº. 146416, 23/10/97.

³⁶ RUBIN, D. e AZEVEDO, S. Bruna & sua tribo. *Revista Época*, ed.nº. 402, 30/01/06.

³⁷ Débora Rubin (redação).

³⁸ Solange Azevedo (redação).

³⁹ Estela Márcia Scandola, Assistente Social do Instituto Brasileiro Pró-viver Saudável – IBISS – em Campo Grande/MS, 2003.

Ao parafrasearem-se esses enunciados (E 01 a E 10), depreende-se que: a prostituição é “um trabalho pela sobrevivência”: E (01), é uma “profissão”: E (02), diferente da prostituição antiga quanto à organização e à estrutura: E (03, 04 e 05), é uma profissão não convencional que permite a construção de carreira: E (06), é uma atividade que requer o enquadramento nos padrões de beleza vigentes na sociedade ocidental contemporânea: E (04); é também “comércio sexual”: E (07, 08 e 09) e um “perigoso mundo”: E (10).

Mas os deslocamentos de sentidos possíveis, decorrentes do processo de polissemia, nessa seqüência, são configurados pelo jogo entre diferentes FDs. Nela entrecruzam-se a FD da ocupação (“trabalho”, “profissão”, “carreira”, “aposentada”), a FD do mercado, (“comércio”, “produto”, “clientes”, “auto-gestão”, “empresárias”, “mercado”) a FD da segurança (“esquema”, “perigoso mundo”), a FD do lucro (“luxo”, “dinheiro”), a FD da liberdade (“trocam”, “optam”), a FD da estética (“lindas”, “beleza”) e a FD da educação (“estudo”, “nível superior”, “bilíngüe”).

Nos enunciados analisados, os termos destacados constituem-se marcas da inscrição do discurso midiático sobre a prostituição na ordem do discurso do capitalismo. Nessa seqüência de enunciados, observa-se que, entre a FD dominante (FD da ocupação), e as demais, “há numa relação de contradição, antagonismo, aliança, absorção” (PECHÊUX & FUCHS, 1997, p. 179) comum entre FDs que pertencem a FIs diferentes: a FI “trabalho como ocupação” dá liberdade de escolha da carreira, que engloba direitos e deveres, geração de receita, lucro capitalista, luxo e aposentadoria e FI “trabalho como atividade marginal”, criminosa, “esquema” (como no discurso de marginais ligados ao tráfico) insalubre, resultante em padecimento moral e social.

Presume-se que considerar a prostituição uma ocupação “naturaliza” tanto a atividade quanto as pessoas a ela relacionadas, numa sociedade marcada pelo preconceito decorrente da formação moral judaico-cristã, porque atende às exigências do contexto capitalista de globalização (CORACINI, 2003, p. 13), que pretende a centralização, a homogeneidade de tudo e de todos, em que diferenças são respeitadas se forem para a garantia do mercado de consumo.

Concebida como um trabalho, essa prática pode ser regulamentada para ser também circunscrita na FD da Lei. No Código Penal Brasileiro, de 1940, o Decreto-Lei n. 2848, Título VI – Dos crimes contra os Costumes – Capítulo V, em seus Artigos 227 e 228⁴⁰, respectivamente, reza que se constitui crime: “Induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem”; “Induzir ou atrair alguém à prostituição, facilitá-la ou impedir que alguém a

⁴⁰ BRASIL. Código Penal. Brasília, DF: Senado, 2002.

abandone”. Tais artigos dispõem sobre o rufianismo e o lenocínio, ambas as atividades que violam a liberdade da pessoa; não tratam, em específico, da prostituição, o que pressupõe sua condição de não figurar como crime no Código Penal.

Prostituição em si mesma não constitui crime na legislação brasileira porque não está capitulada no Código Penal. O crime recai sobre o “outro”, ou seja, é imputado àquele que “induzir”, inspirar o sujeito a se prostituir. Nesse aspecto, poder-se-ia imputar crime ao governo por promover, com sua política monetária, o fortalecimento das desigualdades sociais e econômicas no país e “induzir” centenas de mulheres a se prostituírem para subsistência, fuga da miséria, complementação de renda, acesso a bens materiais, ao luxo, aos prazeres, entre outros? Como não se constitui objetivo desta pesquisa tratar dessa questão, não compete aprofundá-la. Depreende-se, no entanto, que o “não-dito”, nesse discurso, é que a pessoa não tem o poder de decidir por si mesma quanto ao ingresso ou não na atividade prostituinte; é necessário que alguém seja habilitado a obrigá-la a tornar-se prostituta.

Na qualidade de vítima, e por ser destituída de habilidades elementares, como a liberdade de escolha, a prostituta não deve ser punida legalmente. Prostituição está, dessa forma, silenciada no discurso da Lei, e, nesse caso, como Orlandi (1997, p 70) declarou, esse silêncio significa. Ressalta-se que o direito canônico deriva de dogmas do Cristianismo, mola propulsora da ideologia machista, por conceber a mulher como submissa ao homem, inferior a ele, destituída de voz, logo, isenta também de poder de escolha e de livre arbítrio, conforme a concepção de Roberts (1998).

O silêncio da prostituição na Lei ocorre em virtude do compromisso assumido pela Igreja de “resgatar as pobres decaídas” (ROBERTS, 1998), trabalho que só se justifica quando existem sujeitos assim rotulados, sujeitos-vítimas. No Brasil, pode-se considerar ainda que o movimento direcionado à legislação da prática prostituinte, embora iniciado bem antes, efetivou-se em 2002, quando o Ministério do Trabalho convocou a sociedade civil organizada, em vez de supostos “especialistas”, para descrever cada ocupação. Dentre os convidados, estava a representação das profissionais do sexo feita por membros de associações, grupos, organizações, instituições ligadas ao Movimento de Prostituição, conforme a descrição feita pela CBO, no ano de 2002.

A CBO, na família⁴¹ 5198, caracterizou como titulares de ocupação: “Profissional do sexo: Garota de programa, Garoto de programa, Meretriz, Messalina, Michê, Mulher da

⁴¹ Família é o nome que a CBO atribui às ocupações com títulos afins. A família 5198 constitui o anexo II deste trabalho.

vida, Prostituta, Puta, Quenga, Rapariga, Trabalhador do sexo, Transexual (profissionais do sexo), Travesti (profissionais do sexo)”⁴².

O Governo, ao reconhecer a prostituição como uma das 600 ocupações profissionais do Brasil, “concedeu” à prostituta – desde que se declare “profissional do sexo” –, o “direito” de recolher taxas junto ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) para efeito de seguridade em caso de problemas de saúde e para aposentadoria. Sendo alto o contingente de prostitutas no país (1,5 milhões, conforme pesquisa da Fumec), o cadastramento e contribuição para o sistema previdenciário representam mais arrecadação de impostos para os cofres públicos.

Ressalta-se que a nomenclatura CBO-2002 foi elaborada a partir do padrão da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO-88, sigla em espanhol, e ISCO-88, sigla em inglês) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). O Brasil é signatário da classificação internacional. Dentre os vários usuários da CBO, estão o Ministério da Saúde e o Ministério da Previdência Social, que associam a ocupação exercida à incidência de DST, em especial a Aids, responsável por um custo alto para o Governo, decorrente do elevado valor das medicações. Configurar prostituição como profissão e regulamentá-la pode representar uma alternativa para a desestigmatização das prostitutas a fim de que participem mais dos programas a elas direcionados de modo sistemático e regular.

De acordo com o Ministério da Saúde⁴³, interessa identificar e quantificar prostitutas (agora profissionais do sexo) e trabalhar junto a suas associações nas campanhas contra as DST, pois resultados obtidos nas campanhas de informação sobre Aids, a existência de um código e a organização desses profissionais potencializa a eficácia dos programas de disseminação de informações ao mostrar quantas são, quem são, além de atribuir ao Brasil o papel de referência mundial de sucesso no controle da doença, visto que, ressalta-se, a prostituição não representa crime perante a Lei do país.

Segundo Mariângela Simão (Diretora do Programa Nacional de DST/AIDS 2006-8), “as pessoas que trabalham com sexo são consideradas mais vulneráveis ao HIV pelo próprio estigma a que estão submetidas no seu trabalho, pela violência, por parte da polícia e de clientes e, até mesmo, pela dificuldade de negociar uma prática de sexo seguro”⁴⁴.

⁴² Ministério do Trabalho e Emprego, MTE, Governo do Brasil. Classificação Brasileira de Ocupações – CBO 2002 – disponível em CD-ROM.

⁴³ Portal do Ministério da Saúde, Governo do Brasil. Programa Nacional de Combate e Prevenção a DST/AIDS. Secretaria da Saúde. disponível em <<http://www.sistemas.aids.gov/imprensa/noticias.br>>, acesso em 30/02/07.

⁴⁴ Idem, Portal do Ministério da Saúde.

Nota-se, na seqüência, uma busca pela reconfiguração da prostituição, para amenizar seu sentido negativo, de estigma, porque, de um lado, está a prostituta e, do outro, está quem a procura, como em E (09) "Só existe um monte de garotas de programa porque existe um monte de clientes". "Todo mundo pode fazer parte do esquema. A garota do lado, a menina do shopping, a secretária do chefe, a boazuda da praia, aponta outra empresária – aposentada, mas antenada com o mercado" (ISTOÉ⁴⁵, REP, 21/09/05). Ambos, garota e cliente, em relação de comércio.

Presume-se que esse reconhecimento se inscreva, sobretudo, na FD da inclusão social – é preciso incluir, respeitar as diferenças! – discurso vigente na sociedade contemporânea, materializado no final do enunciado (11) "[...] Essas mulheres não devem estar na lista das excluídas" (RM, EM, REP, PP 30, MAI/03), que, por meio da negação, produz o efeito de sentido de existência de um grupo de excluídos na sociedade, no qual também a mulher está inserida como sujeito da prostituição.

Não é interessante para a sociedade proibi-la, então se faz necessário incluí-la socialmente. Para a inclusão da prostituição na ordem do discurso das ocupações, torna-se imprescindível (re)significá-la, mediante ações que se querem positivas, tais como a sua regulamentação oficial.

Observa-se que ressignificar a atividade prostituinte não ocorre com o propósito de desestigmatizar os sujeitos dessa prática e atribuir-lhe o papel de ser social, cidadão, como aparenta em E (11), mas por atender às exigências oriundas do contexto econômico, como se vê em E (04) "contas bancárias recheadas", E (09) "mercado". O discurso da inclusão leva à criação de programas oficiais para atendimento desses sujeitos, tais como Programa Nacional de DST/AIDS, Secretaria de Assistência Social, citando-se os mais abrangentes, além de regionais, como Projeto *Borboleta* (específico às prostitutas de Três Lagoas), *Eros* (público-alvo são prostitutas da rodoviária de Campo Grande), que favorecem o Governo no exercício de seu poder de "controle e disciplinamento dos corpos" (FOUCAULT, 2004b), bem como na quantificação desses indivíduos com vistas à implementação de projetos que ampliem a arrecadação de divisas para os "cofres públicos".

2 1.2 Antiga X contemporânea

⁴⁵ VILAS, J. e MIRANDA, R. Prostituição: Moças de fino trato. *Revista Isto É*, ed.nº. 1875, 21/09/05.

Ainda na seqüência de enunciados em análise, observa-se que a mídia tem um modo de referenciar a prostituição e um outro para referenciar a prostituta. No discurso em que o sujeito se refere à prostituta, coexistem a FD da estética: E (04) “Lindas, bilíngües, E (09) “boazuda”; a FD da juventude: E (05) "meninas", E (06) “garotas”; FD do *status* social: E (06) “histórico familiar de elite”; FD da educação: E (06) “histórico escolar de elite, “nível superior”; FD da autonomia: E (05) “auto-gestão”, E (06) “optam” pela prostituição.

Observa-se ainda noutro enunciado (11) “A assistente social Estela Scandola informou que ‘trabalhadoras do sexo’, é termo atual que substituiu as expressões garota de programa e profissional do sexo, justamente por entender que são mulheres que devem ser respeitadas e ter direito como qualquer outra. Essas mulheres não devem estar na lista das excluídas” (RM, EM, REP, PP 30, MAI/03) – que o sujeito da mídia evoca o discurso das Ciências Sociais na voz da “assistente social” para marcar a existência de um grupo geral, o das “trabalhadoras do sexo” (entre aspas, pertinente à FD da ocupação, conforme a CBO), em que se distinguem dois sujeitos da prostituição: a “garota de programa” e a “profissional do sexo”.

Todavia, o sujeito da prostituição a que a mídia se refere é moderno, autônomo, estudado, bonito, jovem, bem sucedido financeiramente, como se só fossem prostitutas pessoas com este perfil. Tenta uma homogeneização desse sujeito, denominando-o de modo que seu referente seja a “garota de programa”. A mídia tenta apagar a existência de distinção hierárquica entre as prostitutas, por meio de generalizações, como se observa na seqüência de enunciados que segue.

2.1.3 Economia X ciência

(12) “As acompanhantes de luxo não se entendem como prostitutas e não admitem ser comparadas com as colegas que se vendem nas ruas”, explica Elisiane⁴⁶, doutora em ciências sociais pela Unicamp. “Atender na rua é inadmissível, ‘fim de linha’, dizem” (ISTO É⁴⁷, REP, 21/09/05).

(13) “Hoje, de cada dez profissionais do sexo, apenas duas se assumem como tal. As demais 80%, nem sequer cogitam a hipótese de ter carimbo de "prostituta" na vida, menos ainda na carteira profissional. Essa nova versão das "damas da noite" quer continuar no anonimato. Para se preservar, elas entraram na era tecnológica. Usam e abusam de celulares e pagers. Descobriram na década de 80 novos espaços mais abrigados para vender seus

⁴⁶ Da Ong Themis, Estudos de Gênero.

⁴⁷ VILAS, J. e MIRANDA, R. Prostituição: Moças de fino trato. *Revista Isto É*, ed.nº. 1875, 21/09/05.

atributos: classificados de jornais, revistas especializadas, a própria televisão e até a Internet, onde se apresentam sob pseudônimos “(ISTO É⁴⁸, REP, 23/10/97).

(14) “O perfil da prostituta de porto está superado. Hoje ela é uma mulher bonita, que mora num flat, tem namorado, se veste bem, vai ao *spa*, frequenta altas-rodas e seleciona seus clientes” (RE, AR⁴⁹, JAN/06, PP 46).

(15) “A internet revolucionou a relação das chamadas “modelos” com suas ditas empresárias. Muitas já atuam por conta própria e contam apenas com sua agenda de contatos e anúncios em sites especializados” (ISTOÉ⁵⁰, 21/09/05).

(16) “Encontrei uma noção de trabalho, com regras coletivizadas para o tempo de atendimento e o tipo de prática, e a tentativa de criar um circuito de proteção para reduzir as situações de risco”, relata a socióloga Aparecida Morais, autora da tese de mestrado “Mulheres da Vila” (ISTOÉ, 23/10/97).

Observa-se, nessas seqüências enunciativas, que o sujeito da mídia evoca o “discurso-outro”, marcado pelo emprego das aspas, para isentar-se da responsabilidade de nominalizações e ao mesmo tempo marcar que tais termos não são constitutivos da FI em que se insere, como se observa em E (12): “acompanhantes de luxo”, “Atender na rua é inadmissível, fim de linha”; em E (13): “prostituta”, “damas da noite”; E (15): “modelos”.

Além disso, o sujeito se dispersa ao filiar-se a diferentes FDs. A heterogeneidade do sujeito é marcada pelas citações, como se observa no enunciado (12), por meio do discurso direto citado da doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, e das próprias garotas [...] “Atender na rua é ‘inadmissível, fim de linha’, dizem”; também no E (14) a afirmação do psicoterapeuta Ari Rehfeld, no E (16): o relato da socióloga Aparecida Morais e no E (12), a afirmação da psicanalista e escritora Eliane Calligaris.

Uma posição-sujeito da mídia autoriza o saber da Sociologia em E (12,16), da Medicina, em E (12, 15) (na esfera da Psiquiatria); evoca o discurso da Ciência e do próprio sujeito da prostituição, como se vê em E (12), para falar por si. A heterogeneidade discursiva mostrada (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 26), marcada linguisticamente, mediante aspas, citações, discurso direto, sugere o efeito de mascaramento da função simbólica “formadora de opinião” da mídia (CHARAUDEAU, 2006), que atribui um caráter de “informatividade” ao discurso midiático.

Assim, esse sujeito filia-se a FDs decorrentes de “descobrimientos científicos” (DURIGAN & NÓIA MINA, 2007, p. 62) entrelaçadas com abordagens de fenômenos sociais e estudos para isentar-se da responsabilidade de juízo de valor.

⁴⁸ TRINDADE, Eliane. Microempresárias do Sexo. *Isto É especial*, ed.nº.146416, 23/10/97.

⁴⁹ Ari Rehfeld, psicoterapeuta, Pontífica Universidade Católica, São Paulo.

⁵⁰ VILAS, J. e MIRANDA, R. Prostituição: Moças de fino trato. *Revista Isto É*, 21/09/05, ed. n ° 1875.

Noutra análise, observa-se que as designações “modelos”: E (15), “acompanhantes de luxo”, “ditas empresárias”: E (12), referem-se ao sujeito da prostituição contemporânea (garota de programa), instaurado pela mídia.

Guimarães (1995, p. 74) afirma que “a relação de designação é uma relação instável entre linguagem e objeto, pois o cruzamento de discursos não é estável, é, ao contrário, exposto à diferença”. Em outras palavras, os processos de designação são concebidos como relações semânticas instáveis, produzidas pelo cruzamento de diferentes posições-sujeito: a instauração de um sentido apaga outros possíveis ou dizíveis. Como são vários discursos sobre o mesmo objeto, a designação deste fica condicionada à instabilidade dessa relação discursiva. Nota-se que é o mesmo objeto (prostituta) designado de modo distinto.

As designações “acompanhantes de luxo”, E (12), “modelos”, E (15), “garotas”, “meninas”, opõem-se aos termos “profissionais do sexo”, “prostituta”, “dama da noite”, em E (13). Essa oposição está ratificada em E (14), que pressupõe objetos diferentes na prostituição: se existe “a prostituta do porto” (de rua), em contrapartida existe a do “anonimato” e a bonita, como se observa em E (13).

Essa contraposição implica, além da existência de distintos sujeitos da prostituição, no discurso midiático, a distinção entre os modos operacionais de cada um deles. De acordo com os enunciados 01 e 04: as “acompanhantes de luxo” e as “modelos” “vendem seus atributos”, E (13); diferente de suas “colegas que se vendem nas ruas”, E (12), há um sentido de oposição que provoca o efeito de sentido de que um segmento da prostituição recebe tratamento diferenciado: constituído por “garotas de programa”, este grupo vende “atributos”, “qualidades”, ao passo que a prostituta de rua “vende a si mesma”, seu corpo, prática condenável, recalcada de estigma, fator desestimulante para o panorama mercadológico, uma vez que o consumidor, ciente de seus direitos, tornou-se mais exigente e seletivo quanto a bens de consumo e de serviços em relação às suas características, como: garantia, higiene, qualidade, composição, validade, segurança, aparência.

Nota-se, nos enunciados E (13): “Essa nova versão das “damas da noite” quer continuar no anonimato” e E (12): “[...] atender na rua é inadmissível, fim de linha”, dizem”, uma posição sujeito que evoca uma memória coletiva, em que “rua”, simbolizando espaço urbano, está associada à histórica violência sofrida pelas prostitutas – seja por homens do clero em sua caça para restaurá-las, à moda de Maria Madalena, seja pela polícia local, seja por marginais, como registrado em obras sobre *serial killers*, seja pela própria violência que acomete as cidades contemporâneas ou pelo contexto de Aids a ela associado, dada a sua

exposição a situações de vulnerabilidade, e aciona no imaginário social a sua vinculação às DST (ROBERTS, 1998).

Ainda no enunciado (13): “Hoje, de cada dez profissionais do sexo, apenas duas se assumem como tal”, o sujeito da mídia usa o recurso dos dados estatísticos para assegurar que, mesmo no anonimato, o sujeito da prostituição “garota de programa” representa 80% do grupo da prostituição contemporânea. O número é, à primeira vista, o indicativo de que a prostituição de rua, não só na semântica, mas também na quantidade, perdeu espaço para a do “anonimato”. O sujeito da mídia trabalha com dados que contabilizam objetividade e confiança na informação; (re)produz um discurso autorizado a repercutir no espaço social correspondente ao leitor/consumidor do veículo midiático: em geral, o detentor de poder aquisitivo oriundo de classe média (CHARAUDEAU, 2006). Nesse aspecto, veicula um discurso de que a “prostituta de rua” está superada, E (14), pela “garota de programa”, saudável, “sarada”, inteligente, que realiza um trabalho por vocação, prazer e dinheiro, e que está, por sua vez, desvinculada da imagem de DST/AIDS (pois não atende a qualquer um que passa; ao contrário, seleciona seus clientes – presume-se, o que de fato não ocorre. Bruna Surfistinha, por exemplo, narra que atendia pessoas indesejadas) sendo, portanto, um produto de maior qualidade para o consumo.

Embora coexistam os distintos sujeitos da prostituição para atendimento dos mais variados públicos e “bolsos”, as FDs de ambos entrecruzam-se, ora por oposição, ora por aproximação. A mídia utiliza estratégias lingüístico-discursivas marcadas pelas designações para a marginalização de um e afirmação do outro; no caso, afirmação da “garota de programa”. Nesse sentido, institui um sujeito que representa investimento tanto para o “cliente” (da classe média burguesa) quanto para a “garota” (de mesmo contexto social).

2.1.4 Economia X educação

(17) “Maria reside em área nobre da capital, faz curso superior e nunca precisou se prostituir, pois tem tudo o que precisa para viver nas rodas da alta sociedade” (RM, EM, REP, PP 31, MAI/03).

(18) “Meninas de classe média buscam a prostituição porque rende mais que profissões tradicionais. [...] Mas o rendimento de uma garota de programa declina a partir dos 30 anos, ao contrário do que ocorrem nas outras carreiras” (RE, REP, JAN/06, PP 49).

(19) “Nada em Larissa revela sua condição de profissional do sexo. Morena de 1,65m, 56 quilos, expressivos olhos castanhos e longos cabelos pretos, ela parece mesmo uma típica garota de classe média alta: o guarda-

roupa está repleto de modelos de griffe – as preferidas são Forum e Daslu –, seu endereço é um dos bairros mais nobres da capital paulista e ela dirige um carro zero” (ISTO É⁵¹, REP, 23/10/97).

Segundo Maingueneau (1996, p. 83-5), o emprego dos itens lexicais “pois” e “porque” implica uma divisão do enunciado em dois atos de enunciação distintos. O emprego de “pois”, E (17), e “porque”, em E (18), abre uma nova enunciação, permite uma justificação necessária, uma vez que o enunciado anterior pode ser objeto de uma contestação. Nesse caso, o que se contesta é a causa da prostituição que a memória coletiva atribui à pobreza e à necessidade de sobrevivência. A prostituta em questão (garota de programa), oriunda da classe média, não pode justificar seu trabalho pelo mesmo motivo.

Para o sujeito da mídia impressa, a atividade prostituinte está justificada quando é para subsistência. Essa FD é marcada pela presença do “nunca” em funcionamento, como advérbio modalizador de negação, em E (17). A paráfrase desse enunciado (17) é: Maria não precisa se prostituir porque é rica. Lido em seu avesso, tem-se: a “Maria” pobre se prostitui. A “Maria” rica, não. Maria representa “mulheres”, assim como João ou José representam os homens; o que as diferencia é a classe social, marcada economicamente pelas expressões: “área nobre”, “tem tudo o que precisa” e “rodas da alta sociedade” – FD da auto-gestão.

Em E (18), o não-dito é que o sujeito da mídia impressa atribui ao desgaste da classe média com o alto investimento educacional em carreiras tradicionais como Medicina, Engenharia, por exemplo, a abertura de um amplo espaço para atuação da “garota de programa”. Se a garota possui os quesitos da estética, com poucas despesas, alcança altos rendimentos em curto prazo. A mídia, formadora de opinião, naturalmente, constrói um discurso que vem ao encontro da expectativa de seu interlocutor (leitor, assinante, em geral, também da classe média), possibilitando a regularização de outra FD: carreira não convencional, que, além de requerer pouco investimento, é muito rentável.

Do E (19): “Nada em Larissa revela sua condição de profissional do sexo [...] ela parece mesmo uma típica garota de classe média alta”, a paráfrase é: a garota de classe média em nada se assemelha à prostituta, ou seja, garota de classe média não se prostitui. O interdiscurso acionado pela memória discursiva (ORLANDI, 1999), e marcado por “nada” e “mesmo”, refere-se à concepção histórica de identificação da prostituta, fosse pelo uso de adereços ou mesmo pelo estigma para diferenciá-la das “demais” mulheres. Prostituta devia parecer prostituta, dada sua condição social/econômica de miserável e seu contexto físico decorrente da “degradação moral” e “das doenças sexuais” (CURADO, 1982, p. 21).

⁵¹ TRINDADE, Eliane. Microempresárias do Sexo. *Isto É especial*, ed.nº. 146416, 23/10/97.

Segundo Charaudeau (2006, p. 17-21), a mídia funciona sob uma dupla lógica: a *econômica*, pela qual age como empresa cujo objetivo é a fabricação de produtos na esfera de bens de consumo, e a *simbólica*, pela qual trabalha para formação de opinião pública. Ambas as lógicas estão imbricadas. No plano da economia, tem-se o público consumidor no sistema econômico capitalista de livre concorrência, daí a contingência de dirigir-se ao maior número de pessoas possível. No aspecto simbólico, mídia é essa “maquinaria de fazer viver as comunidades sociais, que manifesta a maneira como os indivíduos, seres coletivos, regulam o sentido social ao construir sistemas de valores” (CHARAUDEAU, 2006, p. 21)...

Na seqüência discursiva em questão, depreende-se que a mídia impõe sua construção do espaço público, segundo a qual não atribuir à “garota” a aparência de envolvimento com a prática prostituinte contribui para as respectivas lógicas simbólica e econômica. Institui-se a opinião “nova” que reflete no mercado de bens de consumo e de serviços.

2.2 Em cena, a revista *Metrópole*

“Histórias para contar: profissionais do sexo falam sobre suas vidas e como entraram para o perigoso mundo das garotas de programa”, capa da Revista *Metrópole*, em maio de 2003. As nove páginas dedicadas a essa reportagem trazem entrevistas com seis prostitutas da capital sul-mato-grossense, além de depoimentos de autoridades ligadas a programas sociais e de saúde. Premiada pela Câmara de Vereadores de Campo Grande, a matéria, redigida pela Jornalista Edilce Inês Mesnerovicz, à época, chefe de redação, estreou uma face nova na revista da Gráfica e Editora *Metrópole*, seguindo-se a ela outros temas polêmicos, tais como pedofilia e aborto.

A escolha de um veículo regional deve-se ao fato de Mato Grosso do Sul, nas décadas de 1980-1990, ter promovido a implantação de um programa social que se caracterizava pela exigência de carteirinha de saúde, com exames mensais de HIV, para as prostitutas. Todo mês as mulheres iam à “delegacia de costumes” e os policiais só liberavam a atuação se elas comprovassem que não tinham sífilis ou outras doenças. Segundo Ayache (1993), a experiência mostrou-se desastrosa. Em dez anos de vigência, a carteirinha não serviu ao controle sanitário e acabou por se tornar um instrumento de desmando policial.

Primeiro, porque, em geral, as prostitutas, insatisfeitas pela obrigatoriedade de submissão a um atendimento forçado, nem sempre colaboravam relatando aquilo que de fato correspondia a sua realidade; segundo, porque agentes, tanto da saúde quanto da polícia, às vezes, agrediam-nas ou se aproveitavam da situação para explorá-las sexualmente.

Tal experiência repercutiu em âmbito nacional. Uma reportagem na *Isto É Especial*⁵², de 23/10/97, apresentou esse assunto e informou: "Temos relatos de prostitutas que ao comprovar que não tinham Aids, foram estupradas por policiais. Mais comuns ainda são as histórias de extorsão sofridas quando não estavam com os exames em dia", conforme relatou à revista na ocasião, a coordenadora do programa de prevenção à Aids da Secretaria de Saúde de Mato Grosso do Sul, Evanir Rodrigues.

Mais recentemente, em 2005, a prostituição no Estado ocupou amplo espaço na mídia brasileira. A Rede Globo exibiu uma série de documentários pela Tevé Morena, intitulada *A rota da prostituição no MS*⁵³. Segundo a reportagem, Mato Grosso do Sul ocupa a terceira posição no *ranking* nacional da "baixa" prostituição, pois abriga, só nas Rodovias BR 262 e 163, cento e quarenta e um pontos de prostituição. Acresce-se a isso o contingente de mulheres que trabalham em rodoviárias, nas ruas, nas boates e nas cidades turísticas sul-mato-grossenses.

Feitas essas considerações, a seleção de enunciados num suporte midiático regional e de circulação restrita, dado o baixo número de tiragem, justifica-se mais pelo interesse em saber o discurso que a mídia local veicula, embora o objetivo permaneça o mesmo: observar as vozes constitutivas das FDs no discurso, verificar o jogo entre elas.

2.2.1 Religião X liberdade

(20) "Atrás de um mundo de dinheiro e liberdade, mulheres caem nas garras da prostituição e encontram uma realidade muito diferente da sonhada: a esperança de dias melhores dá lugar ao medo, insegurança, vergonha e preconceito da sociedade diante das mulheres que escolhem esse meio de vida (RM, EM, REP, MAI/03, PP. 29)

(21) "A intenção é fortalecer o grupo e mostrar para sociedade que a prostituta tem que ser tratada com seriedade" (RM, APT⁵⁴ REP,, MAI/03, PP 30).

(22) "A luxúria é pecado, mas difícil é viver fora dela" (RM, GPM⁵⁵ REP, MAI/03, PP 31).

⁵² TRINDADE, Eliane. Microempresárias do Sexo. *Isto É Especial*, 23/10/97, ed.nº. 146416.

⁵³ Este material está disponível em DVD.

⁵⁴ Ana Paula Torres, Coordenadora do Projeto Afrodite (exclusivo para travestis) em Campo Grande/MS, 2003.

⁵⁵ Garota de Programa Maria (pseudônimo).

(23) “[...] nossa profissão é um risco que temos que enfrentar” (RM, GPC⁵⁶ REP, MAI/03, PP 32).

(24) “É humilhante ter que vender o meu corpo para isso, mas a realidade é essa” (RM, GPM⁵⁷ REP, MAI/03, PP 35).

O sujeito desse discurso inscreve seu dizer na FD da necessidade de sobrevivência: E (01) “meio de vida”; FD da moral religiosa: E (20) “esperança de dias melhores”, E (22) “pecado”; FD do preconceito social: E (24) “é humilhante”; FD da violência e saúde: E (23) “risco”, FD capitalista: E (20,24) “dinheiro”, “liberdade”, “vender”; FD da ocupação: E (23) “profissão”; FD da inclusão social: E (21) “prostituta tem que ser tratada com seriedade”; FD dos movimentos sociais: E (21) “fortalecer o grupo”.

Nesse discurso, a prostituição está posta como uma prática insalubre, negativa, estigmatizada, situação ruim a que a mulher se submete pela necessidade de sobrevivência, ou seja, independência financeira. Quando se fala em estar “atrás de um mundo de liberdade”, E (20), o efeito de sentido provocado é o de que a mulher está em opressão, da qual, vítima, procura sair. O sentido de “atrás” pode ser interpretado também como ocultação, como algo que se esconde, que atua na penumbra, no submundo, marginalizado. Mas o sentido de “liberdade” para o sujeito do discurso dessa mídia (locutor) é diferente para o interlocutor, em especial se este assume a posição sujeito da prostituição.

Pêcheux (1988) diz que o fato de pertencer a uma ou outra formação discursiva muda o sentido de uma palavra e que há marcas formais que caracterizam as FDs. Para esse sujeito, situado no quadro das instituições que não refletem o que acontece na sociedade, mas o que ela construiu desse espaço, caso das mídias em geral, os sentidos de “trabalho” e “liberdade” são outros: trabalho como uma espécie de padecimento, experiência difícil, aflitiva. Liberdade como maneira audaciosa de agir, com o sentido de libertinagem (licenciosidade de costumes, insubmissão, indisciplina), uma vez que a garota de programa não é livre. Se fosse livre, não precisaria ocultar-se sob pseudônimos, negar o que faz mediante a criação de termos eufemizados para designação de sua atividade. Por esse aspecto, depreende-se que a “garota” está condicionada às “garras da prostituição”.

A posição-sujeito da Revista *Metrópole* inscreve-se na FD marcada pelo conservadorismo, que visa à moral e aos bons costumes, conforme o paradigma do cristianismo, e as marcas lingüísticas dessa ideologia, como em E (22): “luxúria”, “pecado”, são percebidas e expressas: “vergonha e preconceito da sociedade diante das mulheres que escolhem esse meio de vida”, dentre outras.

⁵⁶ Garota de Programa Cristina (pseudônimo).

⁵⁷ Garota de Programa Monica (pseudônimo).

Tais expressões remetem à memória do discurso cristão do “pecado original” (GÊNESIS, 03): Adão e Eva, ao caírem nas “garras do inimigo”, dada a desobediência, foram atordoados com a “vergonha” um do outro e de Deus. Expulsos do Paraíso, foram obrigados a “entrarem num mundo perigoso” e hostil – a Terra, onde sofreriam e de onde seriam, mais tarde, “resgatados”, “não excluídos” por Cristo). O próprio argumento da serpente para que Eva comesse do fruto era o de que tal atitude lhe daria a liberdade de conhecer o bem e o mal. Eva “comeu do fruto” e depois o ofereceu a Adão. Sua desobediência tornou-a amaldiçoada pela submissão aos desejos do homem; em decorrência disso, sua almejada liberdade representou dores, trabalho e sanções, uma vida de opressão séculos a fio.

Sendo a FD da moral religiosa a que se sobressai no discurso desse veículo midiático, para o sujeito da revista o sentido de “liberdade” recupera estado de opressão, pois a mulher só a alcança mediante a queda nas “garras” da prostituição. Nesse veículo, a posição-sujeito está preenchida por um indivíduo interpelado pela formação ideológica cristã, que caracteriza a mulher como sujeito vitimado pela miséria e patologia, necessitado de programas de inserção social, que visem a seu resgate tal como proposto pela Igreja.

2.3 Na mídia, os discursos *da* prostituta

A gente sempre foi as coitadinhas, mas não era bem isso o que a gente pensava (GABRIELA LEITE, 2006).

Nessas seqüências enunciativas analisam-se os sentidos que a prostituta atribui à sua atividade, a si mesma, e aos sujeitos a ela relacionados.

2.3.1 *Prostituição: ocupação X entretenimento*

(25) “Sou bonita e tenho um corpo legal. Os homens gostam [...] Quero dinheiro” (ISTO É⁵⁸, SL⁵⁹, 05/06/96).

⁵⁸ Prostitutas made in Brazil, *Revista Isto É*, ed. n.º. 139219, 05/06/1996.

⁵⁹ “Suzana Lemos, 21 anos, primeiro grau completo, paraense”.

- (26) “Nunca saio de graça. Sou profissional. Faço programa pela facilidade de ganhar dinheiro” (ISTO É⁶⁰, LA⁶¹, REP, 23/10/97).
- (27) “Saio para um programa porque também estou com vontade. Meu primeiro orgasmo foi com um cliente. Me divirto mais do que quem me paga” (ISTO É⁶², LA, REP, 23/10/97).
- (28) “Não me considero prostituta. Para os meus clientes, sou psicóloga, orientadora sexual, mãe, amiga, massagista e guia turístico” (ISTO É⁶³, B⁶⁴, 21/09/05).
- (29) “Nós somos especialistas em vender fantasias sexuais, e o mundo da fantasia sexual é imenso” (GL⁶⁵, RCA⁶⁶, JAN/06, PP 30).
- (30) “Quem trabalha com computador, usa as mãos, eu uso o corpo” (RE, SS⁶⁷, JAN/06, PP 44).
- (31) “Achei no meu corpo, entre as pernas, a chave da liberdade e o meu ganha-pão” (DVE, BS⁶⁸, 2005, PP,15).
- (32) “Coloco uma roupa legal, que seja ao mesmo tempo elegante e insinuante; nunca vulgar. Tenho que seduzir o homem com quem decido sair. Não adianta o cara chegar e *ir logo perguntando* Quanto é. Quanto é o quê? Não é assim meu irmão, eu aviso” (ISTO É⁶⁹, LA, 23/10/97).
- (33) “Não dá pra chegar tirando a roupa. Tem que sentar, olhar nos olhos, perguntar como foi o dia dele, esperar que te sirva uma dose de uísque” (RE, SG⁷⁰, REP, JAN/06, PP 48).
- (34) “Não vou trabalhar de secretária e ganhar R\$ 300 por mês. Minha família sabe que sou garota de programa. Eles sabem que eu sou uma pessoa normal, que acorda de manhã e escovo os dentes. Não me julgam mal” (ISTO É P⁷¹, 23/10/97).
- (35) “Faço isso por dinheiro, nunca ganhei tanto” (ISTO É⁷², AL⁷³, 21/09/05).
- (36) “Faço programas para comprar roupas de griffe” (ISTO É, PA⁷⁴, REP, 23/10/97).
- (37) “Faço por vaidade, capricho mesmo, quando quero comprar alguma coisa” (RE, JU⁷⁵, JAN/06, PP 45).

Na seqüência de enunciados em questão, observa-se a estruturação de metáforas: a prostituta é trabalhadora: E (30); é profissional: E (26); é especialista: E (29). Metáfora, para Pêcheux (1988), refere-se a uma proposição/palavra que não tem sentido que lhe é próprio, preso à literalidade, nem sentidos deriváveis por meio dessa literalidade. Como os sentidos não estão predeterminados por propriedades da língua, ao contrário existem exclusivamente

⁶⁰ TRINDADE, Eliane. Microempresárias do Sexo. *Isto É especial*, ed.nº.146416, 23/10/97.

⁶¹ “Larissa, pernambucana de 19 anos, garota de programa”.

⁶² TRINDADE, Eliane. Microempresárias do Sexo. *Isto É especial*, ed.nº. 146416, 23/10/97.

⁶³ VILAS, J. e MIRANDA, R. Prostituição: Moças de fino trato. *Revista Isto É*, ed. n.º. 1875, 21/09/05.

⁶⁴ “Bianca, nome de guerra da gaúcha de 21 anos, loira, 1,73 m e 63 kg”.

⁶⁵ Gabriela Leite, fundadora da ONG *David* e idealizadora da marca *Daspu*, responde à entrevista.

⁶⁶ VIANA, Natália. Daspu, uma grife surpreendente. *Revista Caros Amigos*, ano IX, nº 106, jan. 2006, p. 28-31.

⁶⁷ “Satiny Sehn, 18 anos, garota de programa”.

⁶⁸ Bruna Surfistinha.

⁶⁹ TRINDADE, Eliane. Microempresárias do Sexo. *Isto É especial*, ed.nº. 146416, 23/10/97.

⁷⁰ “Simone Gomes, 25 anos, garota de programa, em depoimento”.

⁷¹ “Patrícia, brasileira, 18anos, garota de programa”.

⁷² VILAS, J. e MIRANDA, R. Prostituição: Moças de fino trato. *Revista Isto É*, ed.nº. 1875, 21/09/05.

⁷³ “Alicea, 23 anos, faz inglês intensivo para atender melhor os turistas que procuram seu “tipo exportação”: mulata, bonita, 1,60 m de altura e 105 cm de quadril.”

⁷⁴ “Patrícia, estilo da *Playboy*, loira, 18 anos, 1,70m, bonita de rosto e de corpo.”

⁷⁵ “Juliana, 23 anos, garota de programa, em depoimento”.

na relação de metáfora, os sentidos dos termos “trabalho”, “profissão” e “especialista” se estabelecem numa tensão de contradições, uma vez que existe o equívoco, a opacidade da língua (PÊCHEUX, 1988), para que os termos apresentem sentidos outros, que não lhes são próprios.

Dessa forma, observa-se que a FD da ocupação (do trabalho) se sobressai no discurso *da* prostituta na mídia: E (27) e E (28): “trabalho”; E (30): “o meu ganha-pão” E (31) nesta seqüência de enunciados parafrásticos.

Todavia, para justificar sua atividade, o sujeito da prostituição procura “apagar” a FI da subsistência, porque, neste sentido, o termo “trabalho” abriga certo estigma. “Trabalho”, quando tomado no sentido comum, de dever, refere-se àquilo que é ou se tornou uma obrigação, um encargo. Nesse contexto, seu sentido pejorativo estigmatiza ainda mais a pessoa que o desenvolve. O sujeito não quer ser visto como a infortunada vítima da falta de oportunidade que vende seu corpo para sobreviver.

Se equiparada a outras ocupações não tradicionais, não convencionais em que não se exige muita escolaridade, a concepção de trabalho para o “ganha pão”, E (31), que justificaria a prostituição, não diferiria da relacionada a atividades marginalizadas na sociedade, tais como a do gari, do catador de lixo, da doméstica, por exemplo, que pressupõem um exercício braçal, exaustivo, cujos indivíduos em atividade estariam em desvantagem em relação a quem realiza menos esforço físico e mais intelectual.

O sentido literal de “trabalho” escapa quando se busca uma reconfiguração do objeto de trabalho utilizado por quem exerce a atividade prostituinte. À medida que o sujeito se identifica como quem “trabalha” utilizando como instrumento o “todo” (o corpo e o intelecto), a junção de aspecto físico e intelectual, observado em E (32) e E (33), o sujeito recusa a possibilidade de usar o “sexo”⁷⁶ como objeto de sua atividade. A posição-sujeito neste discurso da prostituição é marcada pela formação ideológica de um discurso “politicamente correto”, segundo o qual é necessário dizer apenas aquilo que se deseja ouvir.

O sujeito tem uma imagem de cliente como consumidor exigente no contexto de alta competitividade comercial. Logo, necessário se faz o mascaramento do sentido de que não se vende o corpo, mas de que se vende o conhecimento sobre o sexo.

Para uma posição sujeito do discurso *da* prostituição na mídia, seu trabalho implica a venda de um “determinado conhecimento” E (29), na esfera do entretenimento: a realização de “um programa” E (26): “Faço programa”; E (27): “Me divirto mais do que quem me paga”, resgatando a memória discursiva recorrente no discurso da Medicina, cuja

⁷⁶ Configura estigma, pois está associada a DST.

orientação para o bem-estar e saúde do homem contemporâneo implica sua participação em atividades de lazer.

Consta em *As Cartas da Promoção da Saúde*⁷⁷, item 2.2, que lazer é um meio privilegiado para o desenvolvimento pessoal, social e econômico; é um aspecto importante de qualidade de vida. Lazer é também um produto cultural e industrial que gera empregos, bens e serviços. No item 2.8, declaram: as sociedades em todo o mundo estão passando por profundas transformações sociais e econômicas, que produzem mudanças significativas no padrão e na quantidade de tempo livre disponível para o indivíduo durante o transcorrer da vida. Essas tendências terão implicações diretas para uma gama de atividades de lazer que, por sua vez, influenciarão a demanda pelo suprimento de bens e serviços de lazer.

Esse sujeito do discurso da prostituição atribui a si o papel de serviço humanitário, uma atividade social, na esfera da saúde e do entretenimento.

2.3.2 Prostituição: necessidade X liberdade

Tal como apresentados em Pêcheux & Fuchs (1997), os sentidos se estabelecem à medida que a seqüência encontra-se inscrita na FD, que, por sua vez, faz parte da formação ideológica dominante. No enunciado (31): “Achei no meu corpo, entre as pernas, a chave da liberdade e o meu ganha-pão” (DVE, BS⁷⁸, 2005, PP,15), lê-se que a prostituta contemporânea tem “a chave da liberdade”.

A FD da liberdade materializa-se na Declaração dos Direitos Humanos⁷⁹, documento oficial adotado e proclamado pela resolução 217 A (III), da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948. Seu artigo primeiro reza: “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos”.

Quando se visa à liberdade, pressupõe-se opressão da qual, vítima, a pessoa busca se livrar. Gaspar (1994, p. 23) declara que existe uma idéia comum no discurso capitalista – onde o importante é ter – segundo o qual quem possui mais bens materiais pode possuir maior liberdade. Liberdade no sentido de permissão, apenas, não como estado de disponibilidade, de

⁷⁷ *As Cartas da Promoção da Saúde*. Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em <http://www.saudeemmovimento.com.br/conteúdos/conteúdo_exibel.asp?cod.noticia=195>. Acesso em 13/05/07.

⁷⁸ Bruna Surfistinha.

⁷⁹ DHnet. Direitos Humanos na Internet. Declaração Universal dos Direitos Humanos, versão na íntegra Disponível em <<http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.html-39k>>, acesso em 13/04/07.

condição daquele que não se acha submetido a qualquer força constrangedora física ou moral. A mulher, talvez, por uma possibilidade de ganhar muito mais o salário que poderia obter trabalhando como empregada doméstica, balconista, atendente, “opta” pela prostituição, conforme dados de um estudo apresentado na Revista *Época*⁸⁰, em que os ganhos nessa atividade são comparados com os valores arrecadados com trabalhos de faxineira, dentista e diretoria-executiva.

De acordo com os dados, trabalhar como prostituta compensa, pois requer pouco investimento de longo prazo, e o retorno financeiro, além de imediato, é superior ao das atividades “convencionais” postas em questão, como se pode observar no enunciado (18) “Meninas de classe média buscam a prostituição porque rende mais que profissões tradicionais. [...] Mas o rendimento de uma garota de programa declina a partir dos 30 anos, ao contrário do que ocorre nas outras carreiras” (RE, REP, JAN/06, PP 49).

O termo “mas” reforça, no enunciado, o sentido de que o exercício da prostituição está condicionado a fenômenos determinantes e efêmeros, como o tempo e a beleza, em outras palavras, para exercer tal atividade são imprescindíveis juventude e estética.

Antecipando o E (48): “Ser prostituta é uma opção?”⁸¹ É, claro que é. Tudo na vida é uma opção. Não existe esse papo que as pessoas não têm opção de vida. Porque se você não tem opção de vida, você é vítima. Se você é vítima não pertence a essa sociedade” (RCA, GL⁸², JAN/06, PP 31), depreende-se que, para esta posição-sujeito, em diálogo com o Artigo 23, da Declaração, onde se lê: “Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego”⁸³, também a prostituição é uma escolha. Pode ser que essa “liberdade” ocupacional tenha ampliado o espaço para a mulher dedicar-se à prostituição por não estar satisfeita com o padrão de vida que poderia levar na atividade que exerce.

Nesse aspecto, a “opção” de prostituir-se pode ter origem no fato de a mulher desfrutar de “liberdade” relativa ao tipo de vida que a atividade não só permite, mas obriga-a a levar. De acordo com Roberts (1998, p. 414), a prostituta é livre no sentido de que não vincula a sua sexualidade a um único homem; ao contrário, desafia abertamente o conceito de monogamia. Todavia sua autonomia financeira e sexual atinge as raízes do patriarcado, ameaça interesses de moralistas e legisladores “homens” e a torna alvo da intolerância à liberdade em geral.

⁸⁰ RUBIN, D. & AZEVEDO, S. Bruna & sua tribo. *Revista Época*, ed.nº.402, 30/01/06, p. 42-50.

⁸¹ Natalia Viana, redação.

⁸² Gabriela Leite, ex-prostituta, fundadora da ONG *Davida* e idealizadora da marca *Daspu*, responde à entrevista

⁸³ Idem<www.onu-brasil.org/documentos-direitoshumanos.php23k>, acesso em 13/04/07.

2.3.3 Prostituta: profissional X produto

Destaca-se a presença constante do verbo “ser” nos enunciados (25, 26, 28, 29 e 34) aqui retomados: (25) “**Sou** bonita e tenho um corpo legal... (ISTOÉ⁸⁴, SL⁸⁵, 05/06/96); (26) **Sou** profissional. (ISTOÉ⁸⁶, LA⁸⁷, REP, 23/10/97); (28) **sou** psicóloga, orientadora sexual, mãe, amiga, massagista e guia turístico” (ISTOÉ⁸⁸, B⁸⁹, 21/09/05); (29) “Nós **somos** especialistas em vender fantasias sexuais.(GL⁹⁰, RCA⁹¹, JAN/06, PP 30); (34) “Minha família sabe que **sou** garota de programa. “Eles sabem que eu **sou** uma pessoa normal” (ISTOÉ⁹², P⁹³, 23/10/97).

Dentre seus sentidos (MICHAELIS, 2000, p. 1923), “ser” (do latim *sedere*), significa: 1. “ter o cargo, o título, a categoria, a função de; 2. exprime a realidade em contraposição com a aparência”; 3. designa a existência real e absoluta (neste caso, tem-se o exemplo bíblico, que Deus diz de si mesmo “Eu sou o que sou”, por antonomásia).

Ao evocar para si a função de *ser* “profissional”: E (26); *ser* “psicóloga, orientadora sexual, mãe amiga, massagista e guia turístico”: E (28); *ser* “especialista”: E (29) e *ser* “normal”: E (34), o sujeito pensa atribuir a si o título, a função de, quando o que se configura é a busca de auto-afirmação, por meio da expressão de uma realidade que se contraponha à aparência e que confirme sua existência. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. Só uma parte do dizível lhe é acessível. Sob a ação da interpelação ideológica, o sujeito compreende-se evidente, fonte do dizer, visto que também esse (dizer) se apresenta como uma evidência. Tais evidências, do sentido e do sujeito, não deixam perceber o caráter material, a historicidade da construção dos sentidos; apaga o fato de que o sujeito se identifica com a FD dominante (ORLANDI, 2005; PÊCHEUX, 1988).

No E (26): “Nunca saio de graça. **Sou** profissional”, o efeito de sentido aqui é o de que compete a todo profissional (especialista) uma compensação monetária, ou seja, o recebimento pelo serviço prestado. A ele cabe o direito de cobrar honorários pelas atividades

⁸⁴ Prostitutas made in Brazil, *Revista Isto É*, ed.nº. 139219, 05/06/1996.

⁸⁵ “Suzana Lemos, 21 anos, primeiro grau completo, paraense”.

⁸⁶ TRINDADE, Eliane. Microempresárias do Sexo. *Isto É especial*, ed.nº. 146416, 23/10/97.

⁸⁷ “Larissa, pernambucana de 19 anos, garota de programa”.

⁸⁸ VILAS, J. e MIRANDA, R. Prostituição: Moças de fino trato. *Revista Isto É*, ed.nº. 1875, 21/09/05.

⁸⁹ “Bianca, nome de guerra da gaúcha de 21 anos, loira, 1,73 m e 63 kg”.

⁹⁰ Gabriela Leite, fundadora da ONG *Davidá* e idealizadora da marca *Daspu*, responde à entrevista.

⁹¹ VIANA, Natália. *Daspu*, uma grife surpreendente. *Revista Caros Amigos*, ano IX, nº 106, jan. 2006, p. 28-31.

⁹² TRINDADE, Eliane. Microempresárias do Sexo. *Isto É especial*, ed.nº.146416, 23/10/97.

⁹³“ Patrícia, brasileira, 18anos, garota de programa”.

realizadas, uma vez que, para atingir tal *status*, é imprescindível uma longa e intensa preparação em conhecimentos técnicos/intelectuais específicos. A prostituta não dispõe de uma formação acadêmica para designar-se como profissional no quesito prostituição, no entanto se atribui esse papel reivindicando para si as mesmas prerrogativas de um profissional, isto é, o direito de receber por sua atividade.

No enunciado 26, “o não dito” é: a não-profissional (“as patricinhas do comércio”⁹⁴) sai gratuitamente, porém as “garotas”, por serem profissionais, cobram. Elas, vendedoras de uma “especialidade”, E (29), cujo instrumento é o corpo, E (30,31), bonito e “sarado”, E (25), dotadas de um conhecimento, vendem-no, devendo, portanto, receber por seu trabalho porque isso é peculiar a quem exerce profissão.

Ao nominalizar-se como profissional, “especialista”, conhecedora, perita em dada questão, como se observa em E (29): “Nós somos especialistas em vender fantasias sexuais” (GL⁹⁵, RCA⁹⁶, JAN/06, PP 30), o sujeito evoca a coletividade, por meio do pronome pessoal de 1ª pessoa do plural “nós”, para justificar que se trata de um segmento social organizado, representativo, que atribui a si a função de ser prostituta sob ótica diferente da convencionalizada pela sociedade. Em sua perspectiva, o sujeito da prostituição vende fantasias, conhecimentos sexuais, o que é bem diferente de venda do corpo.

Desloca-se o sentido do objeto, do produto comercializado: de venda do sexo a venda de conhecimentos, a venda de programas. Altera-se a categorização da mercadoria: o item passa da categoria de bens de consumo para a de bens de serviços.

Designar-se “trabalhadora, especialista e profissional” representa uma estratégia para a ressignificação de seu papel na FD da ocupação, como profissional liberal, autônomo, independente, e, por conseguinte, em conformidade com o mercado de trabalho e suas relações de comércio. Segundo Gaspar (1996, p. 73), há uma crescente modalidade de prostituição (não mais limitada a bordéis e ruas), que se constitui alternativa para mulheres bonitas, pertencentes a um segmento privilegiado na sociedade, para ascensão a uma vida luxuosa e sucesso econômico. Trata-se de uma espécie de renovação da prostituição (por meio de boates, casas de massagens, telefones, agências), que gera um contingente de mão-de-obra sexual mais qualificada e rendimentos relativamente elevados.

⁹⁴ O sujeito se compara ao outro. A “patricinha do comércio” é a jovem que mantém relações sexuais com os namorados – um tipo de prostituição para este sujeito, porque ocorre por interesse em usufruir de bens materiais, como andar no carro, e *status*, frequentar altas rodas – todavia, como a garota não cobra, não é profissional (OLIVEIRA, 2006).

⁹⁵ Gabriela Leite, fundadora da ONG *Davida* e idealizadora da marca *Daspu*, responde à entrevista.

⁹⁶ VIANA, Natália. *Daspu*, uma grife surpreendente. *Revista Caros Amigos*, ano IX, nº 106, jan. 2006, p. 28-31.

Observa-se em E (25): “Quero dinheiro”; E (26): “Faço programa pela facilidade de ganhar dinheiro”; E (27): “Saio para um programa porque também estou com vontade [...]”; E (35): “Faço isso por dinheiro, nunca ganhei tanto”; E (37): “Faço programas para comprar roupas de griffe”; E (37): “Faço por vaidade, capricho mesmo, quando quero comprar alguma coisa”, em que a FI da economia capitalista mascara a FD da ocupação.

Continua um modo de “sobrevivência”, mas na “sociedade do consumo”, um atendimento à questão mercadológica, tônica do mundo globalizado, capitalista e pós-moderno.

Jameson (2004, p. 13), em referência à periodização⁹⁷ da história da humanidade, denominou “pós-moderno” esse movimento de rupturas, deslocamentos e mudanças irrevogáveis na representação dos objetos e do modo como eles mudam na sociedade, percebido no mundo contemporâneo. Para o autor, o capitalismo, tônica da pós-modernidade, transformou tudo em mercadoria. A cultura serve de pista para detectar o pós-moderno, visto que ela mesma tornou-se objeto, produto, mercadoria. “O pós-modernismo é o consumo da própria produção de mercadorias como processo” (JAMESON, 2004, p. 14).

Ainda segundo Jameson, a sociedade, em decorrência das duas grandes Guerras Mundiais e conseqüentes reconfigurações no panorama político-econômico-cultural, sofreu mudanças de paradigmas; o contexto é de efemeridade: tudo deve ser superficial e rápido para ser mercadoria. As necessidades criadas não podem ser, portanto, profundas para que o sujeito sempre se perca na planície de puros presentes não relacionados no tempo.

Tal visão liga-se a Lipovetsky (2004), para quem o mercado é constitutivo da “hipermodernidade”⁹⁸ e a temática pós-moderna deve ser superada por meio de um novo conceito temporal. O conceito “presentista” é o que transforma todas as coisas em mercadoria, numa reorganização do modo de funcionamento social e cultural entre os quais manifestam-se o consumo e a imposição da sociedade de mercado, com vistas à preparação para “consumir sem esperar”; viajar; divertir-se; não renunciar a nada: a “políticas do futuro radiante formas sucedidas pelo consumo como promessa de um futuro eufórico” (LIPOVETSKY, 2004, p. 61).

Junto com esse fenômeno ainda em processo, complexo, que é da pós-modernidade (JAMESON, 2004) e hipermodernidade (LIPOVETSKY, 2004), surge a

⁹⁷ É prática comum ao homem a periodização, embora Jameson reconheça que não há pontos limítrofes entre um período e outro, sendo, portanto, impossível determinar o fim de um e o começo de outro período em relação ao que ele considera pós-modernidade.

⁹⁸ Ou sociedade hipermoderna, termo que designa, segundo o autor, o momento contemporâneo.

necessidade, imposta, sobretudo pela filosofia, economia e mídia, de designação de tudo que parece substancial.

Geraldi (2004) credita ao mundo contemporâneo, globalizado, moldado pelo discurso hegemônico da mídia, a pendência do homem por um modelo uniformizado e pronto, embora suas identidades estejam sempre em processo de des(re)construção. Constituídos socialmente, nas relações com o outro e por meio de signos lingüísticos, os sujeitos encarnam as mesmas características da multiplicidade identitária. Essa proposição vem ao encontro do que assegura Hall (2005, p. 11), de que a identidade é constituída discursivamente, é “formada continuamente em relação às maneiras pelas quais o indivíduo é representado e tratado nos sistemas culturais que o circundam”, dentre eles, a linguagem. Por esse aspecto, as nomeações são fluidas, contraditórias, porque atribuídas a/por um sujeito cindido, dividido, assujeitado e heterogêneo.

2.4 Heterogeneidade do sujeito da prostituição

O sujeito da prostituição na mídia afirma sua condição mediante a negação de seu estado. Nesse aspecto, são comuns em seu discurso seqüências de enunciados divididos, que permitem compreender o caráter heterogêneo de uma FD e o funcionamento da categoria de contradição.

Conforme teorizou Courtine (apud CAZARIN, 2000, p. 177), esse tipo de enunciado caracteriza-se pela “não comutabilidade de elementos” e pela presença de antagonismo, ou seja, num mesmo enunciado estão discursos em confronto.

Para Orlandi (2005, p. 21), discurso é “efeito de sentido entre locutores”, os quais representam lugares determinados na estrutura da formação social. Sob a perspectiva da AD, o sujeito não é empírico e está materialmente dividido desde sua constituição, pois está condicionado à língua e à história e afetado por ambas na produção dos sentidos.

Com o objetivo de observar a partição do sujeito no enunciado, segue-se o recorte dos enunciados 28 e 34 já postos em questão, por revelarem diferentes formas de funcionamento do enunciado dividido no discurso *da* prostituta/prostituição na mídia. Para esta análise, adotou-se um procedimento similar ao de Cazarin (2000), quando observou o mesmo processo no discurso político do Presidente Lula.

Primeira seqüência enunciativa cujo confronto marca-se pela estrutura:

Não é X... é Y:

(28) “Não me considero prostituta. Para os meus clientes, sou psicóloga, orientadora sexual, mãe, amiga, massagista e guia turístico” (ISTOÉ⁹⁹, B¹⁰⁰, 21/09/05).

(34) “Não vou trabalhar de secretária e ganhar R\$ 300 por mês. Minha família sabe que sou garota de programa. Eles sabem que eu sou uma pessoa normal, que acorda de manhã e escovo os dentes. Não me julgam mal.” (ISTOÉ¹⁰¹, P¹⁰², 23/10/97).

(38) “As garotas que vi por lá não tinham nada de anormal, não tinham “puta” estampado na testa, nem ficavam na porta se oferecendo a quem passasse” (DVE, BS, 2005, PP,23).

Nessa seqüência, parafraseando os enunciados, observa-se formação discursiva afirmativa:

Prostituta é psicóloga e amiga (E 28);

Prostituta é uma pessoa normal (E 34, 38).

Negações produzidas:

Prostituta não é psicóloga, secretária (que ganha pouco) e amiga (para “fazer cortesia”, fazer sexo de graça) (E 28);

Prostituta não é uma pessoa normal (E 34,38).

Nos enunciados, nota-se um movimento de negação do outro, generalizado pelo marcador discursivo “não”. Esse termo nega o discurso outro tornando explícita a relação antagônica entre duas posições-sujeito inscritas em diferentes formações discursivas.

Para considerar a heterogeneidade de sujeito, é necessário apontar que Bakhtin (1992) teorizou o dialogismo como condição de existência do discurso, ou seja, segundo ele, todo discurso tem dentro de si outros discursos, com os quais dialoga. Authier-Revuz (1990), partindo de conceito de polifonia e dialogismo bakhtinianos, desenvolveu os conceitos de heterogeneidade mostrada e constitutiva.

Nessa perspectiva, o operador “não” mostra, marca que no discurso existe um enunciado afirmativo, o qual pode ser recuperado por meio da memória discursiva. O sujeito recupera o discurso outro, no interdiscurso, de forma negativa, para apresentar outro enunciado pertinente à formação discursiva afirmativa. Dessa forma, estabelece-se uma tensão entre posições distintas de sujeito, que confrontam duas FDs no mesmo discurso. Nega-se/afirma-se numa intensa contradição, o que produz um duplo efeito de sentido. O

⁹⁹ VILAS, J. e MIRANDA, R. Prostituição: Moças de fino trato. *Revista Isto É*, ed.nº. 1875, 21/09/05.

¹⁰⁰ “Bianca, nome de guerra da gaúcha de 21 anos, loira, 1,73 m e 63 kg”.

¹⁰¹ TRINDADE, Eliane. Microempresárias do Sexo. *Isto É especial*, ed.nº.146416, 23/10/97.

¹⁰² “Patrícia, brasileira, 18anos, garota de programa.”

sujeito apresenta uma outra posição-sujeito e busca desqualificar o discurso-outro via negação/afirmação.

Esse discurso-outro, “enquanto presença virtual na materialidade descritível da seqüência, marca, do interior dessa materialidade, a insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica, logo como o próprio princípio do real sócio-histórico” (PÊCHEUX, 2006, p. 55).

Retomando E (38): “As garotas que vi por lá não tinham nada de anormal, não tinham “puta” estampado na testa [...]” e E (34): [...] sou garota de programa. “Eles sabem que eu sou uma pessoa normal, que acorda de manhã e escovo os dentes”, depreende-se que, ao definir-se como “normal”, a posição-sujeito “garota de programa” visa desvencilhar-se da carga semântica estigmatizada do termo “puta”. Um dos efeitos de sentido é que esse sujeito manifesta preconceito para com o sentido de “puta”. Reconhece-a como sujeito que lhe é inferior, estigmatizado. Se a “garota de programa” é “normal”, não tem “puta estampado na testa”, a “puta” é anormal, na concepção desse sujeito. Para o sujeito “garota de programa”, reconhecer-se como “puta” é atribuir a si o caráter de anormalidade, diga-se, de “mal-social”. difundido no período vitoriano em justificativa à perseguição e punição de prostitutas (ROBERTS, 1998). A memória discursiva acionada nesse discurso não é interessante para a prostituta moderna, em constante necessidade de inovações em sua esfera mercadológica, dada a necessidade de concorrência no contexto de extremo consumismo da pós-modernidade (JAMESON, 2004).

Esse sujeito objetiva, mediante novas designações, identificar-se com o diferente, negando o “outro” para diferenciar-se, ressignificar-se de modo positivo, o que está reiterado nos demais enunciados 39,40,41:

(39) “[...] não quero ter um registro profissional como prostituta, uma marca que fica para o resto da vida” (ISTO É¹⁰³, MA¹⁰⁴, REP, 23/10/97).

(40) “Seríamos discriminadas toda vez que mostrássemos os documentos” (ISTO É, SG¹⁰⁵, REP, 23/10/97).

(41) “Prostituta só tem doença sexualmente transmissível, ela não é mulher” (RCA, GL¹⁰⁶, JAN/06, PP 29).

¹⁰³ TRINDADE, Eliane. Microempresárias do Sexo. *Isto É especial*, ed.nº. 146416, 23/10/97.

¹⁰⁴ “Ex-bancária Marina, paulista, 26 anos, *striper*”.

¹⁰⁵ “Solange Gomes, 37 anos, que atua como prostituta no centro de Belo Horizonte há 15 anos.”

¹⁰⁶ Gabriela Leite, ex-prostituta, fundadora da ONG *Davida* e idealizadora da marca *Daspu*, responde à entrevista.

Numa outra seqüência, objetiva-se observar outro modo de confrontamento de formações discursivas antagônicas co-existentes num mesmo enunciado. Observa-se a seguinte estrutura: *Não é X..., (mas) é Y:*

(42) “Não faço programa por dinheiro, mas por vocação” (RE, SS¹⁰⁷, JAN/06, PP 44).

(43) “Não sou ninfomaniaca, mas gosto de sexo” (ISTO É¹⁰⁸, MA¹⁰⁹, REP, 23/10/97).

Também Maingueneau (1997), retomando as considerações de Bakhtin sobre o dialogismo, (re)afirma uma das principais concepções da AD francesa: o primado do interdiscurso. Todo discurso se constitui em relação a outros, os quais retoma para confirmar, responder, refutar, mesmo sem marcas, o que institui a heterogeneidade constitutiva do discurso.

Tomando por base o discurso literário, onde o “outro” marca-se de modo mais visível, Maingueneau (1996, p. 66) distinguiu o “mas” argumentativo do refutativo, atribuindo maior importância a este, uma vez que “supõe a encenação num movimento enunciativo único de uma espécie de diálogo que associa negação e refutação”.

Pode-se depreender, nos enunciados (42, 43), que o “mas” é refutativo. Há uma relação de oposição no enunciado introduzida pelo conector “mas”, marcando uma retificação do discurso outro. O sujeito nega/retifica/afirma sua posição.

Consideram-se as respectivas paráfrases de E (42,43):

Não é por ganância ..., mas é por vocação profissional;

Não é por patologia..., mas é por prazer;

Dessa forma, o sujeito do discurso da prostituição contemporânea, na mídia, refuta o discurso da posição sujeito da FD “prostituição como problema”, para mostrar a seu interlocutor a pertinência do discurso da FD: prostituição como liberdade profissional.

2.5 Prostituição: instituição

(22) “A intenção é fortalecer o grupo e mostrar para sociedade que a prostituta tem que ser tratada com seriedade” (RM, APT¹¹⁰ REP, MAI/03, PP 30).

¹⁰⁷ “Satiny Sehn, 18 anos, garota de programa.”

¹⁰⁸ TRINDADE, Eliane. Microempresárias do Sexo. *Isto é especial*, ed. 146416, 23/10/97.

¹⁰⁹ “Ex-bancária Marina, paulista, 26 anos, *stiper*”

¹¹⁰ Ana Paula Torres, Coordenadora do Projeto Afrodite, em Campo Grande/MS, 2003.

(44) “A gente quer melhorar a visão sobre nós e ter dinheiro para reinvestir para nosso projeto” (RCA, GL¹¹¹, JAN/06, PP 28).

(45) “Os tempos são outros e a mais antiga das profissões sobrevive à crise econômica, à Aids e à liberdade sexual. Ao que tudo indica, ainda terá vida longa. Organizadas em associações e cooperativas, as prostitutas estão buscando formas alternativas de atuação” (ISTO É¹¹², REP, 23/10/97)

(46) “Ao contrário de querer glamourizar a profissão, eu estou falando de coisas reais, eu e minhas colegas estamos aí batalhando para que a gente seja cidadã dessa sociedade como qualquer outra pessoa” (RCA, GL, JAN/06, PP 31).

(47) “E isso é uma grande vitória [...] conseguimos ser consideradas como sujeitos políticos. Para nós a grande vitória é nós podermos falar de nós mesmas” (RCA, GL, JAN/06, PP 31).

(48) “Ser prostituta é uma opção?¹¹³ É, claro que é. Tudo na vida é uma opção. Não existe esse papo que as pessoas não têm opção de vida. Porque se você não tem opção de vida, você é vítima. Se você é vítima não pertence a essa sociedade” (RCA, GL, JAN/06, PP 31).

O sujeito assume duas posições: por meio de negativas posiciona-se contrário à representação da prostituta como vítima para afirmar o livre arbítrio, a liberdade de escolha a que está submetida: E (46): “Ao contrário... estamos aí batalhando para que a gente seja cidadã”; E (48): “Não existe esse papo que as pessoas não têm opção”.

A FD dessa posição-sujeito institucional marca-se pelos operadores “não”, “ao contrário”, “se”, recursos argumentativos para persuasão de seu interlocutor quanto à necessidade de desconstruir o conceito da prostituta como vítima, que corrobora sua perpetuação no grupo de marginalizados da sociedade. Representar-se como indivíduo livre, que “opta” pela prostituição, constitui-se condição para o exercício de cidadania, para esta posição-sujeito.

Pelas relações de paráfrase, observa-se que a seqüência enunciativa circunscreve seus enunciados na ordem do discurso institucional. Instituição, do latim *institutione*, significa instituir, construir, fixar. Na perspectiva sociológica, registra-se imprecisão relativa ao termo, a que se sobrepõem sentidos particulares diversos. De acordo com o Dicionário de Ciências Sociais (SILVA & NETO, 1986, p. 105), instituição “aplica-se a organizações ou grupo dotados de certa estabilidade estrutural, está assentada em normas e valores dos próprios envolvidos”; é também complexo integrado por idéias, padrões de comportamento, relações inter-humanas e, muitas vezes, um equipamento material. Neste trabalho, considera-se instituição sob o construto da Sociologia, ampliando-o com a concepção foucaultiana (1979)

¹¹¹ Gabriela Leite, ex-prostituta, fundadora da ONG *Davida* e idealizadora da marca *Daspu*, responde à entrevista.

¹¹² TRINDADE, Eliane. Microempresárias do Sexo. *Isto É especial*, ed.nº.146416, 23/10/97.

¹¹³ Natalia Viana, redação.

de um conjunto de práticas sociais, uma vez que toda forma de organização social, independentemente do espaço, constitui-se instituição, na perspectiva do filósofo.

O sujeito é identificado/identifica-se como ser profissional, amparado pelo direito que a Constituição Federal lhe assegura em seu artigo 5º, inciso XIII: “É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão”, e no artigo 8º: “É livre a associação profissional”¹¹⁴. Ainda, o exercício da prostituição está assegurado juridicamente, como o de qualquer outra atividade considerada lícita, e encontra fundamento no parágrafo único do artigo 170 da Constituição Federal: “É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei”.

Observa-se que os itens lexicais “profissão”, “grupo”, “nós”, “a gente”, “nosso projeto”, “cidadã”, “sujeitos políticos”, “associações e cooperativas” assinalam que o sujeito posiciona-se no âmbito da coletividade, como categoria de pessoas que reivindicam direitos: de exercer uma profissão, organizar-se em grupos e realizar projetos.

Dessa forma, o sujeito evoca o discurso da Lei para justificar e assegurar a atuação prostituinte. Parafraseando os enunciados, depreende-se que a prostituta, antes mulher sem direito e sem cidadania, E (22): “prostituta tem que ser tratada com seriedade”, E (46): “para que a gente seja considerada cidadã dessa sociedade”, E (47): “conseguimos ser consideradas como sujeitos políticos”, reconhece-se como grupo para reivindicar seu espaço no quadro das instituições sociais, organizadas, consagram espaço político e financeiro.

De acordo com Curado (1982, p. 24-25), o sistema capitalista encontra dificuldades crescentes em resolver a contradição: capacidade ilimitada de produção *versus* capacidade limitada de consumo, o que afeta a relação de lucro. Homens e mulheres se vêem cada vez mais sujeitos ao mundo das coisas: as mercadorias se humanizam e os seres humanos se coisificam. Em relação à mulher, como tudo é mercadoria no Capitalismo, sua nova função econômica, enquanto coisa, bem de consumo, é ser proprietária de seu corpo, arranjar comprador para ele, isto é, vender seu produto. Mas num contexto de extrema competitividade, associado à violência urbana, às DST/AIDS, entre outras questões, tornam-se necessários inúmeros recursos que garantam a permanência da oferta no mercado.

Um dos recursos para sobrevivência nesse contexto foi organizar “equipamento material” que provocasse uma “estabilidade estrutural”¹¹⁵ da prostituição, atribuindo-lhe existência jurídica por meio de cooperativas, ONGs (organizações não-governamentais) e

¹¹⁴ Brasil, Constituição Federal (1988). Capítulo I: Dos direitos e deveres individuais e coletivos. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002, p. 15-22.

¹¹⁵ Conforme conceituou o Dicionário de Ciências Sociais, 1986.

associações. O movimento associativo das prostitutas, por exemplo, surgiu entre os anos 1970 e 1980 em diversos países, quando passaram a organizar-se com a pretensão de protegerem-se de estigmatizações, assédio e abuso policial, maus tratos e violência (ROBERTS, 1998). De acordo com o jornal eletrônico *beijodarua*¹¹⁶, no Brasil a criação da Rede Nacional de Profissionais do Sexo (RNPS), que congrega as Associações em todo o país, tem como objetivo a mobilização das prostitutas para a reforma de leis que se referem ao exercício da “profissão”, a luta contra a violência, a reivindicação pela integração das “profissionais do sexo” em programas específicos de atenção à saúde, à promoção da cidadania e ao trabalho com auto-estima.

Nos enunciados em análise, as FDs da inclusão, da saúde, da instituição, do trabalho, constituem-se a materialidade da ideologia do discurso social, político, mas mascaram a ideologia do discurso da economia. A motivação é também mercadológica. Institucionalizada, a prostituição ganha visibilidade, atrai olhares de patrocinadores, de programas governamentais, e atinge *status* de instituição social, como se observa em E (44): “A gente quer melhorar a visão sobre nós e ter dinheiro para reinvestir em nosso projeto” (RCA, GL, JAN/06, PP 28).

2.6 De “mal” a “bem” necessário

(49) “Cerca de 99% de meus clientes são casados [...] A maioria é da classe alta, políticos, empresários e profissionais da mídia [...]. A maior reclamação deles é de que a mulher nunca tem tempo para o sexo pelo excesso de trabalho. Também porque são muito chatas. Aí eles encontram a gente”(RM, GPC¹¹⁷ REP, MAI/03, PP 34).

(50) “E quem faz o homem ali, profissionalmente, é a mulher” (GL, RCA¹¹⁸, JAN/06, PP 28).

(51) “Na agenda de Jiji¹¹⁹, apreendida pela polícia, constam os nomes de misses, atrizes, top models, grandes empresários e diversos políticos, inclusive governadores. A depender do programa e da moça escolhida, os preços podiam chegar a R\$ 70 mil. Jiji também atendia clientes no Exterior. A diária de uma brasileira custava pelo menos US\$ 1,5 mil” (ISTO É¹²⁰, REP, AR¹²¹, CR¹²², 14/01/07).

¹¹⁶ Jornal eletrônico da Ong Davida. Disponível em <www.beijodarua.com>, acesso em 25/08/07.

¹¹⁷ Garota de Programa Cristina (pseudônimo).

¹¹⁸ VIANA, Natália. Daspu, uma grife surpreendente. *Revista Caros Amigos*, ano IX, nº.106, jan. 2006, p. 28-31.

¹¹⁹ Jiselda Aparecida de Oliveira, segundo a reportagem, se intitula a maior cafetina do Brasil.

¹²⁰ RODRIGUES, Alan e RABELO, Carina. *Revista Isto É: Sociedade: Beleza, sexo e dinheiro: o drama da miss Brasil*. 14/02/07, Ed.nº. 1946.

¹²¹ Alan Rodrigues.

¹²² Carina Rabelo.

Parafrazeando os enunciados, observa-se que, por meio de um discurso objetivo, marcado pela numeração: “os números não mentem jamais!” – um adágio popular –, o sujeito representa os clientes como casados, oriundos de classe média/alta, homens públicos (políticos, policiais, profissionais da mídia), o que minimiza a atuação do homem comum para glamourizar a prostituição como atividade de *status*.

Barcelar (apud GASPAR, 1994, p. 81) afirma que há um discurso corrente no imaginário social de que, não importa quais sejam, as ações de pessoas de *status* são menos estigmatizantes que as dos membros de camadas sociais menos favorecidas. As práticas daqueles são legitimadas quase de modo automático por serem oriundas de segmento social privilegiado. Sob essa ótica, identificar o cliente como alguém bem sucedido pode representar o desejo de associar à atividade características de *glamour* e de *status* também.

O cliente é, ao contrário de suas “esposas chatas”, E (49), “um cara legal”, indivíduo do sexo masculino cuja necessidade não é exclusivamente de sexo; inclui também a sociabilidade, E (49), a completude pessoal, E (50): “E quem faz o homem ali... é a mulher”. Essa concepção de cliente reforça a representação de que a posição-sujeito da prostituição faz da atividade prostituinte. Satisfazer os desejos sexuais mediante dinheiro seria uma função social dela. Se o homem não encontra compreensão junto às esposas, se sofre de solidão, ou ainda, se considera o programa como uma solução para obter satisfação sexual sem maiores conseqüências no grupo doméstico, cabe à prostituta o papel de satisfazê-lo. A mulher apresenta-se em sua condição mesma de bem de serviço, mercadoria, logo é útil sua atividade.

Há uma motivação meio maternal que leva à idéia de caridade social, manifesta pelos cuidados, E (32, 33), o que atualiza, pelo interdiscurso, a memória do discurso medieval sobre a prostituição como um “mal necessário” (ROBERTS, 1998), um ajuste para fornecer proteção à família de um “instinto” sexual masculino que só pode ser satisfeito por profissionais.

Também segundo Roberts (1998, p. 349-79), o homem da classe média, detentor de “poder” (financeiro e social), não se vê ameaçado de perdê-lo, como o da classe operária, cuja força centra-se no trabalho. Esse homem procura satisfazer seus desejos em todas as possibilidades e conta com o recurso essencial para a realização de todos eles: o dinheiro. Logo, submete-se a vultosas somas que lhe satisfaçam o ego, os instintos. O mesmo não ocorre com o operário, cuja receita apertada mal lhe garante a subsistência.

Nessa perspectiva, Roberts aponta que a redução da clientela trabalhadora para as prostitutas resulta desse e também de outros dois fatores: a) o “relaxamento moral” do século

XX, em que o homem solteiro não mais se acha condicionado ao casamento para se relacionar sexualmente; b) o encarecimento do serviço, pois a redução do número de prostitutas obrigou o comércio a ficar mais discreto, o que representou preços mais elevados.

Pode-se afirmar que o alargamento das classes (surgiu a classe C com grande poder de compras e consumo na sociedade brasileira, conforme noticiou a *Revista Veja*, edição 2054, abril de 2008) interferiu na construção de uma nova “modalidade” de prostituição, a de luxo. Mas, contrariamente ao que declarou a historiadora, no Brasil há contingente significativo de prostitutas cuja clientela é oriunda da classe de trabalhadores. Dessa forma, ajustando-se aos altos e baixos do mercado, como em todo ramo comercial, nem sempre bem remuneradas, essas mulheres vivem à margem sociocultural e econômica da sociedade. São prostitutas bem diferentes e distantes do promissor modelo difundido pelo discurso da mídia, segundo o qual é constituído por mulheres jovens, bonitas, independentes, organizadas, que recebem altos valores de clientes ricos.

As pesquisas (descritas no capítulo I), tanto a realizada pela UNB em 2001-2002, quanto a mais recente, em desenvolvimento pela Fumec, intitulada *Trajetória e Vida das Profissionais do Sexo*, revelam que no Brasil existam cerca de 1,5 milhões de pessoas que cobram para fazer sexo. Do total, apenas 120 mil fazem parte do seleto time hoje apelidado de Capitu — uma referência à personagem de Giovana Antonelli na novela “Laços de Família”, porque ganham mais de R\$ 2.700 por mês.

Tais trabalhos revelam que, empiricamente, o retrato da prostituta brasileira não é o mesmo construído pela mídia. Apenas um grupo muito pequeno compõe o time das “top de linha”, que atendem à classe A. Segundo Tardieu¹²³, a mulher desse time arrecada por mês algo como mais de R\$ 4 mil líquidos, para manter-se de modo que nem suas roupas, unhas ou cabelos, mesmo em pensamento, possam ser associados à vulgaridade, logo, são pouquíssimas as que conseguem adentrar esse “clube”.

¹²³ Emerson Tardieu, psicólogo, coordenador da pesquisa na Fumec.

CAPÍTULO III: “GAROTA DE PROGRAMA”: ACONTECIMENTO DISCURSIVO

Volatividade e efemeridade nos serviços, nas idéias e nos desejos, e instantaneidade e descartabilidade das mercadorias são duas tendências do refinamento do capitalismo pós-moderno. Em detrimento da ética, aflora a estética capitalizada, a era é a da imagem, do parecer e do aparecer; os estilos de vida urbana vertem-se em parte da vida cotidiana do capitalismo (PIOVEZANI FILHO, 2003. p. 51).

Neste capítulo, tomam-se como ponto de partida termos de dicionário referentes ao campo lexical/semântico “prostituição”, para em seguida, observar, nos discursos veiculados na mídia, o acontecimento discursivo “garota de programa”.

Concebe-se “acontecimento discursivo” como materialidade, fato produzido discursivamente, da natureza de um processo onde, conforme Pêcheux (2006), são colocadas em relação uma memória, uma realidade estruturada e uma atualidade. Acontecimento como fato originado pelo encontro do sujeito do discurso com uma realidade, na qual ele situa estranhamentos e passa a questioná-los e a buscar formas de construir uma outra interpretação para esse *real* que lhe é apresentado, quando então poderá ressignificá-lo, construir uma realidade diferente ou apenas maquiá-lo.

3.1 Dicionários: (des)construção dos sentidos

Alguns verbetes de dicionários foram selecionados; entradas pertinentes ao campo semântico “prostituição”, tais como “cortesã”, “prostituta”, “puta” e outras que a esse campo passaram a pertencer, como “garota”, “programa” e “de programa”, mediante as quais se verifica a construção e/ou a desconstrução de seus sentidos ao longo da história.

Correntemente, acredita-se na literalidade de sentido das palavras, na relação unívoca entre os termos, na linguagem como representante da “realidade”. De acordo com Silva (*apud* TAFARELLO¹²⁴, 2007, p.41), o verbete dicionarizado aceita essa função elementar, visto

¹²⁴ Paulo César Tafarello analisa os discursos de denominação de *pedófilo* e *pedofilia* em dicionários de língua, em dicionários especializados e nas leis em: “Pedofilia: da língua aos discursos”, capítulo II de sua dissertação de mestrado, intitulada: *Sobre meninos e homens: introdução ao estudo da identidade do pedófilo* – UFMS, 2007.

que, no dicionário,

o bom é distinto do ruim; as palavras são transparentes; o sentido é correto, preciso e objetivo; não há o que interpretar, nem do que duvidar. As palavras referem-se, sempre, a uma única e mesma coisa, todas as vezes que lá vamos buscar informações e tirar dúvidas: um mundo construído pela ciência da linguagem com a própria linguagem.

Entretanto, na perspectiva de Pêcheux (2006), os sentidos da palavra não são literais; a linguagem está sujeita a deslocamentos, equívocos, porque se inscreve na história, se materializa no discurso, se inscreve no espaço tenso da enunciação ou na formação discursiva que a constitui. Ratificando o pressuposto pecheutiano, Orlandi (2005, p. 42) declara que “os sentidos não estão nas palavras”, o sentido “não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas” postas em jogo, marcadas no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas.

A busca pelos sentidos nos dicionários justifica-se ainda pelo fato de estes representarem a memória coletiva, o que legitima os usos sociais da língua. Na concepção de Orlandi (2002, p.41), “o dicionário se apresenta como vestígio da nossa memória histórico-social. Seu uso se faz sobre o efeito de um pré-constuído, como um ‘lembrete’ de uma realidade já estabelecida e certa”.

Logo, os sentidos que os dicionários atribuem às palavras resultam da relação discursiva marcada pela posição ideológica dos sujeitos nele envolvidos: autor, editora, público-alvo. Nesse aspecto, há vários tipos de dicionários; de acordo com o contexto e o objetivo, classificam-se em históricos, temáticos, etimológicos, terminológicos e de língua (BIDERMAN, 1989, p. 128-130). Esse último, conforme o número de verbetes pode ser: padrão (50 a 70 mil entradas), escolar (25 mil) e infantil (aproximadamente 10 mil verbetes para um público de faixa etária de 7 a 10 anos).

Como o objetivo é usar o dicionário como ponto de partida para a investigação de ocorrência ou não de deslocamento de sentidos dos vocábulos selecionados, com ênfase na construção “garota de programa”, delimitou-se a pesquisa a dicionários de língua, da categoria padrão (constituído de 50 mil a 70 mil verbetes), conforme Biderman (1989). Compêndios de autor e editora diferente, um de cada decênio, iniciando-se pelo mais antigo que se pôde pesquisar, do século XX, como consta no primeiro quadro, aos mais modernos dicionários de língua do contexto atual do século XXI, como se apresenta no quadro II.

Nesse tipo de dicionário, em geral, aparece a situação da linguagem em uso, os sentidos possíveis consagrados pela comunidade de falantes, de acordo com o momento social, histórico, econômico, político e cultural, o que favorece a observação de estratégias que as palavras articulam em determinados contextos.

Por metodologia, a organização dos dicionários ocorre considerando-se a data de publicação do exemplar; os enunciados deles extraídos acompanham a ordem numérica seguida em todo trabalho; por questão de espaço, o nome dos autores consta nas referências bibliográficas; cada dicionário foi intitulado obedecendo-se a uma legenda, conforme suas iniciais, inserida em nota de rodapé; onde o termo foi silenciado, adotou-se a sigla NC – Não Consta, como se configura no quadro I.

Quadro I – discursos em dicionários do século XX¹²⁵

| | CDPLP (s/d) | GDLP (1945) | NDLPI (1955) | DLP (1967) | NDPLP (1976) | MDPLP (1987) | MDLP (1995) |
|--------------------|-----------------------------|--|--|--|---------------------------|--|---------------------------------|
| Cortesã | (52) “Meretriz elegante” | (53) “Prostituta de viver luxuoso que se faz requestar” | (54) “Mulher dissoluta que vive luxuosamente” | (55) “Meretriz bela, de boas maneiras” | (56) “Meretriz elegante” | (57) “Mulher dissoluta, que vive luxuosamente” | (58) “Prostituta elegante” |
| Prostituta | (59) “mulher pública” | NC | (60) “Mulher que pratica o ato sexual por dinheiro” | (61) “Mulher que se expõe à devassidão pública” | (62) “Mulher pública” | (63) “Mulher que se entrega à prostituição” | (64) “Mulher da vida” |
| Putá | NC | (65) “Mulher de má vida” | NC | NC | (66) “Prostituta” | NC | (67) “(chulo) prostituta” |
| Garota | NC | NC | NC | (68) “namorada” | (69) “namorada” | (70) “popular namorada” | (71) “o verbo garotar, vadiar” |
| Programa | (72) “Esboço, plano” | (73) “Desígnio, resolução relativa ao que se há de fazer” | (74) “Projeto escrito e minucioso de um espetáculo, plano” | (75) “Desígnio, resolução tomada” | (76) “Prospecto o esboço” | (77) “Recreação, divertimento previamente combinado” | (78) “Plano; esboço; prospecto” |
| de programa | NC | NC | NC | NC | NC | NC | NC |

¹²⁵ Legenda dicionários quadro I:

CDPLP, s/d - CODIL Dicionário Prático da Língua Portuguesa (sem data);

GDLP, 1945 - Grande Dicionário da Língua Portuguesa (1945);

NDLPI, 1955 - Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa (1955);

DLP, 1967 - Dicionário da Língua Portuguesa (1967);

NDPLP, 1976 - Novo Dicionário Prático da Língua Portuguesa (1976);

MDPLP, 1987 - Melhoramentos dicionário Prático da Língua Portuguesa (1987);

MDLP, 1995 - Magno Dicionário de Língua Portuguesa (1995).

Quadro II – discursos em dicionários do século XXI¹²⁶

| | DEH, 2001 | DUPB, 2002 | NDEA, 2004 |
|--------------------|---|---|---|
| Cortesã | (79)“Prostituta que atende pessoas das altas camadas sociais” | (80)“Prostituta elegante” | (81)“Prostituta elegante” |
| Prostituta | (82) “Mulher que exerce a prostituição” | (83) “Meretriz” | (84)“Meretriz” |
| Putá | (85)“Prostituta” | (86) “(chulo) mulher devassa, libertina” | (87)“Meretriz” |
| Garota | (88)“Namorada” | (89)“Namorada jovem” | (90)“Namorada” |
| Programa | (91) “Encontro de duas pessoas para fins sexuais, mediante pagamento” | (92)“diversão, recreação previamente planejada” | (93) “Diversão previamente planejada” |
| De programa | (94) “Que faz programa (sexuais) para viver” | (95)“Que tem encontros amorosos por dinheiro” | (96) “Diz-se da pessoa que faz programas amorosos por dinheiro” |

3.1.1 “Cortesã” x “puta”: no fio discursivo, retomadas e deslocamentos

Observa-se, no quadro I, que o termo “puta” aparece silenciado nos dicionários CDPLP (s/d), NDLPI (1955), DLP (1967) e MDPLP (1987), mas esse silêncio não é “o sem-sentido”, ele é a própria condição da produção de sentido, “o espaço ‘diferencial’ da significação, ‘lugar’ que permite à linguagem significar”, no dizer de Orlandi (1997, p 70), visto que

Os sentidos silenciados em seus lugares [...] próprios, e que significam em outros lugares simbólicos, continuam fazendo seu sentido surdo que explode de tempos em tempos em equívocos, contra-sensos, e até em palavras de mau gosto anacronicamente (ORLANDI, 1997, p.133).

¹²⁶ Legenda dicionários quadro II:

DEH, 2001 - Dicionário Eletrônico Houaiss (2001);

DUPB, 2002 - Dicionário de Usos do Português Brasileiro (2002);

NDEA, 2004 - Novo Dicionário Eletrônico Aurélio (2004).

Quando ocorre a entrada do vocábulo “puta” no dicionário, esta se faz condicionada pelo modalizador “de má vida”, E (14), e por qualificadores: “chulo”, em referência ao termo, e “devassa”, “libertina”, E (67, 86) que atribuem ao termo carga semântica pejorativa.

Em contraposição, a palavra “cortesã” vem acompanhada pelos adjetivos “elegante”, tais como em E (52, 56, 58, 80, 81), e “bela”, E (55); pelos modalizadores “de boas maneiras”, E (55), “de viver luxuoso”, “que vive luxuosamente”, E (02, 03), os quais lhe conferem valor de positividade. Em comum, os dois verbetes nomeiam o mesmo ser: a prostituta, E (66, 67, 85,87), mas com modo antagônico de referenciá-la: a “cortesã” é prostituta elegante e luxuosa, porque “atende pessoas da alta camada social” E (79), ao passo que a “puta”, o contrário disso, é prostituta devassa, libertina. Nesse caso, o “não-dito” é que o critério usado para diferenciá-las é o aspecto social tanto dela quanto do cliente (condição de marginalizados).

Se a “cortesã” serve à clientela rica, o público da “puta” são clientes de classe menos favorecida economicamente, daí a interdição desse termo no dicionário e sua associação à vulgaridade. A classe burguesa, elite dominante, reprova condutas dos trabalhadores e associa a essa classe todas as “mazelas” sociais como forma de ampliar o distanciamento entre ambas e dificultar-lhes o acesso ao poder.

Desde sua origem etimológica controversa – talvez derive do latim vulgar *puttus* (fem. *putta*), conforme Houaiss (2001) –, o sentido de *puttana* (prostituta) se contrapõe ao de *cortigiana* (do italiano, a preferida do rei). Segundo apontou Roberts (1998, p.128-35), na Itália renascentista surgiu a cortesã para satisfazer às necessidades sexuais e sociais de homens, visto que, no ideal da Renascença, as mulheres casadas tinham de ser obedientes e confinadas aos espaços secundários da vida de seus cônjuges. As cortesãs eram mulheres cuja beleza e educação as qualificava a representar a elite das prostitutas e, num contexto em que a riqueza pessoal correspondia a poder, essas beldades exigiam preços elevados por seus serviços. Por meio delas, resgatava-se o prestígio da *hetairae* grega, no entanto bastante destituído do (pouco) caráter místico de outrora, pois a atividade da *cortigiana* era puramente secular (ROBERTS, 1998, p. 130).

Historicamente, a *cortigiana* desfrutou de *status* ao passo que a *puttana* permaneceu circunscrita à rua, a regulamentos e proibições. No passado clássico, puta e cortesã distinguiram-se mediante critérios de poder econômico, educacional e social, mas nem por isso deixaram de exercer o mesmo ofício: a prostituição. O modo de referência, nesse discurso, difere, ao passo que o referente continua o mesmo.

Como os sentidos se instituem mediante relações no interior de FDs e estas estão ligadas a formações ideológicas, construção histórico-discursiva, nota-se semelhante fenômeno na atualidade. As expressões “profissional do sexo”, “garota de programa”, “garota” são comumente empregadas na designação da prostituta contemporânea para interdição dos termos “puta” (sócio-historicamente considerado vulgar, palavra de baixo calão), “cortesã” (palavra em desuso, um arcaísmo na língua portuguesa) e “prostituta”.

Numa rápida observação de documentos oficiais, como panfletos, cartazes, cartilhas, verificou-se que “prostituta” é termo preterido a “profissional do sexo” para referenciá-la. Ressalta-se que, em 2002, a Coordenação Nacional de DST/AIDS, do Ministério da Saúde¹²⁷, lançou, durante o *Seminário Aids e Prostituição*, em 06 de maio de 2002, Brasília, uma campanha nacional de prevenção direcionada às profissionais do sexo feminino. Sob o título "Sem vergonha, garota. Você tem profissão" (aqui organizado como E 104), tal campanha, também veiculada no rádio e em locais de prática do sexo pago, compunha-se de material impresso (fôlder, cartilha) com informações sobre práticas seguras de sexo, principais doenças transmitidas nas relações sem o uso do preservativo, direitos humanos; manual do multiplicador (profissionais do sexo que ensinam os companheiros a se prevenirem das doenças); adesivos para banheiros e *bottons*.

Considerando o contexto de produção desse enunciado, observa-se que o Seminário ocorreu em 2002, mesmo ano em que a família 5198 foi referendada na CBO brasileira. Nesse caso, tanto na CBO quanto no enunciado-título da campanha, oficialmente, o termo “garota” foi autorizado para referenciar a “profissional do sexo”.

Segundo o Governo, tal campanha enfatizava o desenvolvimento da auto-estima e da cidadania das prostitutas, para mobilizá-las nos cuidados para com a sua saúde e a do cliente, mediante o uso do preservativo. No enunciado em questão, a FD da inclusão social sobressai-se, determinando o que pode ou deve ser dito. A imperativa “não tenha vergonha” que parafraseia o enunciado “sem vergonha” atualiza, no intradiscorso, a memória discursiva, o “já dito” e historicamente instituído de que a prostituta tinha de ter vergonha da sua condição, daí o estigma social. Na declarativa afirmativa “você tem profissão”, o verbo “ter” assume o sentido da preexistência de um atributo, de alguém “ser possuidor de”, “ter a posse de”, o que aciona a memória de que a “prostituição é a mais antiga das profissões”.

Logo, a mulher não precisa envergonhar-se ao assumir essa identidade, é o que parece evidente, mas o fato é que a opacidade da linguagem, da história, leva à não-evidência

¹²⁷ Portal do Ministério da Saúde, Governo do Brasil. Programa Nacional de Combate e Prevenção a DST/AIDS. Secretaria da Saúde. disponível em <<http://www.sistemas.aids.gov/imprensa/noticias.br>>, acesso em 30/02/07.

dos sentidos, visto que o item lexical “garota”, paráfrase de “puta”, “prostituta”, “profissional do sexo”, entre outros, marca a interdição desses enunciados na ordem dos discursos, sejam sociais, econômicos ou governamentais. Delimita “prostituta” como aquela pessoa com os atributos constantes do paradigma contemporâneo: juventude: saúde e beleza. “Garota”, não outro termo, foi atualizado no fio intradiscursivo, pois o interdiscurso determina que aquele modelo de prostituição, historicamente instituído, associado a indecência e imoralidade está interditado, em razão do preconceito praticado, inclusive, pela posição-sujeito governamental. A prostituição considerada trabalho, nesse discurso, é aquela dissociada de doenças (daí a prevenção) e do estigma social.

3.1.2 *Nos jogos discursivos, “garota de programa” x “profissional do sexo”*

O vocábulo “garota” também não consta nos dicionários (CDPLP, s/d, GDLP, 1945, NDLPI, 1955). Poder-se-ia considerar que tal fato representa o silenciamento do discurso, de acordo com a concepção de Orlandi (1997): silêncio como condição para a produção do sentido. Esse suposto silêncio representaria a recusa, nas décadas de 1940-1950, da parte de governantes, por compreender a prostituta como sujeito social. Ressalva-se que esse período antecedeu o golpe de Estado e subsequente Regime de Ditadura no Brasil, contexto turbulento no país (PILAGALLO, 2003).

Mas o que se observa é que o verbete “garota” não consta, nos dicionários em questão, porque o fato “garota de programa” ainda não existia naquele contexto. De acordo com o MDLP (1996), do vocábulo “garota” derivou o verbo ‘garotar’, ‘vadiar’ ‘brincar’, ‘divertir-se’. Ainda nesses dicionários, essa palavra tem o significado de “namorada”, E (68, 69, 70, 88, 89,90), ora acompanhado do qualificativo “jovem”, E (89), e “popular”, E (70). Se “garota” é “namorada”, presume-se a existência do outro, de uma necessária relação entre sujeitos: alguém é namorado de alguém, relação essa que envolve interesses, sejam quais forem, vínculos afetivos, financeiros ou de outra ordem. Além de “namorada”, o qualificador “jovem” deixa específico: não se trata de pessoa qualquer, mas de namorada jovem, o que implica a exclusão do grupo não possuidor dessa característica: o de namoradas velhas.

Nota-se uma tensão necessária para a inscrição dos sujeitos da prostituição nos discursos oficiais. Ao discutir os sentidos de “profissional do sexo” e “garota de programa”, observa-se que, do ponto de vista gramatical, nessas expressões, os termos “sexo” e

“programa” constituem núcleo de locução adjetiva (do sexo, de programa), o que configura o caráter de caracterizadores de “profissional” e “garota” que essas locuções comportam.

Além disso, as preposições (do/de) nessas locuções estabelecem a ligação entre os termos: “profissional/sexo”, “garota/programa”. Sob a ótica da estilística, preposição tem a finalidade não só de unir duas palavras entre si, mas de estabelecer entre elas uma relação de sentido, de que decorre sua propriedade de subordinar termos. De acordo com o contexto em que é empregada, a palavra que se une a outra mediante preposição passa a representar uma idéia, que pode ser de finalidade, causa, conteúdo, de modo que a segunda palavra completa o significado da primeira.

Na expressão “profissional do sexo”, por exemplo, o emprego do artigo definido “o” na preposição (“do” é a contração de “de” ao artigo “o”) particulariza, faz que o substantivo “sexo” se refira a um objeto em si, considerado individual. O definido sugere que se trata de informação dada, uma vez que “salienta com mais vigor, individualiza mais energicamente aquilo que o substantivo designa, o que fica sendo uma coisa mais vaga, desbotada, quando falta o artigo” (MELO, 1976, p.148).

Em “profissional do sexo”, o “do” subordina o núcleo da locução adjetiva “sexo” ao nome “profissional”, fazendo dele um restritivo do sentido geral e vago desse primeiro. Não é sexo qualquer, é “o” sexo profissional, isto é, aquele feito por quem entende do assunto. Algo concreto, sexo como fim último. Uma paráfrase possível seria: “profissional para o sexo”, o que provoca o efeito de sentido da necessidade de criação de uma categoria de trabalhadores para atendimento de uma específica demanda; profissionais especializados nessa área do conhecimento, que, segundo as leis trabalhistas, tem o direito a uma remuneração.

Quanto a “garota de programa”, a ausência de artigo na expressão torna genérico o sentido de “programa”. A relação estabelecida pela preposição “de” é de finalidade, como na anterior (por paráfrase, ter-se-ia: “garota *para* programa”), mas, como a escolha das palavras não se faz de modo aleatório, visto que o indivíduo é interpelado pela ideologia e assujeitado à FI dominante – o que o leva a realizar seu discurso dessa posição –, o emprego da preposição “de” minimiza a carga semântica estigmatizada que teria o termo que designa o objeto para uso no programa, no caso, a garota.

Numa análise do verbete “programa”, parafraseado nos enunciados seguintes:

(72) “Esboço, plano” CDPLP(s/d).

(73) “Desígnio, resolução relativa ao que se há de fazer” GDLP (1945).

- (74) “Projeto escrito e minucioso de um espetáculo, plano” NDLPI (1955).
 (75) “Desígnio, resolução tomada” DLP (1967).
 (76) “Prospecto esboço” NDPLP (1976).
 (77) “Recreação, divertimento previamente combinado” (MDPLP (1987)
 (78) “Plano; esboço; prospecto” MDLP (1995).
 (91) “Encontro de duas pessoas para fins sexuais, mediante pagamento” (DEH, 2001).
 (92) “diversão, recreação previamente planejada” (DUPB, 2002).
 (93) “Diversão previamente planejada” (NDEA, 2004).

depreende-se que, em E (72, 76,78), o sentido de “programa” está genérico, aplica-se a qualquer tipo de atividade: um plano, esboço, qualquer com uma finalidade, E (73): “relativo ao que se há de fazer”, E (75) “resolução tomada”. Determinada sua função, o plano passa a ser especificado: para trabalho, para um espetáculo, para encontro, para divertimento, E (77, 91, 92,93).

Nesse aspecto, seu sentido, tal qual aparece em E (91), aqui parafraseado “encontro pago para fins sexuais”, irrompe-se, movimentando-se num espaço de tensão, marcado pelos itens lexicais “previamente planejada”, em E (77, 92,93), que significam: preparada com antecedência, intencionada, deve haver uma combinação prévia (acerto quanto ao tipo de “atividade” praticada, valores, local e horário) entre as partes envolvidas.

Sabe-se que o “fazer programa”, em geral, estabelece um contexto de produção similar a essa estrutura: o contato, geralmente pelo telefone, em que ocorre a aproximação entre os interlocutores; o “contrato de serviço”, isto é, o agendamento do “encontro”: E (91), que se estabelece mediante as imagens que os sujeitos constroem de si e do outro. Ações pertinentes à FD da organização, mas que coexistem no espaço da FD dominante: a FD dos relacionamentos, sejam comerciais, sociais, sexuais, E (91), e da FD do entretenimento, E (77, 92,93), nessa seqüência de paráfrases.

Ao analisar o verbete “de programa”, nos dicionários, verificou-se que não constava em todos os dicionários selecionados do século XX, como se vê no quadro I, porém, no quadro II, de dicionários modernos, apresenta-se nos seguintes enunciados parafrásticos:

- (94) “Que faz programas (sexuais) para viver” (DEH, 2001).
 (95) “Que tem encontros amorosos por dinheiro” (DUPB, 2002).
 (96) “Diz-se da pessoa que faz programas amorosos por dinheiro” (NDEA, 2004).

Em tais enunciados, “programa” está parafraseado por “encontros”. Mas há duas tipificações de “encontros”: os “sexuais”, que são justificados “para viver”, E (94), os

“amorosos”, justificam-se “por dinheiro”, E (95,96). O verbo “fazer” em E (94) pode ser indicativo de uma produção física ou moral, repreendida no contexto de produção do dicionário visto que a palavra “sexual”, tipificadora de “encontros”, vem entre parênteses, marca de que o sujeito produtor desse discurso explicita que essa atividade se refere a uma atividade ilícita, vergonhosa, mas justificada quando da subsistência (“para viver”).

Destacam-se os enunciados:

(94) “Que faz programas (**sexuais**) **para viver**” (DEH, 2001).

(96) “que faz programas **amorosos por dinheiro**” (NDEA, 2004).

Para observar que, em se tratando de “programa” como um “encontro amoroso por dinheiro”, “amoroso” pressupõe laços de afetividade; logo, refere-se não somente à relação sexual em si, destituída de sentimentos, mas à relação entre os sujeitos envolvidos no programa, o que ratifica as imagens que o sujeito da prostituição moderna vem construindo de si e do outro em enunciados já discutidos, tal como em E (33): “tem que olhar nos olhos”, “saber como foi o seu dia”. O fato de ser “por dinheiro” ressignifica “para viver”, histórica justificativa que sempre colocou a prostituta no patamar de vítima social; “dinheiro” possibilita interpretação ampla, sentidos mais gerais para a entrada na prática prostituinte, pois no contexto atual o dinheiro serve para todo tipo de troca, para a “sobrevivência” em todos os aspectos, sejam físico, intelectual, cultural, do consumismo a que está condicionada a sociedade pós-moderna.

Ao se buscarem, historicamente, os sentidos dos vocábulos selecionados, constantes nos quadros I e II, tais como “garota”, “programa”, “de programa”, depreende-se que tais sentidos foram (des)contruídos, depois ressignificados, passaram a constar com sentidos outros em dicionários mais atuais, a partir do século XXI, manifestando a necessidade social da constituição de termos específicos para atendimento das demandas oriundas das atualizações ocorridas na sociedade.

3.2 Entre a violência e a Aids

Retomando os enunciados midiáticos, observa-se, nessa seqüência de paráfrases, que, em primeira instância, a violência, ampliada paralelamente ao crescimento urbano, e o

surgimento da epidemia de Aids foram fatores determinantes para oscilações no interior do discurso da prostituição.

(97) “A revolução alcançou o endereço tradicional da categoria. A praça pública e as esquinas estão cedendo espaço a outros ambientes, em geral fechados, em parte por causa do medo da Aids, mas especialmente em função da violência urbana. As atividades estão se deslocando cada vez mais da rua para casas de massagem, inferninhos, espaços de shows eróticos e discretos pontos de encontro que pouco têm em comum com os bordéis de antigamente. Esses ambientes funcionam como vitrines. O sexo acontece mesmo fora dali.” (ISTOÉ¹²⁸, LF, REP, 23/10/97).

(98) “A mulher citada como agenciadora de garotas de programas em Brasília quebrou o silêncio nesta terça-feira. Jeany Mary Corner apresentou-se como uma "empresária de eventos" (ISTOÉ¹²⁹, 17/08/05)

(99) “Com 30 anos, porém, a garota de programa já pode pensar em se aposentar” (RE, REP, JAN/06, PP 49).

(100) "Uma moça de classe média que se relaciona com um estrangeiro e é convidada por ele a visitá-lo na Europa, ganha a passagem e um celular, nós não pensamos que esteja fazendo prostituição. Mas uma garçonete que recebe presentes de um estrangeiro é imediatamente vista como uma garota de programa" (Veja¹³⁰, AP¹³¹, SF, 09/02/05).

Todavia, nota-se, na seqüência, que os termos “categoria”, “atividades”, “vitrines”, em E (97); “agenciadora”, "empresária de eventos", em E (98): “agenda”, “preços”, ”clientes”, “diária”, em E (51): “aposentar”, em E (99), constituem marcas lexicais de que as formações discursivas (FDs) componentes do discurso, determinantes, são pertinentes à esteira do mercado e da ocupação.

Por meio da citação de autoridade, verificado em E (100), na declaração da antropóloga da Unicamp, Adriana Piscitelli, em entrevista à *Folha de S.Paulo*, registrada na *Veja*, a mídia visa à objetividade e imparcialidade na informação. Discursa pela voz do sujeito-outro, neste caso, o da antropologia. De acordo com esse discurso, há distintos sujeitos da “prostituição”: aquele que se procura negar para que um outro seja afirmado, isto é, a “prostituta”, a “puta”, a “profissional do sexo”, em favor de “garota”, “acompanhante”, “garota de programa”.

Em E (100), “Uma moça de classe média [...] nós não pensamos que esteja fazendo prostituição”, o pronome pessoal de 1ª pessoa do plural “nós” marca que o sujeito produz seu discurso assumindo a posição do coletivo. Também com o recurso da negação de que a “moça de classe média” exerça a atividade prostituinte, não só a destitui dos efeitos do

¹²⁸ TRINDADE, Eliane. Microempresárias do Sexo. *Isto É especial*, ed.nº.146416, 23/10/97.

¹²⁹ Cafetina guarda agenda em cofre secreto. Revista *Veja*, ed.nº. 1918, 17/08/05.

¹³⁰ *Revista Veja*, seção frases, 09/02/05 Ed.nº. 1891.

¹³¹ Adriana Piscitelli, antropóloga da Unicamp, em entrevista à *Folha de S.Paulo*.

estigma que tal ofício carrega, mas também afirma a existência de um outro sujeito em oposição ao primeiro.

Para reiterar o sentido de que a garota da “classe baixa” (garçonete), contrariamente à da classe média, realiza a prostituição, o sujeito introduz um enunciado com o operador argumentativo “mas”: “Mas uma garçonete que recebe presentes de um estrangeiro é imediatamente vista como uma garota de programa.” Em ambos os casos, o sujeito reconhece a existência da prostituição. No primeiro, contudo, procura negá-la para ressignificá-la.

Além de apoiar-se na citação, a mídia utiliza-se de outro recurso lingüístico que marca a heterogeneidade discursiva e circunscreve o discurso à esfera de um *continuum* de “já ditos”, porém esquecidos e retomados, sujeito às determinações que a formação discursiva impõe (ORLANDI, 2005). São as palavras aspeadas em E (51), “empresária de eventos”, responsáveis por apontar uma inadequação do uso dessa expressão na formação discursiva em que o sujeito se inscreve.

A paráfrase de E (97) corresponde ao discurso da *Isto É* de que a AIDS e a violência urbana modificaram a estrutura organizacional da prostituição e tornaram os “bordéis”, “a praça pública e as esquinas” antiguidades. Entretanto, nos novos espaços surgidos, em decorrência das mudanças sociais, não acontece a prostituição: são lugares de publicidade, que funcionam como “vitrines”, pois “o sexo acontece mesmo fora dali”.

Esse mesmo discurso é parafraseado em E (101) – “Não estímulo ninguém a se prostituir. Aqui, as garotas vendem um show. Se lá fora negociam o próprio corpo não é problema meu”, afirma a empresária da noite Tânia Maciel. “A maioria estuda, trabalha e está aqui de passagem. Muitas são casadas.” (*ISTO É*¹³², REP, 23/10/97) –, sob a forma de discurso direto citado, por meio do qual fala um outro sujeito, uma “empresária da noite”, autorizada pela FD da “indústria do sexo”, com o intuito de “provar” o que foi declarado pela mídia.

Ainda no enunciado (101), quando o sujeito empresário declara que a condição social das garotas é a de estudante, de trabalhadora que complementa renda familiar (“está aqui de passagem”, “muitas são casadas”), ocorre a recusa de identificação da prostituta como vítima para reiterar as concepções de liberdade de escolha e relação de livre comércio, fundamentais no sistema capitalista de um mundo globalizado, conforme Jameson (2004).

Nesse discurso, formações ideológicas do capitalismo, já elucidadas pelas FDs do mercado e da ocupação, estão em estreita relação com a FI da globalização, materializada pelas FDs da violência e da saúde pública, entre outras.

¹³² TRINDADE, Eliane. Microempresárias do Sexo. *Isto É especial*, ed.nº.146416, 23/10/97.

Nota-se que, além da Aids e da violência urbana, outros fatores são determinantes para a (re)estruturação da prostituição contemporânea. É fato que o surgimento da Aids, em 1980, gerou um contingente de “população de risco” por ser doença fatal a clientes e prostitutas, o que intensificou a intervenção estatal sob a égide de combate e prevenção de DST/AIDS, de acordo com Nickie Roberts (1998). Na concepção de Foucault (2004 b), o que se objetiva mesmo é o controle e disciplinamento de corpos e de desejos sobre eles, a fabricação de um indivíduo dócil e domesticado para ser mais bem explorado pelo mercado.

Antecedeu-a, todavia, “a revolução sexual” dos anos 1960, que criou “toda uma geração de lutas em novo estilo baseadas no ativismo organizado das minorias na sociedade ocidental” (ROBERTS, 1998, p. 398). Para a historiadora, o movimento das prostitutas representa um novo ponto de partida na história da indústria do sexo, porque visa à distinção entre prostituta e prostituição mediante o conceito de que “na verdade, o que está sendo comprado não é a mulher, mas os serviços sexuais por ela oferecidos” (ROBERTS, 1998, p. 401).

Paralelamente, houve toda uma reconfiguração no contexto histórico cultural na sociedade do Ocidente, dada a expansão da tecnologia dos meios de comunicação na produção de produtos e serviços. A popularização de recursos tecnológicos sobredeterminou novas formas de prostituição, como o *sexo por telefone* e *sites* onde o sexo é vendido em filmes, imagens, *web cams* ao vivo.

Considera-se que a organização de um tipo de prostituta num modelo de prostituição que se adequa à sua realidade, caracterizado pela origem social de seus sujeitos e suposta discricção, decorre de fatores para além da Aids e da violência. Resulta das necessidades surgidas pelo programa de globalização (movimentos de inclusão, mídias, para citar alguns de seus instrumentos), em que as relações de livre comércio são a mola propulsora de qualquer acontecimento.

3.3 De *call girl* a “garota de programa”

A imposição de novas terminologias decorre não só da valorização da cultura do outro, no caso, a norte-americana, da necessidade de burlar a lei em tempos de repressão, mas também de fenômeno discursivo, dado o desejo de hierarquia entre os sujeitos e da acirrada concorrência no livre comércio.

(102) “Pelo menos na semântica, as novas profissionais escapam do estigma da prostituta. Passaram a se intitular garotas de programa, acompanhantes para executivos, *call-girls*. ‘Para elas a prostituição é um bico, uma forma de complementar a renda familiar, o que as faz levar uma vida dupla e a não se assumir como prostitutas’, emenda Leandro Fonseca, pesquisador da Pontifícia Universidade Católica, de São Paulo” (ISTOÉ¹³³, REP, 23/10/97).

(103) “Nada mau para a *maison* iniciada por uma órfã criada em colégio de freiras, que começou como costureirinha e cortesã de meio período – o termo gentil para garota de programa. Visionária na moda, mademoiselle (Gabrielle Chanel) também escolhia bem os amantes” (Veja¹³⁴, 22/07/05).

Outra vez, o sujeito da mídia discursa citando o outro, como se observa em E (102). O discurso está marcado por designações: “costureirinha, cortesã”: “termo gentil para garota de programa”: E (103); “as novas profissionais” denominam-se (elas não são denominadas por alguém a não ser por elas mesmas, declara o sujeito pesquisador da Universidade Católica) de modo novo, pois se referem a novas (outras) profissionais. Dentre as designações, o referente é o mesmo: prostituta, mas o modo de referenciar é diferente: “garota de programa”, “acompanhante para executivos e *call-girl*”, E (102).

De acordo com a antropóloga Gaspar (1994, p. 70-71), a Convenção Internacional de 1949, nos EUA, visando a impedir o proxenetismo internacional (tráfico de mulheres), associado às transformações na sociedade norte-americana – relações livre entre os sexos, mudanças nas normas sexuais, maiores oportunidades econômicas para as mulheres –, tornou-se necessário um novo arranjo de forças para controle do mercado da prostituição. Integrantes da máfia norte-americana, na tentativa de fazer desaparecer a desvantagem do fechamento obrigatório de prostíbulos, criaram um novo modelo de prostituta, a *call girl*, que age sozinha, mas está condicionada ao “sindicato do crime” pela dependência de heroína e cocaína.

Roberts (1998, p. 360-389) concorda com que a *call girl* tenha se originado num contexto de pós-guerra quando da reestruturação cultural e social norte americana, mas se opõe à concepção de que se trata de mulher jovem, vítima de traficantes internacionais. Segundo a autora, a *call girl* constitui a elite da indústria contemporânea do sexo e pertence à categoria de “profissionais mais bem pagas, porque atendem clientes ricos (ROBERTS, 1998, p. 364).

No inglês, o sentido literal de *call girl* é “garota chamada”. Independentes, autônomas, as *call girls* têm o telefone como aliado fundamental. Organizam-se atendendo em *flats* – “descendentes diretos das pensões e dos cubículos do século XIX” (ROBERTS,

¹³³ TRINDADE, Eliane. Microempresárias do Sexo. *Isto É especial*, ed.nº. 146416, 23/10/97.

¹³⁴ A volta da velha senhora. *Revista Veja*, ed.nº.1910, 22/07/05.

1998, p. 367) casas de massagens, agências e hotéis, onde têm mais controle sobre suas vidas e sobre seu trabalho e podem melhor burlar a lei, em caso de fiscalização.

A cultura norte-americana passou a exercer acentuada influência sobre os países do Ocidente, desde o pós-guerra. Como o processo lingüístico está intimamente relacionado com o histórico, o sócio-político-cultural de um povo, a predileção por termos estrangeiros, resultante da grande influência estrangeira e hegemônica do inglês na língua e na cultura brasileira, fez que vasta nomenclatura desse idioma se incorporasse à língua oficial, traduzidos ou não, segundo Alves (1998). O termo *call girl* não encontrou uma tradução literal no português, restringindo-se à expressão “garota de programa”, surgida nesse contexto.

Conforme Silva (2002, p. 378), “programa”, do grego *prógramma*, pelo latim *programma*, inicialmente cartaz onde eram divulgados os temas de debates abertos à participação das comunidades, tornou-se polissêmico. Está presente na denominação de projetos de governos, partidos políticos, organizações diversas, menus de escolas, eventos no rádio e na televisão, itens de lazer. Para o autor, associado a eventos de entretenimento, derivou o “eufemismo” “garota de programa”, um termo historicamente recente que estendeu sobre as prostitutas de luxo a tenda redentora de uma linguagem mais elegante, de homenagem, do vício à virtude, “modalidade já clássica na sociedade ocidental de disfarçar patologias na forma de palavras e frases bem elaboradas”.

De fato, a invenção de nomes diferentes e hierarquias para diferenciar pobres de ricos torna-se uma forma de as mulheres até diminuírem o tamanho da culpa por terem o corpo como um produto. Ser uma *call girl* exige fino trato, cabelo sedoso, pernas de veludo e cintura de *Barbie*; é tão superior que até a sua designação é importada. Nessa concepção, as pobres são prostitutas e as ricas não; logo, não se misturam, não se conhecem. Em comum, a rejeição do nome “prostituta”, porque é feio, uma ofensa. Politicamente corretas, vendem programas, mas são todas do mesmo ofício.

Para Gaspar (1994, p. 86-87), vários estudos sobre prostituição refletem a preocupação com o aspecto totalizador da atividade, que, em face das implicações morais da prática, tem ampla repercussão na definição de seus agentes. Nesse tipo de prostituição, a elaboração pessoal sobre seu papel e todos os outros desempenhados relaciona-se às condições em que se dá a atividade “fazer programa”: o horário coincidente com o comercial, a roupa, que não caracteriza exclusivamente a prostituta, e o local onde a atividade é exercida (no bairro mais cosmopolita de uma cidade) permite que as garotas desfrutem de um “anonimato relativo” e manipulem diversas realidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso admitir esse jogo de força simbólica que se exerce no reconhecimento do mesmo e de sua repetição (ACHARD, 1999)

Concluir um trabalho de pesquisa implica a exposição de posicionamento, uma tarefa difícil, considerando-se que nada, na esfera de saberes e de idéias, pode ser encerrado totalmente mesmo porque a incompletude é constitutiva da linguagem. No discurso, há sempre aberturas para interpretações outras, conforme a posição-sujeito ocupada. Por esse aspecto, uma das interpretações, uma das leituras possíveis sobre os discursos analisados neste trabalho é que, como todo discurso segue uma ordem estabelecida pela situação em que está inserido, a lógica comercial se sobrepõe às demais no contexto da prostituição.

Ao analisar o discurso da/sobre a prostituta/prostituição na mídia, observou-se que, na ordem desse discurso, emergiram designações decorrentes de contexto social, político, ideológico globalizado e pós-moderno, que se sobressaem como mecanismos que atendem às necessidades do comércio contemporâneo. Novas práticas discursivas da prostituição instituíram-se na sociedade e, para tanto, a mídia ocupou fundamental papel na inscrição de FDs na composição do discurso novo.

A FD que se sobressai nesse discurso é a da ocupação em estreita relação com a FI do capitalismo, já configurada em documentos oficiais, tais como CBO, Constituição Federal e Declaração dos Direitos Humanos. Seguem-se a ela a FD da inclusão social, também vigente no contexto contemporâneo, mediante a qual se opõem negação e afirmação do discurso de vitimização da prostituta.

Em harmonia com os objetivos, estratégias e interesses de seus donos, os dizeres na mídia instalam a inscrição social da classe dominante, que precisa “perpetuar os sentidos e os dizeres que lhe garantem a manutenção da ordem como ela se apresenta” (ROMÃO & PACÍFICO, 2006, *apud* GUERRA, 2007).

A mídia apresentou um modo para referenciar a prostituição e outro para a prostituta. Em relação ao primeiro, observou-se que há uma tensão na referência à prostituição como trabalho, empreendimento financeiro, liberdade, visto que, concomitante à necessidade de configurá-la como atividade legalizada oficialmente, dadas as imposições político-

mercadológicas, estão as questões postas pelo preconceito decorrente da forte influência da moral religiosa cristã na sociedade ocidental.

Em referência à prostituta, a mídia evoca o par antagônico: antiga *versus* moderna. Visa, pela evocação do discurso-outro, a apregoar uma superação da prostituta de rua, considerando a supremacia de um modelo moderno: jovem, educado (logo, inteligente), bonito, gestor de uma profissão temporária que lhe serve de degrau para a ascensão ao mundo do *glamour*. Mascara, dessa forma, a existência de um contingente maior de prostitutas distantes desse modelo por motivo de desigualdades sociais e econômicas.

Percebeu-se, mediante essas distintas formas de referência, que a mídia desenvolve seu papel de construção de realidades que atendam às necessidades de consumo de seu maior público leitor; neste caso, por tratar-se de veículos midiáticos cuja clientela representa-se, em geral, pela classe média; logo, a inscrição do discurso *sobre* prostituição/prostituta na mídia obedece a estratégias discursivas.

No discurso *da* prostituta/prostituição na mídia, observou-se um sujeito disperso, heterogêneo, ora contrário às FDs que o estigmatizam, tais como a do trabalho, a da moral religiosa cristã, a da instituição, por lhe atribuírem condição de vítima e equipararem-no a demais trabalhadores, ora integrante dessas mesmas FDs, sobretudo a do trabalho e a da instituição, evocando a coletividade para reivindicar um espaço político e social.

Notou-se ainda que esse sujeito nega o discurso-outro para atribuir-se o título de profissional, inscrevendo-se na FD da prestação de serviço social, na esfera do lazer e do conhecimento. Negação/afirmação coexistem nas FDs do discurso da prostituta na tentativa de exprimir uma realidade em contraposição com a aparência, ou para ratificar sua identificação com o modelo apregoado pela mídia, na busca de significação positiva de seu papel e sua instauração no discurso capitalista, em que a receita é o lucro.

Ao analisar-se a construção histórica dos sentidos de “garota”, “programa”, observou-se que, muito antes se deu o confronto discursivo para o início do acontecimento sintetizado no enunciado “garota de programa”, trabalhado pela mídia, na voz de vários enunciadores que o retomam, deslocam-no em seu contexto e no espaço de memória que ele convoca com transparência e opacidade ao mesmo tempo.

Mediante formulações e retomadas, sua opacidade inscreveu-o noutras denominações, em enunciados parafrásticos – “*hectarae*”, “cortesã” (no passado), “profissional do sexo”, “acompanhante”, *call girl* – enunciados que remeteram ao “garota” ou “garota de programa”, mas que não construíram a mesma significação.

Verificou-se que o efeito de sentido de “garota de programa” decorre não apenas da violência urbana e da Aids, como pretendeu elucidar a mídia. Nele estão instituídas FDs oriundas de movimentos sociais, da popularização da tecnologia, e, em especial, do capitalismo marcado pelo consumismo extremo de produtos e de serviços.

No discurso da/sobre a prostituta/prostituição na mídia, os sujeitos buscam modos de representação que os inscrevam na ordem do discurso contemporâneo e confluem para o atendimento dos interesses de um público essencialmente capitalista. Inscrevem-se, em especial, nas FDs da ocupação, da inclusão social, do lazer, da instituição, da saúde, da Lei. Posicionam-se como sujeitos trabalhadores, politizados, organizados, independentes, produto e prestador de serviço, cuja existência atende às necessidades mercadológicas pós-modernas.

Na maioria dos casos, o dinheiro aparece como “premente” para a entrega do corpo e a satisfação do prazer. No entanto, não somente o fator econômico impulsiona para a prostituição; outros valores são destacados, como maior liberdade, a possibilidade de maiores ganhos sem tanta pressão de patrões, o direito ao prazer, bem como a existência de um “bem de serviço de qualidade” para a satisfação de consumidores exigentes, devido às DST, sobretudo a Aids.

Observou-se que, no discurso da/sobre a prostituta/prostituição na mídia, “garota de programa” apresentou-se como um acontecimento que perturbou a memória discursiva a ponto de instaurar-se como discurso novo. Esta tentou absorvê-lo, mas, tratando-se de discursividades “fortes”, exigidas pela prática, o jogo de força fez o discurso escapar à memória e ocupar-lhe um espaço.

Com a emergência do acontecimento discursivo “garota de programa”, a memória desalojou o sentido de prostituição. Tornou-se obrigatória a atualização da prostituta. Agora, além de “profissional”, “especialista”, é necessário ser jovem, enquadrar-se nos padrões de beleza contemporâneos, ser sofisticada, moderna, em face da “pós-modernidade” e seus efeitos.

Encontrando a “sociedade de consumo” desse mundo pós-moderno – contexto em que tudo é produto, inclusive a cultura, os corpos e o desejo –, dificuldade de vender suas mercadorias, as nominalizações “garota”, “garota de programa”, “acompanhante” surgiram como uma forma publicitária auxiliar para a operação econômica. Desse modo, os processos de designação, ao produzir efeitos de evidência que apresentam a relação entre designações e objetos de referência como sendo transparentes e necessárias, apagam as diferentes posições de sujeito a partir das quais se interpreta a prostituta/prostituição.

Designações diferentes de um mesmo objeto configuraram-se em FDs distintas. Alguns nomes pretendiam-se apenas opostos, quando se tornaram designações interditadoras de anteriores, fazendo que a memória exercesse forte pressão sobre o discurso da prostituição a ponto de deslocá-lo, ressignificá-lo, por meio do acontecimento discursivo “garota de programa”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, P. *et. alii.* (orgs.). *O papel da memória*. Campinas, SP: Editora Pontes, 1999, p.11-17.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 8. ed. [Trad. De J.J. Moura Ramos] Lisboa: Presença-Martins Fontes, 1974.
- ALVES, Júlia Falivene. *A invasão cultural norte-americana*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1998.
- ANDRADE, Mário de. *Amar, verbo intransitivo*. 16 ed. Belo Horizonte: Villa Rica, 1995.
- ANGELO, Assis (*et alii*). *A prostituição em debate*. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.
- ALTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 19, p.25-42, Campinas: Unicamp, 1990.
- AYACHE, Danusa Céspedes Guizzo. *Prostituição: perfil sócio-econômico das pacientes atendidas no programa DST/AIDS em Campo Grande - MS - nos meses de out. e nov. de 1993*. Pesquisa epidemiológica. Monografia apresentada ao curso de Medicina, UFMS, 1993.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. [Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira]. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BÍBLIA SAGRADA: Nova tradução na linguagem de hoje. Barueri (SP): Sociedade Bíblica do Brasil, 2000.
- BIDERMAN, M. Tereza. *Dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- BORBA, Francisco Silva. *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 2002.
- BRASIL. *Código Penal Brasileiro*. Brasília, DF: Senado, 2002.
- CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. *Discurso e ensino*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- CAROS AMIGOS, Revista mensal. Curitiba/PR: Editora Casa Amarela, ano IX, nº. 106, jan. 2006, p. 28-31.
- CATONNÉ, Jean-Philippe. *A sexualidade, ontem e hoje*. [Trad. Michele Íris Koralek]. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- CAZARIN, Ana Ercília. O confronto entre duas posições sujeito, inscritas em diferentes formações discursivas, marcado lingüisticamente pelo enunciado dividido. In INDURSKY, Freda & CAMPOS, M. do Carmo (orgs.). *Discurso, memória, identidade*. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2000, pp 176-187.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. [Trad. Ângela S. M. Corrêa]. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. [Coord. da Tradução Fabiana Komesu]. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CORACINI, M. José R. Faria. *Identidade e discurso: (des)construindo subjetividades*. (org) Chapecó: Argos Editora Universitária, 2003.

CURADO, José Alberto da S. A mulher de “vida fácil” numa conjuntura difícil. In ASSIS, Ângelo (et allii). *A prostituição em debate: depoimentos, análises, procura de soluções*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1982, p.19-27.

DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 2000.

DUALIBI, Júlia & BORSATO, Cíntia. *C: a classe dominante*. Revista *Veja*, ano 41, n 13. Ed.nº. 2054, 02 abril de 2008, p 82-94.

DURIGAN, M.; NÓIA MINA, S.R. Sujeito, identidade e representação: entre o discurso oficial e a voz de prostitutas e travestis. Três Lagoas, UFMS: *Revista Eletrônica Guavira Letras*, nº. 04, p. 57-76, fev. 2007.

ENCICLOPÉDIA ABRIL CULTURAL, LIVRO DA VIDA. *Prostituição: nós e os outros*. 6 v. São Paulo: Abril Cultural, [19??].

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. *Novo dicionário eletrônico Aurélio*. Versão 5.0. São Paulo: Positivo Informática Ltda., 2004. CD-ROM

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. [Trad. Bras. Roberto Machado]. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *O diário de um hermafrodita*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. [Trad. Ma. Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque]. 14. ed. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2001.

_____. *A arqueologia do saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 02 de dezembro de 1970. [Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio]. 11. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004a

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. [Trad. de Raquel Ramalhete]. Petrópolis, Vozes, 2004b.

FUCHS, C. La paraphrase. In: *Langage Française*, nº. 53, février, 1982. pp. 24-33. (Revue Trimestrielle Larousse). (A paráfrase - tradução livre)

GARCIA, Hamílcar de. *CODIL: Dicionário Prático da Língua Portuguesa*. São Paulo, Codil, Companhia Distribuidora de Livras, s/d.

GASPAR, Maria Dulce. *Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

GERALDI, J. Wanderlei. *A diferença identifica, a desigualdade deforma*. Percursos bakhtinianos de construção ética através da estética. In IEL/Unicamp, 31/05/04, Campinas, SP. On line. Disponível em <http://www.libdigi.unicamp.br/document/?down=vtls_000373829>, p.35 de 52.

GUERRA, Vânia Maria Lescano. *Um estudo do mass media: entre a violência, o poder e a memória*. Disponível em <www.uems.br/padadi/texto10.html.72k>. Acesso em 13/10/07.

GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1995.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Editora DP&A, 2005

HOUAISS, Antonio (Ed.). *Melhoramentos dicionário prático da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1987

_____. *Dicionário eletrônico Houaiss*. Versão 1.0. São Paulo: Objetiva Ltda., 2001. CD-ROM.

JAMESON, Frederic. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. [Trad. Maria Elisa Cevalco]. São Paulo: Ática, 2004.

LAGENEST, J. P. Barruel. *Mulheres em leilão: um estudo da prostituição no Brasil*. 2 ed. Petrópolis, Editora Vozes, 1975.

LIPOVETSKY, Gilles. *Os tempos hipermodernos*. [Trad. Maria Elisa Cevalco]. São Paulo: Editora Barcarolla, 2004.

MAINGUENEAU, D. *Pragmática para o discurso literário*. [Trad. Marina Appenzeller]. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. *Novas tendências em análise de discurso*. 3. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso – (re)ler Pêcheux hoje*. [Tradução Eni P. Orlandi] – Campinas: Pontes, 2003.

MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. [Trad. Bras. Silvio Donizete Chagas]. 9. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

MAZZIEIRO, João Batista. Sexualidade criminalizada: prostituição, lenocínio e outros delitos – São Paulo 1870-1920. In *Revista Brasileira de História*. Vol.18, n. 35, São Paulo, 1998. Disponível em <<http://www.scielo.br/csielo.php?pid=S010201881998000100012&script=ciarttext-108k>> Acesso em 12/01/08.

MELO, Gladstone Chaves de. *Ensaio de estilística da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão - Livraria e Editora Ltda., 1976.

METRÓPOLE, Revista. Campo Grande/MS: Gráfica e Editora Metrópole, ano IV, nº. 50, mai. 2003, pp.28-36.

MICHAELIS 2000: *Moderno dicionário da língua portuguesa*. 2 v. São Paulo: Melhoramentos, 2000.

MONTEIRO, M. Piva. *Mulher: profissão mulher*. Petrópolis: Vozes, 1990.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, Depto. de Imprensa Nacional, 1967.

OLIVEIRA, Vanessa de. *O diário de Marise: a vida real de uma garota de programa*. 3. ed. São Paulo, Matrix, 2006.

ORLANDI, Eni P. *Interpretação*. Petrópolis:Vozes, 1996.

_____. Maio de 1968: Os silêncios da memória. In: ACHARD, P. *et.allii* (orgs.). *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999, p. 59-71.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4. ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1997.

_____. Lexicografia discursiva. In *Língua e conhecimento lingüístico – para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas-SP: Pontes, 2005.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

PACHECO, Raquel. *O doce veneno do escorpião*. 5. ed. São Paulo: Panda Books, 2005.

PASTOR, Nelson & JÚNIOR, Raul Maia (coord.) *Magno dicionário de língua portuguesa*. São Paulo: Difusão Cultural do Livro, 1996.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. [Trad. Eni P. Orlandi et al]. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.

_____. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 19, pp.1-24, Campinas: Unicamp, 1990.

_____. (1969). Análise automática do discurso (AAD-69). F & HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3.ed. Campinas, SP, Ed. Unicamp, 1997, p. 61-161.

_____. O papel da memória. In: ACHARD, P. *et.allii*. (orgs.). *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999, p.49-57.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. [Trad. Eni Pulcinelli Orlandi]. Campinas, SP: Pontes, 2006

PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In GADET, F. & HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas; UNICAMP, 1997, p. 163-252.

PEREIRA, Armando. *Prostituição, uma visão global*. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas S.A., 1976.

PILAGALLO, Oscar. *A história do Brasil no século 20: 1940-1960*. 3. vol. São Paulo: Publifolha, 2003.

PIOVEZANI FILHO, Carlos Félix. Política midiaticizada e mídia politizada: fronteiras mitigadas na pós-modernidade. In GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003, p. 49-64.

POSSENTI, Sírio. Análise do discurso e acontecimento: breve análise de um caso. In NAVARRO, Pedro (org.). *Estudo do texto: mapeando conceitos e métodos*. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 93-108.

QUADROS, Jânio da Silva. *Novo dicionário prático da língua portuguesa*. 2. ed. revista com assistência de Ubiratan Rosa. São Paulo: Rideel, 1976.

ROBERTS, Nickie. *Prostitutas na história*. [Trad. Magda Lopes]. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1998.

RODRIGUES, Marlon Leal. *Introdução ao estudo da ideologia que sustenta o MST*. Três Lagoas, MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2001 (Dissertação de mestrado).

SILVA, Antonio de Moraes. *Grande dicionário da língua Portuguesa*. 10. ed. revista, corrigida, muito aumentada e actualizada. Editorial Confluência, 1945.

SILVA, Benedito; NETO Antonio Garcia (et alii). *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro: Instituto de Documentos: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

SILVA, Deonízio da. *A vida íntima das palavras: origens e curiosidades da língua portuguesa*. São Paulo: Arx, 2002.

TAFARELLO, Paulo César. *Sobre meninos e homens: introdução ao estudo da identidade do pedófilo*. Três Lagoas, MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2007 (Dissertação de mestrado).

TERSARIOL, Alpheu. *Novíssimo dicionário da língua portuguesa ilustrado*. São Paulo: Li-bra Empresa Editorial Ltda, 1955.

ANEXOS

CORPUS

- (01) “Sexo, um trabalho pela sobrevivência” (RM¹³⁵, EM¹³⁶, MAN¹³⁷, PP¹³⁸ 28, MAI/03).
- (02) “Escolher a prostituição é como escolher outra profissão qualquer” (RE¹³⁹, EC¹⁴⁰, ENT¹⁴¹, NOV/05, PP 46).
- (03) “É um trabalho que não exige estudo, mas beleza” (RE, REP, JAN/06, PP 48).
- (04) “Lindas, bilíngües, com nível superior e contas bancárias recheadas, as novas garotas de programa trocam o cafetão pela internet” (ISTO É¹⁴², REP, 21/09/05)
- (05) “Mais autônomas, as prostitutas começam a desenhar um novo perfil da mais antigas das profissões. [...] as "meninas" aprenderam a se organizar e descobriram as vantagens da auto-gestão” (ISTO É¹⁴³, REP, 23/10/97)
- (06) “Impacientes diante da dificuldade de seguir uma carreira convencional, cada vez mais garotas com um histórico familiar e escolar de elite optam pela prostituição” (RE¹⁴⁴, DR¹⁴⁵, SA¹⁴⁶, JAN/06, PP 43).
- (07) “A prostituição é um comércio sexual. Quem detém esse mando é o dono e as pessoas são encaradas como produto” (RM, EMS¹⁴⁷, REP, MAI/03, PP 30).
- (08) “Simone é um retrato do pragmatismo da prostituta contemporânea. Afirma trocar sexo por luxo e dinheiro” (RE, REP, JAN/06, PP 48).
- (09) “Só existe um monte de garotas de programa porque existe um monte de clientes”. “Todo mundo pode fazer parte do esquema. A garota do lado, a menina do shopping, a secretária do chefe, a boazuda da praia”, aponta outra empresária – “aposentada”, mas atendida com o mercado” (ISTO É, REP, 21/09/05)
- (10) “Profissionais do sexo falam sobre suas vidas e como entraram para o perigoso mundo das garotas de programa” (RM, EM, MAN, PP 29, MAI/03).
- (11) “[...] Essas mulheres não devem estar na lista das excluídas” (RM, EM, REP, PP 30, MAI/03)

¹³⁵ MESNEROVICZ, Edilce I. Histórias para contar. *Revista Metrópole*, ano IV, nº 50, mai/03, p. 28-36.

¹³⁶ Edilce Inês Mesnerovicz (redação).

¹³⁷ Manchete.

¹³⁸ Página.

¹³⁹ RUBIN, Débora. Entrevista: Quero ser sexóloga. *Revista Época*, 28/11/05, p. 47-8.

¹⁴⁰ Eliane Calligaris, psicanalista gaúcha, autora do livro *Prostituição: o eterno feminino*. São Paulo: Escuta, 2006.

¹⁴¹ Entrevista.

¹⁴² VILAS, J. e MIRANDA, R. Prostituição, Moças de fino trato. *Revista Isto É*, ed.nº. 1875, 21/09/05.

¹⁴³ TRINDADE, Eliane. Microempresárias do Sexo. *Isto É especial*, ed.nº. 146416, 23/10/97.

¹⁴⁴ RUBIN, D. e AZEVEDO, S. Bruna & sua tribo. *Revista Época*, ed.nº. 402, 30/01/06.

¹⁴⁵ Débora Rubin (redação).

¹⁴⁶ Solange Azevedo (redação).

¹⁴⁷ Estela Márcia Scandola, Assistente Social do Instituto Brasileiro Pró-viver Saudável – IBISS – em Campo Grande/MS, 2003.

(12) “As acompanhantes de luxo não se entendem como prostitutas e não admitem ser comparadas com as colegas que se vendem nas ruas”, explica Elisiane¹⁴⁸, doutora em ciências sociais pela Unicamp. “Atender na rua é inadmissível, ‘fim de linha’, dizem” (ISTO É¹⁴⁹, REP, 21/09/05).

(13) “Hoje, de cada dez profissionais do sexo, apenas duas se assumem como tal. As demais 80%, nem sequer cogitam a hipótese de ter carimbo de "prostituta" na vida, menos ainda na carteira profissional. Essa nova versão das "damas da noite" quer continuar no anonimato. Para se preservar, elas entraram na era tecnológica. Usam e abusam de celulares e pagers. Descobriram na década de 80 novos espaços mais abrigados para vender seus atributos: classificados de jornais, revistas especializadas, a própria televisão e até a Internet, onde se apresentam sob pseudônimos “(ISTO É¹⁵⁰, REP, 23/10/97).

(14) “O perfil da prostituta de porto está superado. Hoje ela é uma mulher bonita, que mora num flat, tem namorado, se veste bem, vai ao *spa*, frequenta altas-rodas e seleciona seus clientes” (RE, AR¹⁵¹, JAN/06, PP 46).

(15) “A internet revolucionou a relação das chamadas “modelos” com suas ditas empresárias. Muitas já atuam por conta própria e contam apenas com sua agenda de contatos e anúncios em sites especializados” (ISTO É¹⁵², 21/09/05).

(16) "Encontrei uma noção de trabalho, com regras coletivizadas para o tempo de atendimento e o tipo de prática, e a tentativa de criar um circuito de proteção para reduzir as situações de risco", relata a socióloga Aparecida Moraes, autora da tese de mestrado "Mulheres da Vila" (ISTO É, 23/10/97).

(17) “Maria reside em área nobre da capital, faz curso superior e nunca precisou se prostituir, pois tem tudo o que precisa para viver nas rodas da alta sociedade” (RM, EM, REP, PP 31, MAI/03).

(18) “Meninas de classe média buscam a prostituição porque rende mais que profissões tradicionais. [...] Mas o rendimento de uma garota de programa declina a partir dos 30 anos, ao contrário do que ocorrem nas outras carreiras” (RE, REP, JAN/06, PP 49).

(19) “Nada em Larissa revela sua condição de profissional do sexo. Morena de 1,65m, 56 quilos, expressivos olhos castanhos e longos cabelos pretos, ela parece mesmo uma típica garota de classe média alta: o guarda-roupa está repleto de modelos de griffe – as preferidas são Forum e Daslu –, seu endereço é um dos bairros mais nobres da capital paulista e ela dirige um carro zero” (ISTO É¹⁵³, REP, 23/10/97).

(20) “Atrás de um mundo de dinheiro e liberdade, mulheres caem nas garras da prostituição e encontram uma realidade muito diferente da sonhada: a esperança de dias melhores dá lugar ao medo,

¹⁴⁸ Da Ong Themis, Estudos de Gênero.

¹⁴⁹ VILAS, J. e MIRANDA, R. Prostituição: Moças de fino trato. *Revista Isto É*, ed.nº. 1875, 21/09/05.

¹⁵⁰ TRINDADE, Eliane. Microempresárias do Sexo. *Isto É especial*, ed.nº.146416, 23/10/97.

¹⁵¹ Ari Rehfeld, psicoterapeuta, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

¹⁵² VILAS, J. e MIRANDA, R. Prostituição: Moças de fino trato. *Revista Isto É*, 21/09/05, ed. nº 1875.

¹⁵³ TRINDADE, Eliane. Microempresárias do Sexo. *Isto É especial*, ed.nº. 146416, 23/10/97.

insegurança, vergonha e preconceito da sociedade diante das mulheres que escolhem esse meio de vida (RM, EM, REP, MAI/03, PP. 29)”.

(21) “A intenção é fortalecer o grupo e mostrar para sociedade que a prostituta tem que ser tratada com seriedade” (RM, APT¹⁵⁴ REP, MAI/03, PP 30).

(22) ”A luxúria é pecado, mas difícil é viver fora dela” (RM, GPM¹⁵⁵ REP, MAI/03, PP 31).

(23) “[...] nossa profissão é um risco que temos que enfrentar” (RM, GPC¹⁵⁶ REP, MAI/03, PP 32).

(24) “É humilhante ter que vender o meu corpo para isso, mas a realidade é essa” (RM, GPM¹⁵⁷ REP, MAI/03, PP 35).

(25) “Sou bonita e tenho um corpo legal. Os homens gostam [...] Quero dinheiro” (ISTO É¹⁵⁸, SL¹⁵⁹, 05/06/96).

(26) “Nunca saio de graça. Sou profissional. Faço programa pela facilidade de ganhar dinheiro” (ISTO É¹⁶⁰, LA¹⁶¹, REP, 23/10/97).

(27) “Saio para um programa porque também estou com vontade. Meu primeiro orgasmo foi com um cliente. Me divirto mais do que quem me paga” (ISTO É¹⁶², LA, REP, 23/10/97).

(28) “Não me considero prostituta. Para os meus clientes, sou psicóloga, orientadora sexual, mãe, amiga, massagista e guia turístico” (ISTO É¹⁶³, B¹⁶⁴, 21/09/05).

(29) “Nós somos especialistas em vender fantasias sexuais, e o mundo da fantasia sexual é imenso” (GL¹⁶⁵, RCA¹⁶⁶, JAN/06, PP 30).

(30) “Quem trabalha com computador, usa as mãos, eu uso o corpo” (RE, SS¹⁶⁷, JAN/06, PP 44).

(31) “Achei no meu corpo, entre as pernas, a chave da liberdade e o meu ganha-pão ” (DVE, BS¹⁶⁸, 2005, PP, 15).

(32) “Coloco uma roupa legal, que seja ao mesmo tempo elegante e insinuante; nunca vulgar. Tenho que seduzir o homem com quem decido sair. Não adianta o cara chegar *e ir logo perguntando* Quanto é. Quanto é o quê? Não é assim meu irmão, eu aviso” (ISTO É¹⁶⁹, LA, 23/10/97).

¹⁵⁴ Ana Paula Torres, Coordenadora do Projeto Afrodite (exclusivo para travestis) em Campo Grande/MS, 2003.

¹⁵⁵ Garota de Programa Maria (pseudônimo).

¹⁵⁶ Garota de Programa Cristina (pseudônimo).

¹⁵⁷ Garota de Programa Monica (pseudônimo).

¹⁵⁸ Prostitutas made in Brazil, *Revista Isto É*, ed. n°. 139219, 05/06/1996.

¹⁵⁹ “Suzana Lemos, 21 anos, primeiro grau completo, paraense”.

¹⁶⁰ TRINDADE, Eliane. Microempresárias do Sexo. *Isto É especial*, ed.n°.146416, 23/10/97.

¹⁶¹ “Larissa, pernambucana de 19 anos, garota de programa”.

¹⁶² TRINDADE, Eliane. Microempresárias do Sexo. *Isto É especial*, ed.n°. 146416, 23/10/97.

¹⁶³ VILAS, J. e MIRANDA, R. Prostituição: Moças de fino trato. *Revista Isto É*, ed. n °. 1875, 21/09/05.

¹⁶⁴ “Bianca, nome de guerra da gaúcha de 21 anos, loira, 1,73 m e 63 kg”.

¹⁶⁵ Gabriela Leite, fundadora da ONG *Davida* e idealizadora da marca *Daspu*, responde à entrevista.

¹⁶⁶ VIANA, Natália. Daspu, uma grife surpreendente. *Revista Caros Amigos*, ano IX, n° 106, jan. 2006, p. 28-31.

¹⁶⁷ “Satiny Sehn, 18 anos, garota de programa”.

¹⁶⁸ Bruna Surfistinha.

¹⁶⁹ TRINDADE, Eliane. Microempresárias do Sexo. *Isto É especial*, ed.n°. 146416, 23/10/97.

- (33) “Não dá pra chegar tirando a roupa. Tem que sentar, olhar nos olhos, perguntar como foi o dia dele, esperar que te sirva uma dose de uísque” (RE, SG¹⁷⁰, REP, JAN/06, PP 48).
- (34) “Não vou trabalhar de secretária e ganhar R\$ 300 por mês. Minha família sabe que sou garota de programa. Eles sabem que eu sou uma pessoa normal, que acorda de manhã e escovo os dentes. Não me julgam mal” (ISTO É P¹⁷¹, 23/10/97).
- (35) “Faço isso por dinheiro, nunca ganhei tanto” (ISTO É¹⁷², AL¹⁷³, 21/09/05).
- (36) “Faço programas para comprar roupas de griffe” (ISTO É, PA¹⁷⁴, REP, 23/10/97).
- (37) “Faço por vaidade, capricho mesmo, quando quero comprar alguma coisa” (RE, JU¹⁷⁵, JAN/06, PP 45).
- (38) “As garotas que vi por lá não tinham nada de anormal, não tinham “puta” estampado na testa, nem ficavam na porta se oferecendo a quem passasse” (DVE, BS, 2005, PP, 23).
- (39) “[...] não quero ter um registro profissional como prostituta, uma marca que fica para o resto da vida” (ISTO É¹⁷⁶, MA¹⁷⁷, REP, 23/10/97).
- (40) “Seríamos discriminadas toda vez que mostrássemos os documentos” (ISTO É, SG¹⁷⁸, REP, 23/10/97).
- (41) “Prostituta só tem doença sexualmente transmissível, ela não é mulher” (RCA, GL¹⁷⁹, JAN/06, PP 29).
- (42) “Não faço programa por dinheiro, mas por vocação” (RE, SS¹⁸⁰, JAN/06, PP 44).
- (43) “Não sou ninfomaniaca, mas gosto de sexo” (ISTO É¹⁸¹, MA¹⁸², REP, 23/10/97).
- (44) “A gente quer melhorar a visão sobre nós e ter dinheiro para reinvestir para nosso projeto” (RCA, GL¹⁸³, JAN/06, PP 28).
- (45) “Os tempos são outros e a mais antiga das profissões sobrevive à crise econômica, à Aids e à liberdade sexual. Ao que tudo indica, ainda terá vida longa. Organizadas em associações e cooperativas, as prostitutas estão buscando formas alternativas de atuação” (ISTO É¹⁸⁴, REP, 23/10/97);

¹⁷⁰ “Simone Gomes, 25 anos, garota de programa, em depoimento”.

¹⁷¹ “Patrícia, brasileira, 18 anos, garota de programa”.

¹⁷² VILAS, J. e MIRANDA, R. Prostituição: Moças de fino trato. *Revista Isto É*, ed.nº. 1875, 21/09/05.

¹⁷³ “Alicea, 23 anos, faz inglês intensivo para atender melhor os turistas que procuram seu “tipo exportação”: mulata, bonita, 1,60 m de altura e 105 cm de quadril.”

¹⁷⁴ “Patrícia, estilo da *Playboy*, loira, 18 anos, 1,70m, bonita de rosto e de corpo.”

¹⁷⁵ “Juliana, 23 anos, garota de programa, em depoimento”.

¹⁷⁶ TRINDADE, Eliane. Microempresárias do Sexo. *Isto É especial*, ed.nº. 146416, 23/10/97.

¹⁷⁷ “Ex-bancária Marina, paulista, 26 anos, *striper*”.

¹⁷⁸ “Solange Gomes, 37 anos, que atua como prostituta no centro de Belo Horizonte há 15 anos.”

¹⁷⁹ Gabriela Leite, ex-prostituta, fundadora da ONG *Davida* e idealizadora da marca *Daspu*, responde à entrevista.

¹⁸⁰ “Satiny Sehn, 18 anos, garota de programa.”

¹⁸¹ TRINDADE, Eliane. Microempresárias do Sexo. *Isto É especial*, ed.nº. 146416, 23/10/97.

¹⁸² “Ex-bancária Marina, paulista, 26 anos, *stiper*”

¹⁸³ Gabriela Leite, ex-prostituta, fundadora da ONG *Davida* e idealizadora da marca *Daspu*, responde à entrevista.

¹⁸⁴ TRINDADE, Eliane. Microempresárias do Sexo. *Isto É especial*, ed.nº.146416, 23/10/97.

(46) “Ao contrário de querer glamourizar a profissão, eu estou falando de coisas reais, eu e minhas colegas estamos aí batalhando para que a gente seja cidadã dessa sociedade como qualquer outra pessoa” (RCA, GL, JAN/06, PP 31).

(47) “E isso é uma grande vitória [...] conseguimos ser consideradas como sujeitos políticos. Para nós a grande vitória é nós podermos falar de nós mesmas” (RCA, GL, JAN/06, PP 31).

(48) “Ser prostituta é uma opção?¹⁸⁵ É, claro que é. Tudo na vida é uma opção. Não existe esse papo que as pessoas não têm opção de vida. Porque se você não tem opção de vida, você é vítima. Se você é vítima não pertence a essa sociedade” (RCA, GL, JAN/06, PP 31).

(49) “Cerca de 99% de meus clientes são casados [...] A maioria é da classe alta, políticos, empresários e profissionais da mídia [...]. A maior reclamação deles é de que a mulher nunca tem tempo para o sexo pelo excesso de trabalho. Também porque são muito chatas. Aí eles encontram a gente” (RM, GPC¹⁸⁶ REP, MAI/03, PP 34).

(50) “E quem faz o homem ali, profissionalmente, é a mulher” (GL, RCA¹⁸⁷, JAN/06, PP 28).

(51) “Na agenda de Jiji¹⁸⁸, apreendida pela polícia, constam os nomes de misses, atrizes, top models, grandes empresários e diversos políticos, inclusive governadores. A depender do programa e da moça escolhida, os preços podiam chegar a R\$ 70 mil. Jiji também atendia clientes no Exterior. A diária de uma brasileira custava pelo menos US\$ 1,5 mil” (ISTO É¹⁸⁹, REP, AR¹⁹⁰, CR¹⁹¹, 14/01/07).

(52) “Meretriz elegante” (CDPLP¹⁹² (s/d)).

(53) “Prostituta de viver luxuoso que se faz requestar” (GDLP¹⁹³ (1945)).

(54) “Mulher dissoluta que vive luxuosamente” (NDLPI¹⁹⁴ (1955)).

(55) “Meretriz bela, de boas maneiras” (DLP¹⁹⁵ (1967)).

(56) “Meretriz elegante” (NDPLP¹⁹⁶ (1976)).

(57) “Mulher dissoluta, que vive luxuosa-mente” (MDPLP¹⁹⁷ (1987)).

(58) “Prostituta elegante” (MDLP¹⁹⁸ (1995)).

(59) “mulher pública” (CDPLP (s/d)).

(60) “Mulher que pratica o ato sexual por dinheiro” (NDLPI (1955)).

(61) “Mulher que se expõe à devassidão pública” (DLP (1967)).

¹⁸⁵ Natalia Viana, redação.

¹⁸⁶ Garota de Programa Cristina (pseudônimo).

¹⁸⁷ VIANA, Natália. Daspu, uma grife surpreendente. *Revista Caros Amigos*, ano IX, n°.106, jan. 2006, p. 28-31.

¹⁸⁸ Jiselda Aparecida de Oliveira, segundo a reportagem, se intitula a maior cafetina do Brasil.

¹⁸⁹ RODRIGUES, Alan e RABELO, Carina. *Revista Isto É: Sociedade: Beleza, sexo e dinheiro: o drama da miss Brasil*. 14/02/07, Ed.n°. 1946.

¹⁹⁰ Alan Rodrigues.

¹⁹¹ Carina Rabelo.

¹⁹² CODIL Dicionário Prático da Língua Portuguesa (sem data).

¹⁹³ Grande Dicionário da Língua Portuguesa (1945).

¹⁹⁴ Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa (1955).

¹⁹⁵ Dicionário da Língua Portuguesa (1967).

¹⁹⁶ Novo Dicionário Prático da Língua Portuguesa (1976).

¹⁹⁷ Melhoramentos dicionário Prático da Língua Portuguesa (1987).

¹⁹⁸ Magno Dicionário de Língua Portuguesa (1995).

- (62) “Mulher pública” (NDPLP (1976).
- (63) “Mulher que se entrega à prostituição” (MDPLP (1987).
- (64) “Mulher da vida” (MDLP (1995).
- (65) “Mulher de má vida” (GDLP (1945).
- (66) “Prostituta” (NDPLP (1976).
- (67) “(chulo) prostituta” (MDLP (1995).
- (68) “namorada” (DLP (1967).
- (69) “namorada”(NDPLP (1976).
- (70) “popular namorada” (MDPLP (1987).
- (71) “o verbo garotar, vadiar” (MDLP (1995).
- (72) “Esboço, plano” CDPLP(s/d).
- (73) “Desígnio, resolução relativa ao que se há de fazer” GDLP (1945).
- (74) “Projeto escrito e minucioso de um espetáculo, plano” NDLPI (1955).
- (75) “Desígnio, resolução tomada” DLP (1967).
- (76) “Prospecto esboço” NDPLP (1976).
- (77) “Recreação, divertimento previamente combinado” (MDPLP (1987)
- (78) “Plano; esboço; prospecto” MDLP (1995).
- (91) “Encontro de duas pessoas para fins sexuais, mediante pagamento” (DEH¹⁹⁹, 2001).
- (92) “diversão, recreação previamente planejada” (DUPB²⁰⁰, 2002).
- (93) “Diversão previamente planejada” (NDEA²⁰¹, 2004).
- (94) “Que faz programas (sexuais) para viver” (DEH, 2001).
- (95) “Que tem encontros amorosos por dinheiro” (DUPB, 2002).
- (96) “Diz-se da pessoa que faz programas amorosos por dinheiro” (NDEA, 2004).
- (97) “A revolução alcançou o endereço tradicional da categoria. A praça pública e as esquinas estão cedendo espaço a outros ambientes, em geral fechados, em parte por causa do medo da Aids, mas especialmente em função da violência urbana. As atividades estão se deslocando cada vez mais da rua para casas de massagem, inferninhos, espaços de shows eróticos e discretos pontos de encontro que pouco têm em comum com os bordéis de antigamente. Esses ambientes funcionam como vitrines. O sexo acontece mesmo fora dali.” (ISTOÉ²⁰², LF, REP, 23/10/97).
- (98) “A mulher citada como agenciadora de garotas de programas em Brasília quebrou o silêncio nesta terça-feira. Jeany Mary Corner apresentou-se como uma "empresária de eventos" (ISTOÉ²⁰³, 17/08/05)
- (99) “Com 30 anos, porém, a garota de programa já pode pensar em se aposentar” (RE, REP, JAN/06, PP 49).

¹⁹⁹ Dicionário Eletrônico Houaiss (2001).

²⁰⁰ Dicionário de Usos do Português Brasileiro (2002).

²⁰¹ Novo Dicionário Eletrônico Aurélio (2004).

²⁰² TRINDADE, Eliane. Microempresárias do Sexo. *Isto É especial*, ed.nº.146416, 23/10/97.

²⁰³ Cafetina guarda agenda em cofre secreto. Revista *Veja*, ed.nº. 1918, 17/08/05.

(100) "Uma moça de classe média que se relaciona com um estrangeiro e é convidada por ele a visitá-lo na Europa, ganha a passagem e um celular, nós não pensamos que esteja fazendo prostituição. Mas uma garçoneira que recebe presentes de um estrangeiro é imediatamente vista como uma garota de programa" (Veja²⁰⁴, AP²⁰⁵, SF, 09/02/05).

(101) "Não estimulo ninguém a se prostituir. Aqui, as garotas vendem um show. Se lá fora negociam o próprio corpo não é problema meu", afirma a empresária da noite Tânia Maciel. "A maioria estuda, trabalha e está aqui de passagem. Muitas são casadas." (ISTO É²⁰⁶, REP, 23/10/97)

(102) "Pelo menos na semântica, as novas profissionais escapam do estigma da prostituta. Passaram a se intitular garotas de programa, acompanhantes para executivos, *call-girls*. 'Para elas a prostituição é um bico, uma forma de complementar a renda familiar, o que as faz levar uma vida dupla e a não se assumir como prostitutas', emenda Leandro Fonseca, pesquisador da Pontifícia Universidade Católica, de São Paulo" (ISTO É²⁰⁷, REP, 23/10/97).

(103) "Nada mau para a *maison* iniciada por uma órfã criada em colégio de freiras, que começou como costureirinha e cortesã de meio período – o termo gentil para garota de programa. Visionária na moda, mademoiselle (Gabriele Chanel) também escolhia bem os amantes" (Veja²⁰⁸, 22/07/05).

(104) "Sem vergonha, garota. Você tem profissão" (Ministério da Saúde²⁰⁹);

(105) "Ela é uma das 80 garotas de programa que freqüentam o sofisticado Café Photo [...]. Ali, também, o comércio sexual, normalmente explícito em casas do gênero, é discreto. Quem chega ao local tem a impressão de estar em um bar onde a paquera rola solta. Mas o descontraído papo entre garotas bonitas e bem vestidas e aqueles engravatados executivos vai acabar em cifrões" (ISTO É, REP, 23/10/97);

(106) "Aposentadíssima da profissão há mais de três anos, ela (Bruna Surfistinha) pretende inaugurar, neste semestre, uma butique erótica para mulheres, em São Paulo" (RE²¹⁰, JUL/07);

(107) "Por que tantas meninas de classe média estão virando garotas de programa" (RE²¹¹, MAN, JAN/06, PP 42-50);

(108) "A gente sempre não existiu. A gente sempre foi vítima, a gente sempre foi as coitadinhas, vivendo uma vida degradada. Mas não era necessariamente o que a gente pensava". (RCA, GL²¹², JAN/06, PP 29);

²⁰⁴ Revista Veja, seção frases, 09/02/05 Ed.nº. 1891.

²⁰⁵ Adriana Piscitelli, antropóloga da Unicamp, em entrevista à Folha de S.Paulo.

²⁰⁶ TRINDADE, Eliane. Microempresárias do Sexo. *Isto É especial*, ed.nº.146416, 23/10/97.

²⁰⁷ TRINDADE, Eliane. Microempresárias do Sexo. *Isto É especial*, ed.nº. 146416, 23/10/97.

²⁰⁸ A volta da velha senhora. *Revista Veja*, ed.nº.1910, 22/07/05.

²⁰⁹ Ministério da Saúde: campanha nacional de prevenção direcionada às profissionais do sexo feminino, com ênfase no desenvolvimento da auto-estima e da cidadania, como forma de mobilizar as profissionais para a promoção à saúde, 04/03/2002. Disponível em < <http://www.sistemas.aids.gov.br>>, acesso em 21/08/2007.

²¹⁰ FERRARO, Denerval: *Uma mulher de negócios*. Revista Época, ed.nº. 479. 23 de julho de 2007

²¹¹ Revista Época, capa: *Bruna e sua tribo*, 30/01/06, PP 45-50, ed.nº. 402.

²¹² Gabriela Leite, ex-prostituta, fundadora da ONG *Davida* e idealizadora da marca *Daspu*, responde à entrevista

- (109) “Entrei nesse caminho pela necessidade do dinheiro, mas percebi que o ganho não é muito” (RM, GPC²¹³ REP, MAI/03, PP 32);
- (110) “Sou uma profissional do sexo. Não tenho vergonha da minha profissão e não escondo nada de ninguém” (RM, GPC, REP, MAI/03, PP 34);
- (111) “Não existe esperança, mas existe fantasia” (RM, EM, MAN, MAI/2003, PP 32);
- (112) “Querida ser jornalista, mas acabei virando garota de programa” (RE, EP²¹⁴, REP, JAN/06, PP 45);
- (113) “Prostitutas modernizam o perfil da atividade com paggers e celulares, libertam-se dos cafetões e ganham até R\$ 8 mil por mês, mas rejeitam a carteira assinada em debate no Congresso” (ISTO É²¹⁵, REP, 23/10/97);
- (114) “Eu acredito nisso, existe a nossa autonomia como existe a do outro. Porque o outro pensa. E as putas pensam” (GL, RCA, JAN/06, PP 29);
- (115) “Prefiro trabalhar em boate. Ganho mais e me divirto” (ISTO É, NA²¹⁶, REP, 23/10/97);
- (116) “cresce o número de prostitutas e atrizes pornôas que deixam os lençóis para escrever livros, criar sites com conteúdo pago e lançar grifes de moda erótica.” (ISTO É²¹⁷, REP, 02/05/07);
- (117) “Depois de vender mais de 250 mil cópias do livro *O doce veneno do escopião*, que conta o cotidiano de uma jovem prostituta, Raquel Pacheco, nome verdadeiro de Bruna Surfistinha, verá sua obra virar filme. O Ministério da Cultura acaba de liberar a captação de quase R\$ 4 milhões, por meio de leis de incentivo fiscal, para a produtora carioca TV Zero rodar o filme” (RE²¹⁸, DF²¹⁹, REP, 23/07/07, PP117);
- (118) “A mudança é uma ameaça para uma velha luta: a regulamentação da profissão. Desde julho, está em análise na Comissão de Trabalho, na Câmara dos Deputados, o projeto do deputado Wigberto Tartuce (PPB-DF) que pretende garantir aos profissionais do sexo o direito à aposentadoria e definir regras para o exercício da atividade. Mas a "patricinha de programa" que resolve descolar uma grana ou a professora que arruma um cliente para complementar a renda não estão interessados nesse debate” (ISTO É²²⁰, REP, 23/10/97);
- (119) “Mas uma das grandes aberturas da sexualidade não fomos nós, foi todo o movimento da luta contra Aids, onde estamos inseridas. Sempre achei que a Aids, com todas as coisas terríveis que trouxe, estava ao mesmo tempo colocando em cima da mesa toda a nossa hipocrisia com relação à sexualidade. [...] Mudou o pensamento da sociedade sobre sexualidade” (RCA, GL²²¹, JAN/06, PP 31);

²¹³ Garota de Programa Cristina (pseudônimo).

²¹⁴ Érika Paula, 22 anos, garota de programa, em depoimento

²¹⁵ TRINDADE, Eliane. *Microempresárias do Sexo. Isto É especial*, ed.nº. 146416, 23/10/97

²¹⁶ “Andreia, uma loura de 20 anos, garota de programa”.

²¹⁷ Chico Silva: *Os livros das garotas Isto É* 02/05/2007, ed. nº. 1957.

²¹⁸ FERRARO, Denerval: *Uma mulher de negócios*. Revista Época, ed.nº. 479. 23 de julho de 2007.

²¹⁹ Denerval Ferraro.

²²⁰ TRINDADE, Eliane: *Microempresárias do Sexo. Isto É, Especial*. 23/10/97, ed.nº. 146416

²²¹ Gabriela Leite, ex-prostituta, fundadora da ONG *Davida* e idealizadora da marca *Daspu*, responde à entrevista

- (120) “Então, a gente tem que falar: nós somos putas com muito orgulho – e somos gente, né?” (RCA, GL, JAN/06, PP 28);
- (121) “O que é inimigo de todos nós é essa filosofia de vida que o cristianismo ocidental imprimiu” (RCA, GL, JAN/06, PP 29);
- (122) “A gente acredita muito que prostituição moderna, como uma profissão, não tem que ter essas coisas²²² mais” (RCA, GL, JAN/06, PP 30);
- (123) “Hoje em dia se discute a prostituição nesse país com mais tranquilidade” (RCA, GL, JAN/06, PP 31);
- (124) “O estigma de ser prostituta pode acompanhar a mulher pelo resto da vida” (RE, REP, JAN/06, PP 49);
- (125) “Aos 32 anos, a dona de 91 cm de busto – siliconado –, 92 cm de quadril, 1,62 m de altura e 50 quilos aposentou o espartilho e a cinta-liga. “Eu simplesmente cansei. A profissão estressa muito” (ISTO É²²³, VO²²⁴, REP, 02/05/07);
- (126) (Tamiry Chiavari, 26 anos) “estonteante morena, dona de 91 cm de busto, com prótese, 93 cm de quadril, 1,63 m e 50 quilos, está prestes a lançar sua grife de roupas sensuais e sonha alavancar uma carreira como atriz” (ISTO É, REP, 02/05/07);
- (127) “Graças a uma decisão judicial inédita, um grupo de 18 prostitutas conquistou o direito de ir à luta levando na carteira um *habeas-corpus*. Elas ocupam seus postos em um dos quatro cantos da praça, circundada pela igreja, a delegacia, a Câmara Municipal e um comércio fervilhante” (ISTO É²²⁵, 23/10/97);
- (128) "Determino salvo conduto, para que não sejam presas, nem conduzidas à delegacia pela pura e simples prática de prostituição ou trottoir", diz a sentença do juiz Paulo Augusto Tessari, da 4ª Vara Criminal de São José” (ISTO É, 23/10/97);
- (129) “A cafetinagem virou um negócio de segunda, se comparado aos rendimentos do tráfico. "Os cafetões migraram para outras áreas ilícitas ou assumiram funções paralelas, como gerenciar casas", verifica a socióloga Aparecida Moraes, da Universidade Federal do Rio de Janeiro” (ISTO É, REP, 23/10/97);
- (130) “Hoje, (Samantha) saboreia o gosto da vingança cada vez que alguém se aproxima e diz que ela é mais bonita do que Surfistinha. Só não se conforma em imaginar os filhos – de seis e três anos – convivendo com a ex-garota de programa. “Ela não é boa companhia. Já pensou meus filhos lendo aquele livro ou vendo seus filmes?”, desabafa. “Vou exigir na Justiça que meu ex-marido não deixe as crianças ao lado dela”, promete” (ISTO É²²⁶, 18/10/06);

²²² “essas coisas” = explorações do cafetão.

²²³ Chico Silva: *Os livros das garotas Isto É* 02/05/2007, ed. n°. 1957.

²²⁴ Vanessa Oliveira.

²²⁵ *Isto É* especial: *Veredicto*: "A praça é delas" 23/10/97, ed. n° 146416

²²⁶ *Isto É*, comportamento: Fala de Samantha Moraes, ex-esposa do atual marido de Bruna Surfistinha, 18/10/2006 ,ed. n°. 1930.

(131) “Sem agenciadores e muito bem sucedida no sexo profissional a paulista Marina, 26 anos, não quer saber de INSS, nem de carteirinha. Dona de casa durante o dia, Marina, casada há dois anos com um respeitável gerente de banco, arrasa na noite” (ISTO É²²⁷, redação, 23/10/97);

(132) “Maridos compreensivos, companheiros de casa e de ofício são uma novidade significativa, num universo dominado, no passado, pelo cafetão malandro e truculento, que explorava as mulheres em troca de proteção.” (ISTO É, REP, 23/10/97);

(133) "O único intermediário no negócio hoje acaba sendo o gerente do hotel onde elas trabalham, que apenas cobra a diária pelo quarto onde fazem o programa", constata a psicóloga Sandra Azevedo, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da Universidade Federal de Minas Gerais.” (ISTO É, REP, 23/10/97).

²²⁷ TRINDADE, Eliane: *Microempresárias do Sexo. Isto É*, Especial. 23/10/97, ed.nº. 146416

FAMÍLIA CBO – 5198²²⁸

Títulos

5198 - 05 Profissional do sexo - Garota de programa, Garoto de programa, Meretriz, Messalina, Michê, Mulher da vida, Prostituta, Puta, Quenga, Rapariga, Trabalhador do sexo, Transexual (profissionais do sexo), Travesti (profissionais do sexo)

Profissionais do sexo: - descrição sumária

Batalham programas sexuais em locais privados, vias públicas e garimpos; atendem e acompanham clientes homens e mulheres, de orientações sexuais diversas; administram orçamentos individuais e familiares; promovem a organização da categoria. Realizam ações educativas no campo da sexualidade; propagandeam os serviços prestados. As atividades são exercidas seguindo normas e procedimentos que minimizam as vulnerabilidades da profissão.

Formação e experiência

Para o exercício profissional requer-se que os trabalhadores participem de oficinas sobre sexo seguro, oferecidas pelas associações da categoria. Outros cursos complementares de formação profissional, como por exemplo, cursos de beleza, de cuidados pessoais, de planejamento do orçamento, bem como cursos profissionalizantes para rendimentos alternativos também são oferecidos pelas associações, em diversos Estados. O acesso à profissão é livre aos maiores de dezoito anos; a escolaridade média está na faixa de quarta a sétima séries do ensino fundamental. O pleno desempenho das atividades ocorre após dois anos de experiência.

Condições gerais de exercício

Trabalham por conta própria, na rua, em bares, boates, hotéis, porto, rodovias e em garimpos. Atuam em ambientes a céu aberto, fechados e em veículos, em horários irregulares. No exercício de algumas das atividades podem estar expostos à inalação de gases de veículos, a intempéries, a poluição sonora e a discriminação social. Há ainda riscos de contágios de DST, e maus-tratos, violência de rua e morte.

Código Internacional CIUO 88: 5149 - Otros trabajadores de servicios personales a particulares. no clasificados bajo otros epígrafes

5198 A - Batalhar Programa

Agendar a batalha

Produzir-se visualmente

Aguardar no ponto (esperar por quem não ficou de vir)

Seduzir com o olhar

Abordar o cliente

Encantar com a voz

Seduzir com apelidos carinhosos

Conquistar com o tato

Envolver com o perfume

²²⁸ Ministério do Trabalho e Emprego, MTE, Governo do Brasil. Classificação Brasileira de Ocupações – CBO 2002 – disponível em CD-ROM.

Oferecer especialidades ao cliente
Reconhecer o potencial do cliente
Dançar com o cliente
Satisfazer o ego do cliente
Elogiar o cliente

B - Minimizar as Vulnerabilidades

Negociar com o cliente o uso do preservativo
Usar preservativos
Passar gel lubrificante à base de água
Participar de oficinas de sexo seguro
Reconhecer doenças sexualmente transmissíveis (DST)
Fazer acompanhamento da saúde integral
Realizar campanhas sobre os riscos de uso de hormônios
Realizar campanha sobre os riscos de uso de silicone líquido
Denunciar violência física
Denunciar discriminação

C - Atender Clientes

Preparar o kit de trabalho (preservativo, acessórios, maquiagem)
Especificar tempo de trabalho
Negociar serviços eróticos
Negociar preço
Realizar fantasias eróticas
Cuidar da higiene pessoal do cliente
Fazer streap-tease
Fazer carícias
Relaxar o cliente com massagens
Representar papéis
Inventar estórias
Manter relações sexuais
Dar conselhos a clientes com carências afetivas
Prestar primeiros socorros
Fazer compras para o garimpo (rancho)
Lavar roupas dos garimpeiros
Cuidar dos enfermos no garimpo
Posar para fotos

D - Acompanhar Clientes

Fazer companhia ao turista
Fazer companhia a cliente solitário
Acompanhar cliente em viagens
Acompanhar cliente em festas e passeios
Jantar com o cliente
Pernoitar com o cliente

E - Administrar Orçamentos

Anotar receita diária
Listar contas-a-pagar
Pagar contas

Contribuir com o INSS
 Contribuir com a receita familiar
 Separar parte da receita diária para poupança
 Aplicar dinheiro em banco
 Abrir conta poupança habitacional
 Investir em empreendimentos de complementação de renda
 Investir em pepitas de ouro

F - Promover a Organização da Categoria

Promover valorização profissional da categoria
 Ministrar cursos de auto-organização
 Apoiar a organização das associações
 Fazer campanha de filiação
 Realizar articulações políticas
 Combater a prostituição infanto-juvenil
 Participar de movimentos organizados
 Treinar multiplicadores de informação
 Distribuir preservativos
 Contribuir para a documentação histórica da prostituição
 Fomentar a educação geral
 Fomentar cursos profissionalizantes
 Reivindicar fundos para profissionalização
 Participar da organização de cursos de primeiros socorros
 Reivindicar cursos básicos de línguas estrangeiras
 Participar da organização de cursos de beleza e massagem

G - Realizar Ações Educativas no Campo da Sexualidade

Elaborar roteiro de teatro educativo
 Produzir espetáculos educativos
 Encenar espetáculos educativos
 Conceder entrevistas
 Aconselhar meninas de rua
 Ministrar palestras na rede de ensino
 Ministrar palestras nos cursos de formação e reciclagem de policiais

Q - Demonstrar Competências Pessoais

Demonstrar capacidade de persuasão
 Demonstrar capacidade de expressão gestual
 Demonstrar capacidade de realizar fantasias eróticas

5198

Agir com honestidade
 Demonstrar paciência
 Planejar o futuro
 Prestar solidariedade aos companheiros
 Ouvir atentamente (saber ouvir)
 Demonstrar capacidade lúdica
 Respeitar o silêncio do cliente
 Demonstrar capacidade de comunicação em língua estrangeira

Demonstrar ética profissional
Manter sigilo profissional
Respeitar código de não cortejar
companheiros de colegas de trabalho
Proporcionar prazer
Cuidar da higiene pessoal
Conquistar o cliente
Demonstrar sensualidade

5198 - Recursos de Trabalho:

Acessórios; Agenda; Cartões de visita; Celular; Documentos de identificação; Gel lubrificante à base de água; Guarda-roupa de batalha; Maquilagem; Papel higiênico; Preservativo masculino e feminino

Especialistas Participantes da Descrição

Cassandra Fontoura
Flavio Lenz Cesar (jornalista do Beijo da Rua)
Gabriela Silva Leite
Imperialina Piedade da Silva
Janete Oliveira da Silva
Maria de Fátima Medeiros Costa
Maria de Lourdes Barreto
Marilene de Jesus Silva
Rozeli da Silva

Instituições

Associação das Mulheres Profissionais do Sexo da Bahia (Asproba)
Davida - Prostituição, Direitos Civis, Saúde (Rio de Janeiro)
Grupo de Apoio à Prevenção da Aids (Gapa-MG)
Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará (Gempac)
Igualdade - Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul
Núcleo de Estudos da Prostituição de Porto Alegre

Instituição conveniada responsável

DDC - Deisi Deffune Consultoria S/C Ltda